



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado

FELIPE LUIZ DE MOURA OLIVEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA:

discurso entre a legislação e a gestão no contexto escolar

Belo Horizonte
2024

FELIPE LUIZ DE MOURA OLIVEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA:

discurso entre a legislação e a gestão no contexto escolar

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário UNIHORIZONTES, turma MA-GPS-2024.

Orientadora: Professora Dra. Daniela Viegas da Costa

Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Dinâmica das Organizações

Área de concentração: Organizações e Estratégia

Belo Horizonte
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamiatt de Almeida CRB6 3082

Oliveira, Felipe Luiz de Moura.
O48e Educação ambiental crítica: discurso entre a legislação e a gestão no contexto escolar. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.
113 p.

Orientadora: Dr^a. Daniela Viegas da Costa
Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes.
Programa de Pós-graduação em Administração.

1. Educação ambiental crítica – Discurso – Gestão - Legislação
I. Felipe Luiz de Moura Oliveira II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.

CDD: 658.7

FOLHA DE APROVAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO
DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Organização e Estratégia

MESTRANDO(A): **Felipe Luiz De Moura Oliveira**

Matrícula: 241487928

LINHA DE PESQUISA: **Relações de Poder e Dinâmica das Organizações.**

ORIENTADOR(A): **Profª. Drª. Daniela Viegas da Costa.**

TÍTULO: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: discurso entre a legislação e a gestão no contexto escolar”.**

DATA: 17/12/2024

RESULTADO APÓS DELIBERAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA: **APROVADO(A)**

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA VIEGAS DA COSTA**
Data: 14/02/2025 11:54:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Daniela Viegas da Costa
Centro Universitário Unihorizontes
(ORIENTADORA)

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO MEDEIROS ASSIMOS**
Data: 14/02/2025 18:47:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Medeiros Assimos
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS PAULO ANDRADE BIANCHINI**
Data: 14/02/2025 12:05:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Paulo Andrade Bianchini
Universidade Anhanguera

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: discurso entre a legislação e a gestão no contexto escolar apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO de autoria de FELIPE LUIZ DE MOURA OLIVEIRA contendo 113 páginas sob orientação de Prof. Dr^a. DANIELA VIEGAS DA COSTA

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Inteligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2025

Sandra de Almada Mota
Doutora em Letras pela PUC –MINAS
CV: <http://lattes.cnpq.br/5235854541215701>
<https://orcid.org/0000-0003-2098-330X>

REVISORA CREDENCIADA: Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração
Escola de Enfermagem - Col. de Pós-graduação em Gestão de Serviços de Saúde
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTE - Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim desta jornada acadêmica foi como trilhar um caminho repleto de desafios, mas também de momentos significativos de aprendizado e superação. Em cada obstáculo, descobri forças que, por vezes, nem sabia que possuía. Por isso, expresse minha mais sincera gratidão a todos que, de alguma forma, tornaram essa caminhada possível.

À minha orientadora, Daniela Viegas Costa, meu profundo agradecimento pela paciência, competência e dedicação. Com sua orientação, mostrou-me como superar as pedras no caminho e transformar esta jornada em um processo enriquecedor e marcante.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Administração, sou grato pela sabedoria compartilhada, que foi uma fonte de motivação para seguir em frente, mesmo diante das maiores dificuldades.

Ao meu filho, Igor, dedico minha mais profunda gratidão. Você sempre acreditou em mim e esteve ao meu lado, oferecendo o suporte emocional necessário para que eu pudesse persistir. Sem o seu amor e compreensão, este caminho teria sido impossível.

À minha saudosa e querida Vó Anita. Pessoa que enxergou, através dos olhos da alma, que eu me tornaria Professor e Pesquisador.

Aos meus colegas de curso, companheiros de tantas manhãs e tardes de sábado, minha gratidão por tornarem esta caminhada mais leve e significativa. Compartilhamos alegrias, desafios, sorrisos e o sonho de concluir nossas pesquisas, que marcaram profundamente nosso desenvolvimento profissional e pessoal. Suas palavras de incentivo e apoio transformaram obstáculos em oportunidades de crescimento.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, oferecendo apoio, compreensão e palavras de encorajamento, deixo aqui o meu muito obrigado. A amizade de vocês foi um alicerce que tornou este percurso mais prazeroso e suportável. Obrigado por compreenderem meu sumiço nos últimos dois anos.

Ao Clube Atlético Mineiro, minha válvula de escape nos momentos de tensão e cansaço. O amor por este clube, muitas vezes não retribuído, foi uma constante fonte de inspiração e alívio.

Agradeço à Secretaria Estadual de Educação pela oportunidade de participar do Programa Trilhas de Futuro e poder conhecer pessoas e conhecimentos que mudaram minha concepção de mundo.

Aos amigos da Diretoria Regional de Educação Centro Sul e da Diretoria de Educação Integral, agradeço pelo acolhimento, incentivo e pela escuta atenta. Vocês foram fundamentais para o sucesso deste projeto e para que eu pudesse seguir em frente.

Ao Caminho do Sertão, minha inspiração para trilhar esta jornada. O Sertão tem o poder de transformar, forjar e revelar a essência de quem o percorre, e foi nele que encontrei a força para seguir adiante.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação e para a realização desta dissertação. Cada um de vocês foi parte essencial desta trajetória, que agora chega ao fim, mas que permanece como uma experiência inesquecível e valiosa de vida.

Meu mais sincero obrigado.

EPÍGRAFE

"O sertão é do tamanho do mundo. E o sertão é do tamanho do homem. Tudo é imensamente grande, porque o homem é pequeno; tudo é imenso, é majestoso, é forte, é sagrado, e o homem, o homem é frágil, é humilde. Mas ele tem, no entanto, a força de ser. E essa força é que faz o sertão. Porque é ele que resiste, é ele que se faz."

(João Guimarães Rosa. Grande Sertão, Veredas!)

RESUMO

Objetivo: O objetivo da presente pesquisa é identificar a relação do discurso presente na Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, com a prática de Educação Ambiental, considerando o contexto, a gestão e o contexto socioambiental de uma Escola Estadual do Ensino Médio de Tempo Integral da região Leste de Belo Horizonte.

Teoria: O trabalho foi fundamentado com base na Educação Ambiental Crítica, fundamentado nos conceitos defendidos por Reigota (2016) e Freire (1996). A Educação Ambiental Crítica surge como uma alternativa de combate da emergência ambiental na qual o planeta vive, atualmente, **em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Seus princípios, defendidos por Freire (1996) e Reigota (2016), perpassam pela liberdade, autonomia e reflexão crítica.

Método: Para viabilizar tal processo, é necessário conhecer os elementos que neste atuam, e, que, ao longo dessa pesquisa, se materializaram na figura do território, gestão e legislações. A Análise Francesa do Discurso surge como um elemento que busca identificar as relações de força que envolvem esse sistema por meio de elementos, refletidos, refratados e silenciados.

Resultados: Os resultados mostraram que a Gestão possui elementos da EAC, porém ainda precisa trilhar um longo caminho para atingir uma EA verdadeiramente libertária, reflexiva e crítica.

Contribuições teóricas ou metodológicas: A Análise do Discurso mostrou-se como uma alternativa teórico metodológica eficaz em reconhecer elementos silenciados, refletidos e refratados perante o discurso e a prática de EA nos elementos estudados.

Contribuições gerenciais e sociais: Quanto às contribuições gerenciais e sociais, identificou-se aspectos positivos de uma gestão com viés democrático e questões sociais que transpassam as questões ambientais no território pesquisado.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; discurso; gestão; legislação.

ABSTRACT

Objective: The objective of this research is to identify the relationship between the discourse present in Resolution 493, dated December 12, 2022, and the practice of Environmental Education, considering the context of management and the socio-environmental context within which a State High School with Full-Time Education in the Eastern region of Belo Horizonte operates.

Theory: This work is grounded in Critical Environmental Education, based on the concepts advocated by Reigota (2016) and Freire (1996). Critical Environmental Education emerges as an alternative to combat the environmental emergency currently facing the planet. Its principles, defended by Freire (1996) and Reigota (2016), encompass freedom, autonomy, and critical reflection.

Method: To enable this process, it is necessary to understand the elements involved, which, throughout this research, materialized in the concepts of territory, management, and legislation. The French Discourse Analysis serves as a tool to identify the power relations within this system through elements that are reflected, refracted, and silenced.

Results: The results revealed that management incorporates elements of Critical Environmental Education (EAC), but still needs to make significant progress in order to achieve truly liberating, reflective, and critical Environmental Education.

Theoretical or Methodological Contributions: Discourse Analysis proved to be an effective theoretical-methodological alternative in recognizing silenced, reflected, and refracted elements in the discourse and practice of Environmental Education in the studied elements.

Managerial and Social Contributions: Regarding managerial and social contributions, positive aspects of a democratic management approach were identified, along with social issues that intersect with environmental concerns in the researched territory.

Keywords: Critical Environmental Education; discourse; management; legislation.

RESUMEN

Objetivo: El objetivo de esta investigación es identificar la relación entre el discurso presente en la Resolución 493, de fecha 12 de diciembre de 2022, y la práctica de la Educación Ambiental, considerando el contexto de la gestión y el contexto socioambiental en el que se encuentra una Escuela Secundaria Estatal de Tiempo Completo en la región oriental de Belo Horizonte.

Teoría: Este trabajo se fundamenta en la Educación Ambiental Crítica, basada en los conceptos defendidos por Reigota (2016) y Freire (1996). La Educación Ambiental Crítica surge como una alternativa para enfrentar la emergencia ambiental que atraviesa actualmente el planeta. Sus principios, defendidos por Freire (1996) y Reigota (2016), comprenden la libertad, la autonomía y la reflexión crítica.

Método: Para posibilitar este proceso, es necesario comprender los elementos involucrados, que, a lo largo de esta investigación, se materializaron en los conceptos de territorio, gestión y legislación. El Análisis del Discurso francés se utiliza como herramienta para identificar las relaciones de poder dentro de este sistema a través de elementos que se reflejan, refractan y silencian.

Resultados: Los resultados revelaron que la gestión incorpora elementos de la Educación Ambiental Crítica (EAC), pero aún necesita avanzar significativamente para lograr una Educación Ambiental verdaderamente liberadora, reflexiva y crítica.

Contribuciones Teóricas o Metodológicas: El Análisis del Discurso demostró ser una alternativa teórico-metodológica eficaz para reconocer los elementos silenciados, reflejados y refractados en el discurso y la práctica de la Educación Ambiental en los elementos investigados.

Contribuciones en Gestión y lo Social: En cuanto a las contribuciones en gestión y lo social, se identificaron aspectos positivos de una gestión democrática, junto con problemáticas sociales que se entrelazan con las preocupaciones ambientales en el territorio investigado.

Palabras clave: Educación Ambiental Crítica; discurso; gestión; legislación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1_Projeto PIA - Trabalho sobre o Morro da Fazenda, local também conhecido como Festival de Papagaio	9
Figura 2_Projeto Pia - Atividade sobre Matemática Financeira	9
Figura 3_Projeto Pia - Atividade sobre Arte e Matemática	10
Figura 4_Projeto Pia - produção de batons com materiais orgânicos	11
Figura 5_Grafite do Projeto “Preto Soul”	12
Figura 6_Localização do território visitado	16
Figura 7_Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio Vista para o lado de Belo Horizonte	18
Figura 8_Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio Vista para o lado de Sabará	18
Figura 9_Árvore no topo do Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio	19
Figura 10_Pedreira. No topo a presença da comunidade Rock in Rio. Ao fundo uma praça e vestiários do campo de futebol.	21
Figura 11_Pedreira - No primeiro plano o campo de futebol e ao fundo o CRAS	22
Figura 12_Praça do Caetano. No segundo plano o muro da linha férrea e ao fundo a estação de tratamento de água da Copasa	24
Figura 13_Linha Férrea	25
Figura 14_Fotografia da casa de Alfa pelo ângulo da rua próximo a linha férrea	26
Figura 15_Posto de saúde Mariano de Abreu	28
Figura 16_Terreno ao lado do Posto de Saúde Mariano de Abreu, ocupado por cochos e cavalos.	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1_Sujeitos de pesquisa e descrição	38
Tabela 2_Organização esquemática da Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022.	44
Tabela 3_Análise lexical da Resolução 493 de 12 de dezembro de 2022.	46
Tabela 4_Sujeitos de Pesquisa: Trabalhadores da educação do campo de pesquisa	54
Tabela 5_Análise Lexical dos Vocábulo (continua)	7
Tabela 6_Análise lexical da visita ao território do campo de pesquisa (continua)	7

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
BNCC	Base Nacional do Currículo Comum
CEE/MG	Conselho de Educação do Estado de Minas Gerais
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
EA	Educação Ambiental
EAC	Educação Ambiental Crítica
ESG	<i>Environment Social and Governance</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC	<i>Intergovernmental Painel on Climate Change</i>
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEM	Novo Ensino Médio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIA	Projeto Interdisciplinar Anual
PPP	Projeto Política Pedagógico
SEE-MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Apresentação do tema	15
1.2 Problema e questão central	20
1.3 Objetivos	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos específicos	23
1.4 Adequação à linha de pesquisa	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Educação Ambiental	24
2.2 EA e a legislação no contexto da SEE-MG	28
2.3 Gestão escolar	32
3 PERCURSO METODOLÓGICO	37
3.1 Classificação e delineamento do projeto de pesquisa	37
3.2 Objeto de estudo	38
3.3 Sujeitos da pesquisa	38
Tabela 1	38
Sujeitos de pesquisa e descrição	38
3.4 Plano de coleta de dados	39
3.5 Plano de análise de dados	40
4 ANÁLISE DOS DADOS	43
4.1 Análise do discurso da Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022	43
4.1.1 Aspectos gerais da Resolução	43
4.1.2 Sobre a condição social do discurso	44
4.1.3 Análise lexical	46
4.1.4 Temas e Figuras	47
4.1.5 Elementos refletidos, refratados e silenciados	49
4.1.6 Os aspectos ideológicos presentes texto	51
4.1.7 Posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa	52
4.2 Análise do Discurso dos Trabalhadores da Educação do Campo de Pesquisa	53
4.2.1 Sujeitos de pesquisa	53
4.2.2 Sobre o contexto social de produção do discurso	54
4.2.3 Análise Lexical: Análise dos vocábulos utilizados ao longo do texto	55

4.2.4 Temas e figuras do discurso	7
4.2.5 Aspectos refletidos, refratados e silenciados no texto	8
4.2.6 Aspectos ideológicos presentes e combatidos no texto	12
4.2.7 A posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa	13
4.3 Trabalho de campo ao território do entorno do campo de pesquisa	14
4.3.1 Relatório de visita ao território do entorno do campo de pesquisa	14
4.3.1.1 Primeira parada: Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio	17
4.3.1.2 Segunda parada - Pedreira	20
4.3.1.3 Terceira parada - Praça do Caetano	23
4.3.1.4 Quarta parada - Posto de Saúde Mariano de Abreu	27
4.3.2 Análise da visita no território do campo de pesquisa	30
4.3.2.1 Sobre a condição social da produção dos discursos	30
4.3.2.2 Análise lexical	31
4.3.2.3 Temas e Figuras	7
4.3.2.3.1 Festival de Papagaio	7
4.3.2.3.2 Intervenções da Prefeitura	7
4.3.2.3.3 Animais que andam livremente na rua	8
4.3.2.3.4 Questões sociais	8
4.3.2.4 Aspectos refletidos, refratados e silenciados no discurso	8
4.3.2.5 Os aspectos ideológicos presentes no discurso	9
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:	22
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	23
ANEXO 1	24

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

A educação ambiental é um conceito presente desde os primórdios da humanidade. É possível perceber que o homem já se interessava pela temática ambiental ao longo das grandes civilizações, como os gregos, que contribuíram, de forma sensível e multidisciplinar, descrevendo as relações entre o homem e a natureza Costa (2013). Reigota (2016) aponta que os debates acerca da Educação Ambiental (EA) tiveram mais evidência no âmbito global, entre as décadas de 1960 e 1970, tendo como destaque a relação entre o crescimento populacional, desenvolvimento humano e a conservação de espécies animais e vegetais.

Após esse período, o debate acerca do tema amplia motivado, principalmente, pelos problemas ambientais que acompanharam o rápido crescimento da população, afetando negativamente a qualidade de vida da população, como aponta o *Intergovernmental Painel on Climate Change* (IPCC), da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse órgão internacional gerou um relatório sobre as mudanças climáticas ocorridas no planeta no ano de 2023, que apontou dados preocupantes sobre a utilização dos recursos naturais do planeta dos quais podemos destacar o aumento da temperatura média da Terra em 1,1° C em relação às médias do século XIX, fenômeno este fruto da utilização indiscriminada dos combustíveis fósseis como principal fonte de energia.

Outros dados indicados pelo IPCC demonstram que a influência humana aqueceu não apenas a atmosfera, assim como os oceanos e a terra. Como consequência imediata, os fenômenos naturais se tornaram mais extremos causando inúmeros impactos tanto nas atividades econômicas quanto nas questões culturais. Comunidades tradicionais são severamente afetadas apesar de pouco terem contribuído para essa questão. Isso demonstra que, apesar dos benefícios econômicos da globalização atenderem aos interesses de poucos, os prejuízos ambientais são distribuídos a todos no planeta.

O relatório do IPCC aponta ainda que, apesar da produtividade agrícola ter crescido nos últimos anos em função do desenvolvimento tecnológico do setor, as mudanças climáticas geradas pelo aquecimento global afetaram, negativamente, principalmente as áreas de baixa latitude, onde se concentram as comunidades com o menor acesso à tecnologia e, portanto, estão mais vulneráveis aos climas extremos. Como consequência, tem-se uma menor produtividade agrícola nessas regiões, escassez de água e insegurança alimentar. Assim, nota-se que o aquecimento global provoca a ampliação da desigualdade social em nível global.

Os problemas ambientais gerados pelo aquecimento global atuam nas cidades provocando o aumento de doenças, gerando um evento em cadeia, ampliando a mortalidade e obrigando as pessoas a se deslocarem para outras regiões, buscando conforto térmico. As regiões mais afetadas por essa questão são exatamente aquelas consideradas subdesenvolvidas que acabam se tornando também áreas de ocorrência de migração climática, ideias defendidas tanto pelo relatório do IPCC, como por Krenak (2022).

Do ponto de vista da saúde e bem-estar, o relatório do IPCC indica o aumento de doenças infectocontagiosas, desnutrição e problemas relacionados à saúde mental. Em cidades, assentamentos e infraestrutura foram percebidos como aumento de problemas como inundações e danos sistemáticos. Porém, os impactos são mais perceptíveis na qualidade e quantidade de água, na biodiversidade e no aumento da aridez e inutilização dos solos.

Essas informações expostas pelo relatório do IPCC corroboram as ideias de Krenak (2022). O autor relata que a Terra não suporta mais as metrópoles que são grandes consumidoras de energia. O problema é potencializado no Brasil, onde as fontes de energia são consideradas limpas, porém são geradas em hidrelétricas que foram construídas à base do sofrimento das nações indígenas e do meio ambiente natural.

Krenak (2022) aponta, ainda, que as metrópoles capitalistas são reflexos do capitalismo e podem se manifestar de diversas formas: a arquitetura moderna exige o consumo de energia e matérias-primas como cimento, pedra e vidro, pressionando, cada vez, mais o ambiente natural. O crescimento das cidades provoca o cercamento das matas e florestas de forma a não prejudicarem o crescimento do símbolo do capitalismo: as metrópoles.

O relatório mostra de forma inequívoca que, atualmente, o homem possui uma relação predatória com o meio ambiente, e o resultado disso é prejudicial não apenas para o meio natural, mas já tem sido sentido por toda sociedade global. Por ser assim, é necessário estabelecer uma nova forma de relação entre o homem e o meio, uma relação sustentável entre sociedade e ambiente natural.

A situação crítica exposta nos parágrafos anteriores exige uma mudança de postura entre o homem e o meio ambiente, ideia esta defendida por Krenak (2024). O autor frisa que as mudanças que antes ameaçavam apenas os indígenas, hoje já podem ser percebidas por todo planeta e isso pode levar a uma perda de sentido da vida. O autor ainda diz que o homem imprime uma forte marca sobre a Terra, e que já pode ser considerada como uma era geológica: Antropoceno.

Krenak (2024) considera que a despersonalização dos elementos naturais, como rios e montanhas, libera esses espaços para que sejam utilizados pelo homem de modo a serem

utilizados de forma a atender os interesses individuais das indústrias e do extrativismo. Portanto, na visão do autor, perdemos a proteção do planeta em função dos interesses capitalistas.

O livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, pode ser considerado como o primeiro grande alerta sobre as consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos e seus possíveis impactos. Somando-se ainda a questão da efervescência social criada pelos movimentos *hippie*, da década de 60, a sociedade começa a despertar para a criação de uma nova relação entre o homem e o meio ambiente. Nesse sentido, a ONU, em 1972, cria a sua primeira reunião internacional sobre o tema, demonstrando que a temática ambiental se torna uma importante pauta global. Layrargues (2004) mostra que esse é um assunto que vem sendo tratado desde a antiguidade e percebe-se que inúmeros estudos deveriam ser desenvolvidos com o objetivo de criar um arcabouço de conhecimento visando a uma relação sustentável entre o homem e o meio ambiente. Nota-se que é necessário aplicar os conhecimentos em toda a sociedade, principalmente na Educação, sendo esse o trampolim para o início do discurso sobre EA. A EA passa, então, a ter inúmeras interpretações, o que cria basicamente duas correntes de pensamento: A Educação Ambiental Conservadora e pragmática e a Educação Ambiental Crítica (EAC).

Layrargues (2004) define que a primeira vertente defende princípios pragmáticos e conceitos ligados basicamente à ecologia, que o processo educativo é meramente expositivo, e, nesse aspecto, sendo o aluno um mero observador do processo, espera-se que possa proporcionar mudanças individuais e influenciar o comportamento coletivo. É um princípio fortemente ligado aos interesses capitalistas, pois condiciona o indivíduo a não interligar as questões ambientais com aspectos socioeconômicos e culturais, ideia que Freire (1987) conceitua como desumanização, resultado da alienação do sujeito.

Na perspectiva de Freire (1987), o sujeito alienado não tem consciência do processo de dominação, ele se contenta com a realidade que lhe é ofertada, na negação da humanidade calcada na injustiça, na exploração, na opressão e na violência dos opressores. Ademais, o autor indica que a desumanização rouba do sujeito a vontade de ser mais, cria um destino dado, uma ordem injusta, negando a possibilidade de liberdade, justiça, de luta dos oprimidos e a recuperação da sua humanidade roubada.

Diante do cenário exposto, Loureiro (2013) afirma que a EAC possui em sua essência três objetivos: a) efetuar uma análise da conjuntura complexa, da realidade a fim de criar um arcabouço de informações fundamentadas com o propósito de questionar a ordem de desigualdade e problemas ambientais existentes; b) trabalhar a autonomia e a liberdade do

sujeito, objetivando o rompimento com a relação de exploração, subjugação e opressão, próprias do sistema capitalista de produção; c) implantar uma transformação radical, do padrão existente, procurando romper com a degradação ambiental e da condição humana.

Ademais, Loureiro (2013) aponta que a EAC possui fortes ligações com o pensamento de Paulo Freire. As mudanças radicais propostas no parágrafo anterior, estão conectadas com uma educação popular, uma pedagogia crítica e libertadora. O processo educativo rompe com a lógica de uma prática educativa baseada na mera transmissão de conhecimento, que forma indivíduos docilizados e alienados, para uma prática pedagógica que centralizada no sujeito reflexivo e crítico. É destacada uma prática pedagógica dialógica, com forte participação popular, no rompimento das relações de exploração e construção da cidadania plena.

Loureiro (2013) completa ainda que a macrotendência crítica da Educação Ambiental busca lutar por uma nova sociedade, transformando o conhecimento, as instituições, as relações sociais, os valores culturais e éticos. É necessário buscar o entendimento do funcionamento do sistema político ideológico, os mecanismos de repressão e reprodução social, que em seu âmago funcionam para proteger a estrutura do sistema capitalista de produção. Para a EAC, a questão ambiental está associada às relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevaletentes.

Layrargues (2011) mostra que o campo social agrega à EAC uma pluralidade de elementos ligados a pessoas, instituições, governos e ideologias. Nota-se que esses atores são fundamentais no processo da prática de educação ambiental, e que eles interagem, transformando a Educação Ambiental em um campo de disputa de poder. Layrargues (2018) aponta ainda que como uma questão ideológica, a questão ambiental gira em torno da disputa entre a racionalidade ecológica, que defende um modo de vida mais sustentável, e a racionalidade econômica, que busca defender os interesses capitalistas.

Belinky (2021) aponta que, no campo do discurso da Educação Ambiental, podem ser percebidas práticas governamentais e empresariais que defendem os interesses capitalistas. Uma prática apontada pelo autor, que cristaliza essa ideia, é o discurso do *Environmental, Social and Governance* (ESG), sigla em inglês que se refere à Ambiental, Social e Governança. Essa prática tem sido adotada pelo mundo empresarial e governamental na expectativa de associar suas imagens à sustentabilidade e à responsabilidade social. Porém, práticas de ESG, muitas vezes, são adotadas de forma pontual, atendendo os interesses econômicos das organizações, criando práticas sustentáveis ineficientes do ponto de vista do desenvolvimento social, econômico e ambiental mais justo e solidário.

Diante do cenário exposto, Tragtemberg (1985) propõe uma mudança de conscientização não apenas no campo do discurso, mas uma transformação na estrutura de comportamento, do indivíduo e da coletividade por meio de uma educação crítica e transformadora, que perpassa pela valorização do conhecimento prévio dos educandos e ao mesmo tempo, questiona o modelo vigente. Segundo o próprio autor, a construção da consciência, via educação transformadora, passa pela vivência da transformação na relação com outros companheiros em um processo essencialmente prático.

Trazendo essa discussão para o campo educacional, Tragtemberg (1985) propõe a educação como um caminho capaz de romper com a lógica de exploração e dominação. Esse processo libertador só será capaz por meio de dois aspectos básicos: tirar o controle educativo das mãos dos interesses capitalistas e dar autonomia para os educadores. Portanto, é necessário que a realidade seja conhecida, pensada e criticada pela população oprimida.

Esse fenômeno se materializa nas relações de poder impostas entre professores, alunos e gestão no ambiente escolar. Tragtemberg (2001) aponta que o ensino rígido, a hierarquia administrativa e pedagógica mais o controle imposto pelas avaliações reproduzem o campo de dominação capitalista sobre as classes dominadas. Um caminho proposto pelo autor para romper com essa lógica seria a construção de uma comunidade real, baseada na horizontalização das relações entre professores, alunos e funcionários.

As ideias defendidas por Tragtemberg (2001) buscam um rompimento com uma lógica predatória, por meio da educação, não apenas dentro da própria sociedade, mas também na relação do homem com o meio ambiente natural, visando à construção da sustentabilidade. Essas ideias balizam os pensamentos de Marcos Reigota (2016) que, por sua vez, defende que a educação seja impregnada da utopia de mudar, radicalmente, as diversas relações que existem hoje.

A EAC possui um enraizamento com o pensamento do educador Paulo Freire. Essa corrente de pensamento defende que o ambiente natural não pode ser entendido de forma individual, é necessário relacionar com matérias ligadas ao desenvolvimento socioambiental e vivência cultural. Marcos Reigota (2016) transporta o pensamento Freiriano para a EA. Para o autor, a EA é uma educação política e deve priorizar a reflexão crítica da relação entre o homem e a natureza, de forma a garantir a liberdade dos oprimidos por meio da reflexão crítica da realidade, além de elevar a qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento sustentável em sua plenitude.

Ainda segundo Reigota (2016), o autor ressalta que a EAC busca combater não apenas a destruição do meio ambiente, mas fomenta o combate às desigualdades sociais, e na promoção

da justiça social, prática da cidadania, autogestão e ética; ou seja, um caminho viável para alcançar a sustentabilidade.

Reigota (2016) defende que a EAC seja tratada como uma educação política, capaz de questionar a lógica existente, que seja criativa, inovadora e crítica. Ressalta que busca manter o diálogo de conhecimentos científicos, étnicos e populares com base em três argumentos que serão abordados nos parágrafos seguintes.

O primeiro é que a EAC nasce de uma perspectiva crítica, buscando romper com a lógica predatória entre o homem e o meio ambiente. Fundamentada nos princípios de Paulo Freire, essa teoria busca, por meio da reflexão, conscientização dos oprimidos e de uma relação dialógica, a autonomia e a liberdade. Essas são premissas básicas para romper com a atual lógica de exploração e destruição proposta pelo capitalismo.

O segundo argumento está ligado ao aspecto que a EAC, por ser um ramo da EA, pode não ficar preso apenas ao ambiente escolar e, sim, ser praticado em diversos ramos da sociedade, como fábricas, indústrias, nas diversas atividades rurais e de pesca, nas comunidades locais, nos comércios e serviços. Ou seja, é uma prática de grande abrangência, atingindo além dos ambientes escolares, a economia e diversos atores da sociedade. Esse aspecto é de fundamental importância, pois provoca mudanças em grandes escalas.

O terceiro argumento é que a EAC pode trazer mudanças não apenas no comportamento do homem para o meio natural, mas principalmente em toda a sociedade. Por buscar uma sociedade mais justa e fraterna, a EAC objetiva a libertação do ser humano oprimido em uma sociedade mais sustentável. Dessa forma, os impactos dessa prática combatem diretamente a questão da desigualdade social, não apenas em âmbito local, ou regional, mas também no âmbito global.

Esse campo de disputa acaba se manifestando diretamente no discurso como forma de constituição da realidade social. Como metodologia para entender esse campo de disputa, a Análise do Discurso se apresenta como um caminho de análise para essa questão. Pesquisar o discurso presente na legislação e a EAC no contexto de uma escola localizada em uma das regiões mais pobres de Belo Horizonte é uma forma de entender as forças da educação ambiental para a transformação social.

1.2 Problema e questão central

O objeto de estudo em questão está localizado em uma região com um dos piores indicadores socioeconômicos da capital mineira que, ao mesmo tempo, possui um dos mais

altos indicadores de violência da cidade, segundo o sistema local de monitoramento dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de Belo Horizonte (PBH, 2023). Além disso, os problemas ambientais são visíveis, contrastando com áreas de mata e seu desenho de relevo peculiar. A interação desses elementos geográficos coloca o gestor escolar em um papel de destaque no processo de condução da prática de EA, no contexto escolar, portanto, mapear o seu discurso perante essa realidade se torna essencial para tornar esta política pública mais eficaz e eficiente.

A ONU fez um apelo global pela erradicação da pobreza, pela preservação do meio ambiente e do clima, e pela garantia de que as pessoas possam desfrutar da paz e da prosperidade. Esse documento ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do qual o Brasil é signatário. Os itens 4 (educação de qualidade), 10 (redução das desigualdades) e 11 (cidades e comunidades) se alinham aos objetivos propostos pela pesquisa. O primeiro por se tratar de uma pesquisa que tem como foco uma escola, o segundo por se tratar de EAC, que percebe a profunda ligação entre questões socioeconômicas e ambientais, e o terceiro por se tratar de uma escola localizada em uma região da cidade com diversos problemas sociais e ambientais e que influenciam na prática de EA da escola.

Como justificativa social, a pesquisa se propôs a identificar a EA na legislação e no objeto de pesquisa em questão e o seu alinhamento junto à EAC. Outra contribuição proposta pelo trabalho é alusiva ao caminho percorrido ao longo do processo de pesquisa que perpassa a identificação da visão de educação ambiental dos integrantes de uma unidade escolar (professores, gestão e trabalhadores da educação) e dos documentos pertinentes ao tema. Além disso, entender a influência do território na prática da EA no ambiente escolar se torna um impacto social relevante para o entorno e que pode ser utilizado como balizamento para políticas públicas que atuam na região.

Apesar da prática de EA se dar em todos os campos da sociedade, é na escola que ela se estabelece nas modalidades formal e informal e atinge uma grande parcela da sociedade. Conseqüentemente, a construção dessa prática dentro do ambiente escolar deve levar em consideração todos os aspectos relacionados à comunidade escolar, como os professores, funcionários administrativos, auxiliares de serviços da educação básica, alunos, comunidade e as legislações pertinentes a esse processo educativo.

O papel do gestor escolar perpassa por inúmeras atribuições como traçar objetivos e estratégias, estabelecer metas, avaliar e acompanhar o processo educativo; tudo dentro de um processo democrático e transparente. Por ser uma vertente basal da educação, a prática da EA precisa estar incluída nesse processo. Portanto, uma das funções do gestor escolar é conduzi-lo

de forma eficaz, a fim de formar cidadãos planetários conscientes da realidade, e protagonistas da própria liberdade.

Como sujeitos desta pesquisa, citados no parágrafo anterior, destaca-se a figura da Resolução CEE/MG 493, de 12/12/2022, que dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da Educação Ambiental no sistema de ensino de Minas Gerais. Esse documento é um norteador da política de prática ambiental nas escolas públicas de Minas Gerais. Os gestores escolares configuram a figura do diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e secretário escolar. O território onde está localizada a escola possui uma geografia peculiar que, no contexto da Análise Francesa do Discurso, contribui para a condição social de produção do discurso.

A questão central deste estudo buscou identificar os discursos presentes na legislação pertinente e frente ao contexto de gestão escolar de uma Escola Estadual de Ensino Médio em tempo integral, da região leste de Belo Horizonte, na manifestação da Educação Ambiental Crítica. Foram considerados, na gestão, os seguintes trabalhadores da educação envolvidos no processo: Diretor, vice-diretor, coordenadores, professores que abordam a temática ambiental em suas aulas e secretaria escolar; o território e as legislações que normatizam o processo. A Análise Discurso Francesa (AD) foi utilizada como recurso metodológico a fim de mapear as forças que atuam ao longo de todo o processo. Portanto, a pergunta de pesquisa envolve identificar a relação do discurso presente na Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, frente ao contexto de gestão escolar de uma escola Estadual de Ensino Médio de Belo Horizonte, considerando a EAC e AD.

Como propósito de contribuição, esta pesquisa busca identificar, no discurso da legislação e dos gestores escolares de uma escola localizada em um território de geografia complexa, que envolve área de mata preservada, mesclando espaços urbanos e rurais, incrustada em uma área de vulnerabilidade social na fronteira com outra cidade da região metropolitana de Belo Horizonte a manifestação da EAC, proposta por Marcos Reigota.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a prática de EAC com os direcionamentos da Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, em uma escola de Ensino Médio em tempo integral, da região Leste de Belo Horizonte frente à Análise do Discurso.

1.3.2 Objetivos específicos

a) identificar a abordagem dos discursos presentes na legislação pertinente ao tema, com foco na Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022;

b) identificar a prática de Educação Ambiental no campo de pesquisa e a ação da Gestão frente a essa realidade;

c) reconhecer a condição social de produção do discurso a partir do contexto socioambiental do território onde a escola está inserida.

1.4 Adequação à linha de pesquisa

Para criar políticas públicas capazes de satisfazer os preceitos de uma educação crítica e de qualidade, é importante conhecer o papel dos gestores públicos alinhado à eficácia do processo. A EA possui um caráter estratégico na formação de cidadãos planetários conscientes da realidade e capazes de buscarem a liberdade, além de buscar soluções sustentáveis para problemas socioambientais. Assim, vincular a prática da EA com a gestão escolar se adequa à linha de pesquisa Relações de Poder e Dinâmica das Organizações na construção de políticas públicas capazes de transformar de forma positiva a sociedade e o meio natural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são discutidos elementos teóricos para embasamento da pesquisa proposta neste trabalho. O referencial está dividido em três partes, a primeira relacionada à questão da EA e suas vertentes, a crítica e a pragmática; outra parte relacionada a como a EA está inserida no contexto da legislação dentro da rede estadual de educação de Minas Gerais e, a terceira relacionada com a Gestão Pública, refletida na figura do Gestor Escolar.

2.1 Educação Ambiental

Costa (2013) aponta que a preocupação com a preservação ambiental é assunto recorrente no século XXI, dadas todas as agressões e seus efeitos maléficos ao longo dos anos. Entretanto, tal assunto e a preocupação com a instituição de uma política ambiental não são assuntos novos. Eles remetem há séculos à civilização, e, durante o século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, ganham contornos importantes. O autor ainda diz que as relações do homem com o meio ambiente começam a ser percebidas pela sociedade já pelas civilizações antigas, tanto ocidentais, como orientais, e tomaram um contorno mais robusto após a I Revolução Industrial, como ressalta Teixeira (2024).

Dessa preocupação crescente, surge a necessidade de se criar uma área de atuação denominada EA. Em um contexto mundial e nacional, essa necessidade surge devido a um cenário pouco favorável à preservação ambiental. Nesse sentido, a crise ambiental provocada pelo homem, fruto de uma relação predatória do ser humano em relação ao meio ambiente, tem provocado uma onda de reações dos cientistas da área ambiental, no sentido de buscar uma compatibilidade mais harmoniosa e equilibrada entre homem e natureza, perspectivas defendidas por Silva (2022).

Após a década de 1970, com a intensificação da globalização, e a potencialização do uso de novas tecnologias, a destruição ambiental foi agravada, em função de acolher os interesses de uma sociedade, cada vez, mais consumista. Lima (2021) resgata, no geógrafo Milton Santos, o conceito de globalização, definido como “o ápice de internacionalização do mundo capitalista”, dessa forma, é possível perceber que os prejuízos ambientais são compartilhados com todo o planeta, não respeitando fronteiras e nacionalidades, tornando esse prejuízo ambiental um passivo para todo o planeta.

Nessa mesma perspectiva, Dowbor (2009) aponta que a concentração de renda nos países mais desenvolvidos impulsiona o consumo de recursos naturais e, ao mesmo tempo,

provoca grandes impactos ambientais, e o que mais se destaca é o aquecimento global, que vem provocando profundas mudanças não apenas no meio ambiente, mas também no campo econômico. O autor aponta que em estudos recentes, já é revelado um colapso do sistema capitalista mundial, e a questão continua sendo protelada.

Diante dessa conjuntura, nasce uma EA com um discurso fortemente vinculado ao simples processo de preservação do ambiente natural, descartando elementos fundamentais que permeiam a relação entre o homem e o meio, como a cultura e a economia. É uma EA tradicional e conservadora, imposta pelos países ricos com o objetivo de justificar o modelo de desenvolvimento econômico predatório em detrimento dos países pobres. Reigota (2016) aponta que esse modelo começa a ser questionado, e, nesse momento, surge a vertente crítica da EA. O principal argumento apontado pelo autor, e que gerou um dos pilares fundantes da EAC, era que os problemas ambientais estavam ligados à má gerência dos países pobres em relação aos seus fartos recursos e não à concentração de renda e consumismo dos países ricos.

Nesse contexto, faz-se necessária uma ampliação do conceito de EA. Para isso, o presente trabalho considera os estudos realizados por Reigota (2016), que traz, de forma contundente, a ideia de uma educação ambiental crítica. De acordo com esse autor, o conceito de EA se dissocia de maneira parcial da disciplina Ecologia, pois, apesar de considerar o ambiente físico e seus elementos bióticos, a EA considera outros fatores, como questões sociais e políticas. Quando se analisa a educação ambiental em suas primeiras décadas, observa-se a clara intenção de relacioná-la de maneira prioritária com a proteção e conservação de espécies animais e vegetais. Dessa forma, a EA encontrava-se muito mais ligada a conceitos biológicos e ecológicos, e dissociados de questões sociais e políticas.

Diante disso, Reigota (2016) propõe uma ampliação do que seja a EA muito além de uma educação baseada no ensino de conceitos científicos e metodologias tradicionais. Para ele, é necessário romper com a lógica institucionalizada sobre a EA e entendê-la como um ato político. Nesse sentido, a educação ambiental deve considerar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais e, com isso, buscar superar as formas de controle e dominação, promovendo a participação democrática de todos.

A dualidade das vertentes da EA pode ser analisada por meio de um dos principais conceitos desta ciência: a sustentabilidade. Para Faria (2014), ambas possuem um viés de mudança do modelo capitalista de produção e buscam a construção de uma nova relação com a natureza, em que os interesses da sociedade e preservação do meio ambiente são levados em consideração. A vertente tradicional, segundo o autor, possui, materializada na Agenda 21, elementos que propõem uma relação de maior equilíbrio entre o meio e a produção capitalista,

enquanto, pela vertente crítica, existe a defesa de garantir o equilíbrio entre ambiente e produção, além de valorizar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Dessarte, para discutir as questões contemporâneas relacionadas ao ambiente, não é possível uma visão conservadora e tradicionalista sobre o tema. Faz-se necessário uma discussão ambiental mais ampla e uma conceituação de EA conectada com os novos desafios atuais sobre a preservação ambiental. É necessária uma EA política, nos moldes defendidos por Reigota (2016), comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia, valores estes que seriam conquistados pelos oprimidos, por meio da conscientização em comunhão, proposto por Paulo Freire em seu livro “Pedagogia do Oprimido”.

Dessa forma, é necessário perceber como essa obra se relaciona profundamente com a EAC. Freire (1987) demonstra que existe uma relação de dependência emocional entre o oprimido e o opressor, criando uma cortina de fumaça que impede que os oprimidos possam enxergar a verdadeira realidade. Ao romper com esse processo, percorrendo um caminho que perpassa o letramento, reflexão e criticidade, o sujeito atinge a liberdade em comunhão com outros sujeitos, rompendo com a relação de exploração e subalternidade.

A EAC, portanto, tem como pilares fundantes esses princípios de Paulo Freire. Para romper com a lógica de EA tradicional e conservadora, que defende a singela conservação do meio ambiente, é necessário ter uma prática de EA pautada na consciência ambiental, reflexão sobre os sujeitos que estão relacionados com essa questão, e uma postura crítica sobre a realidade que está sendo imposta. Portanto, existe uma forte convergência entre o conceito de Educação Ambiental Política, proposto por Reigota (2016) e as concepções freirianas.

É necessário que o conhecimento seja contextualizado e globalizado, configurando um conhecimento complexo, do contrário, o que se tem é um conhecimento segmentário, encerrado em uma única finalidade e que busca a manipulação do indivíduo. Nesse sentido, o pensamento clássico não corrobora a contextualização do conhecimento segundo as ideias defendidas por Morin (2002).

Isso evidencia que essa ruptura com a educação tradicional não é uma tarefa fácil, entretanto, faz-se necessário que isso ocorra em todas as temáticas educativas, incluindo a temática objeto de estudo deste texto, que é a EA. Sobre isso, Leff (2018) afirma que é necessário “desaprender e dessujeitar-se dos conhecimentos concebidos”. E o conhecimento ambiental exige questionamentos sobre as condições ecológicas, sustentabilidade e questões sociais que envolvam a democracia e a justiça. Para isso, são necessárias estratégias de comunicação dos saberes disseminando o conhecimento, de acordo com as ideias defendidas por Leff (2018).

Tais reflexões remetem novamente às ideias de Reigota, que defende uma educação ambiental que vai além e ganha contornos sociais e políticos. Por sua vez, quando se pensa na EA nos ambientes escolares, há que se considerar as ideias preconizadas por Paulo Freire que defende a prática de uma educação de fato libertadora e significativa. Segundo Freire (2002), é necessário que o professor busque situações que propiciem debates, diálogos e participação ativa dos estudantes em grupos. Para isso, é necessário que “em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação composta, "reduzida" e "codificada" em “unidades de aprendizado”.

Além da integração entre a natureza e a sociedade, é necessária a priorização da abertura de diálogos sobre saberes, hibridização entre ciências e tecnologias, além de saberes que permitam a produção de novos paradigmas que propiciem o encontro entre a epistemologia e a hermenêutica, ideia defendidas por Leff (2011).

Nesse sentido, Dowbor (2010) demonstra que, apesar de o planeta atingir níveis considerados de desenvolvimento tecnológico, principalmente no campo da produção de energia e tratamento de água, esses avanços não chegam a todos, pois ainda há cerca de 2 bilhões de pessoas que ainda cozinham utilizando lenha em todo o planeta, ou ainda questões locais como pessoas sofrendo com a sede no Nordeste brasileiro. Portanto, fatos como esses demonstram que a desigualdade social e tecnológica e problemas ambientais são indissociáveis.

Como forma de validação dessa ideia, Layrargues (2009) indica que, no relatório de Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, a questão da desigualdade social não tinha sido combatida de forma adequada, concebendo a ampliação da pobreza e miséria principalmente em países subdesenvolvidos. Portanto, a necessidade de criação de uma Educação Ambiental Política, calcada nos princípios de Reigota (2016), surge como um caminho capaz de trazer não apenas uma sociedade mais justa e solidária, como também a prática de sustentabilidade na sua plenitude.

Essa mudança de paradigma em relação ao meio ambiente se faz, cada vez, mais presente e necessária. Para viabilizar essa questão, nada mais eficaz que a utilização da educação como principal ferramenta de transformação da sociedade. É necessário reconhecer que a educação sempre se mostrou como a melhor forma de intervenção no mundo. A EAC é, antes de tudo, um ato de cidadania, pois é impensável buscar um planeta ambientalmente equilibrado, sem constituir inicialmente uma sociedade mais justa e solidária. Por ser assim, Reigota (2016) propõe que a EA não pode ser encarada apenas como a simples preservação do meio ambiente em si (biosfera), pois limita a área de sua atuação longe da esfera social e

econômica, ou seja, ignorando os problemas socioeconômicos que contribuem no processo de degradação do meio ambiente.

A evolução da EA no Brasil se deu em contexto que tem como marco inicial o fim do século XX, como fruto de um crescimento econômico baseado no desenvolvimento da indústria e agropecuária, sem preocupação com a preservação do meio natural. Layrargues (2014) aponta que a EA no Brasil, desenvolvida durante esse período, era basicamente conservacionista, buscando unicamente a preservação com o meio ecológico, sombreando a relação entre o meio e a sociedade. Porém o autor aponta ainda que a complexidade do tema levou a uma percepção dos estudiosos a perceberem a relação entre o meio natural, sociedade, cultura e economia. Portanto, era necessário aproximar essas áreas de forma a construir uma EA que pudesse responder aos verdadeiros anseios da sociedade. A partir daí, a EAC passa a ser reconhecida, por Reigota (2016), como um caminho sólido não apenas para a solução dos problemas ambientais, mas também para buscar a liberdade dos sujeitos oprimidos.

O mesmo autor aponta que a EA, por ser uma ciência complexa e também ligada à educação, ela possui diversas vertentes que acompanham essas ciências e que a prática da EA nas escolas pode ser diretamente movida por esses diversos trilhos, portanto, a legislação é uma bússola que direciona o processo de ensino aprendizagem e, por isso, deve ser levada em consideração no processo de construção da prática da prática educacional.

2.2 EA e a legislação no contexto da SEE-MG

A construção da EA se dá diante de uma dualidade entre as correntes tradicionais e críticas, além da disputa entre uma educação que busca transformações sociais e a preservação de uma educação que prioriza o sistema capitalista. Nessa disputa, tem prevalecido a manutenção do sistema capitalista, fato que pode ser constatado pela observação da precariedade e falta de qualidade nos espaços de educação formal prevalência do sistema capitalista. Essa realidade reflete a tendência que mostra que representantes, escolhidos democraticamente pelo povo, optam por se comprometer com interesses privados em detrimento dos interesses sociais Janke (2012).

Janke (2012) complementa que ainda é preciso refletir sobre a forma como a EA vem sendo tratada tradicionalmente nas escolas e trazer à tona a necessidade de mudanças, mediante a construção de práticas mais críticas e reflexivas. Do ponto de vista legal, a Constituição Federal (CF 88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reforçam a importância da EA não só durante as

etapas da escolarização, mas, sim, durante toda a vida do indivíduo, potencializando a ideia de que a EA deve acontecer nos mais diversos ambientes e contextos.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é instituída pela Lei número 9795 de 27 de abril de 1999, está em vigor até os dias atuais, com suas diretrizes normatizando as demais leis na área ambiental e nas normativas das áreas públicas federal e estadual. A legislação correlaciona conceito, objetivos princípios e a educação no âmbito da educação. No ano de 2024, foi alterada para incluir temas pertinentes ao tema como mudanças climáticas, escolas sustentáveis e atividades interdisciplinares que contemplem a temática ambiental.

Entretanto, as escolas de Ensino Fundamental e Médio acabam abarcando a função de trabalhar a EA, sem, por vezes, possuir os requisitos necessários à tal empreitada. Quando se analisa a situação da EA nos espaços escolares, observa-se uma tendência de remeter tais conteúdos às disciplinas de Ciências e Geografia, renegando a interdisciplinaridade que o tema pressupõe e que é preconizado na LDBEN 9394/96. Além disso, é reforçada uma ideia conteudista, que se preocupa com a apreensão de conceitos, em detrimento do pensamento crítico dos temas abordados.

Logo, é preciso romper com essa lógica, propondo ações e práticas que contribuam com o desenvolvimento de uma EA crítica. Nesse sentido, a legislação educacional brasileira enfatiza que a EA é uma temática extremamente rica e que deve ser tratada de maneira consistente em diversas disciplinas, obedecendo o princípio da transdisciplinaridade, ao longo da trajetória escolar dos estudantes.

É possível perceber que a EA já é reconhecida como um caminho fundamental no processo de mudança de realidade de uma sociedade predatória para uma sociedade mais equilibrada. No Brasil, a CF 88, no capítulo XI, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, a EA é reconhecida como instrumento de conscientização pública e conteúdo a ser promovido em todos os meios de ensino. Ressaltasse que a CF 88, teve um papel fundamental no processo de retomada da democracia no Brasil, e, por isso, refletiu a esperança de uma sociedade calcada na liberdade e cidadania, logo, um ambiente fértil e promissor para o desenvolvimento de uma EA emancipatória do sujeito oprimido, conceituado por Freire (1987).

Consequente dessa questão, a EA deriva dos âmbitos federais até os municipais por meio de leis, portarias e resoluções. Na CF 88, no artigo 205, aponta-se que “a educação é um direito de todos e dever do Estado, e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nota-se, neste trecho da CF 88, que

a educação é compartilhada pelo Estado e família, que reconhece o seu caráter fundamental na constituição do indivíduo para a sociedade.

Portanto, pode-se inferir, a partir dessas colocações, que a prática da EA se dá tanto na escola, assim como em toda a sociedade. No artigo 225 do mesmo documento, considera-se que “Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem como o uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nota-se que, em ambos os artigos, é capaz de se perceber que a EA é reconhecida como pela CF 88 como um direito fundamental do cidadão, sendo responsabilidade de todos buscarem a preservação do meio natural e a qualidade de vida da população. Dessa forma, fica claro que existe acoplamento entre a Carta Magna do Brasil e os princípios da EAC.

Porém, somente essa legislação não é capaz de normatizar um assunto tão complexo como a EA em um território tão diverso como o Brasil. Galian (2014) aponta que, na década de 1990, surgem os PCNs como uma tentativa de trazer coesão e ordem na construção dos currículos escolares ao longo de todo o país, respeitando suas diversidades e particularidades. Reis (2022) afirma que a EA é tratada como um tema transversal, ou seja, precisa ser trabalhada por todas as disciplinas em projetos que contemplem as especificidades de cada conteúdo, facilitando a impregnação do saber ambiental em todo o processo educativo.

Por ser um tema incorporado recentemente na legislação brasileira, Reis (2022) aponta que a prática da EA se torna um desafio ao procurar incorporar esses saberes à práxis pedagógica. Porém os PCNs já contêm uma visão crítica em relação ao estudo da EA, reconhecendo as relações intrínsecas entre o meio natural, a cultura, a economia e a sociedade em geral. Para a sua implementação, Reis (2022) aponta que é necessária a formulação de projetos pedagógicos interdisciplinares, de caráter crítico e reflexivo, aproximando ainda mais a prática da EA no ambiente escolar dos ideais defendidos por Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do oprimido*.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui um caráter normativo e nasceu de uma discussão em âmbito nacional, envolvendo diversos atores da cena educacional brasileira. O objetivo central do documento é estabelecer um conjunto de conteúdos programáticos fundamentais que trata das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua jornada de educação básica, ideias presentes no documento Brasil (2017). Em 2017, teve a entrega de sua redação final, juntamente aos documentos anexos que corroboram a legalidade e o caráter democrático na sua construção.

A BNCC traz consigo a estruturação do Ensino Infantil e Fundamental no Brasil, sendo o Ensino Médio reformulado, em 2017, com a lei 13.414 que cria o Novo Ensino Médio (NEM), cujo o principal objetivo da reforma estava amparada em um tripé segundo Cássio (2022): qualificação profissional universal, expansão da jornada escolar para todos/as e a liberdade de escolha dos percursos formativos de interesse. Na primeira versão do documento, Reis (2022) aponta que o termo EA não é citado, apesar do documento versar sobre temas como meio ambiente, trabalho, cidadania e direitos humanos. Reis (2022), complementa que, na segunda versão, o termo Educação Ambiental não aparece diretamente, porém a BNCC propõe que a preservação do meio ambiente e os temas relacionados a essa questão devem ser trabalhados de forma transversal.

No plano estadual, a legislação responsável pela normatização do currículo a ser implementado em Minas Gerais é conhecido como Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), ou simplesmente Currículo Mineiro. Esse documento nasceu da atualização de um documento que normatizava o desenvolvimento de habilidades e competências desenvolvido em 2005 (Currículo referência). Sua elaboração levou em conta cinco etapas que tinham caráter consultivo, deliberativo e opinativo, em mais de seiscentas cidades mineiras, o que conferiu um caráter democrático e participativo na sua elaboração (Currículo referência). A EA é proposta a ser trabalhada de maneira interdisciplinar, como proposto na BNCC.

Por meio da resolução nº 493 de 12 de dezembro de 2022, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG), criam-se normas e diretrizes para a implementação da prática de EA na rede pública estadual de Minas Gerais. Esse documento possui oito sessões e sessenta e um artigos que perpassam por temas sensíveis à EA, como a base conceitual, objetivos, princípios e procedimentos orientadores das dimensões da EA, da formação dos profissionais e educadores ambientais, organização curricular e operacionalização. Nota-se que o documento possui um caráter pragmático e conservador, visto que em nenhum momento o texto traz à baila questões como reflexão, liberdade e consciência, focando apenas na preservação do meio mediante os recursos naturais.

Essa norma possui um papel fundamental na prática de EA na rede estadual de ensino de Minas Gerais. É a responsável por dar as diretrizes e orientar a práxis dos sujeitos que estão envolvidos com a prática de EA no ambiente escolar. Testemunha-se, ao longo do texto, que os temas e atores que estão envolvidos ao longo desse processo não possuem enlaçamento com as práticas libertárias propostas por Paulo Freire e Reigota, explorados ao longo do referencial teórico.

O CEE/MG é o responsável por todo o processo de discussão e elaboração desse documento. Possui uma atuação mais ampla, pois é responsável ainda por baixar normas de planejamento, coordenação, controle e fiscalização das atividades de ensino em toda a rede (CEE). O colegiado é composto por vinte e quatro conselheiros que devem possuir como pré-requisito obrigatório o notório saber e experiência em matéria de educação. Os conselheiros são divididos em: Gabinete (composto pelo o presidente e vice-presidente do órgão); Superintendências (executiva e técnica); Câmaras (do Ensino Superior; do Ensino Médio; do Ensino Fundamental e de planos e legislação).

O CEE/MG aponta ainda que todos os componentes são indicados pelo governador, que na época da construção e normatização do texto, era de um partido que defendia as ideias neoliberais. Silva (2023) aponta que esse partido do governador em questão defende de maneira aberta e robusta os princípios neoliberais, principalmente na área da educação, o que abre uma ampla distância com os pensadores críticos abordados anteriormente. Portanto, é possível perceber que a resolução nº 493 de 12 de dezembro de 2022 possui um caráter deliberadamente conservador e pragmático.

2.3 Gestão escolar

Para buscar uma melhor compreensão das premissas que governam o pensamento da gestão, é necessário resgatar as quatro premissas básicas defendidas por Tragtenberg (2018), citados por Paula (2022): 1) As teorias administrativas são frutos socioeconômicos de um contexto histórico e se adaptam com facilidade às mudanças ao longo do tempo; 2) As teorias administrativas se apresentam de maneira ideológica, travestidas de ideias eficientes que buscam esconder a verdadeira natureza da situação e operacionalmente, ou seja, institui as ideias na prática; 3) As ideias administrativas possuem uma historicidade que se cria e recria ao longo do tempo; 4) A burocracia é o instrumento de dominação que contempla as teorias administrativas reflexo do contexto socioeconômico na qual está inserido.

Conforme citado no parágrafo anterior, as teorias da administração possuem um poder de adaptação, cujo objetivo principal é manter os interesses das classes dominantes ao longo da história. Esse processo, segundo Tragtenberg (2018), reflete na gestão pública por meio da burocracia que se materializa nos processos e estruturas organizacionais do Estado. Esse processo é permeado por um discurso de eficiência e eficácia, transformando o próprio Estado em uma linha de montagem rígida e inflexível, formadora de mão de obra voltada para o mercado de trabalho.

A gestão pública no Brasil, após o processo de redemocratização no início dos anos noventa, tem se destacado pela dualidade entre o gerencialismo e a gestão social. Paula (2005) aponta que a primeira vertente foi implementada no Brasil pelas mãos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, marcado pela neoliberalização da economia por meio de privatizações e diminuição da presença do Estado na economia. A mesma autora aponta que a segunda vertente, também conhecida como administração pública societal, está ligada à participação popular por meio dos movimentos de base comunitária e sindicais, nos quais o povo, no exercício da cidadania, lutava pelos seus direitos e maior protagonismo nas decisões políticas que governam o país.

Fica explícito que a segunda vertente busca socializar e difundir as formas de diálogo e, por conseguinte, cria-se uma ponte de conciliábulo entre essa forma de administração e o discurso freiriano. Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire defende que a fala, desde que infundada no amor, torna-se uma importante forma de exercício da cidadania, sendo um caminho para a liberdade.

Os diversos conceitos de Gestão Escolar são abordados por Oliveira (2018). Aqueles que mais se aproximam da vertente crítica são o de Libâneo, que associa esse termo com a concepção sociocrítica escolar, e o de Santos Filho, que conduz o termo para conceitos de compartilhamento de ideias e participação dos sujeitos no funcionamento escolar. Lück (2019) corrobora esses conceitos de gestão alinhados com a democracia, apontando competências de fundamentação da educação e da gestão escolar, das quais se destacam três: adota uma visão abrangente da escola, articula e engloba várias dimensões da gestão escola; e garante caminhos que buscam a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos.

Percebe-se, dessa forma, que os sentidos citados no parágrafo anterior corroboram o ideal de uma gestão democrática: participação, protagonismo e criticidade; elementos fundamentais na construção de sujeitos conscientes e autônomos. Portanto, ao longo deste trabalho, será usado o termo Gestão Escolar, sempre associado a essa linha de pensamento crítico. Lück (2009) completa ainda que o gestor escolar é o grande articulador de todo o processo, portanto lhe cabe um papel de protagonismo fundamental no processo de ensino aprendizagem, inclusive, na prática de educação ambiental.

O espaço escolar, na visão de Tragtenberg (1985), é um espaço de dominação e poder, onde as estruturas, os métodos e a organização são construídos de forma a transformar o espaço escolar em um local de constante vigilância. Nela, os alunos acabam reproduzindo um comportamento que lhes é imposto, sem a contestação. Professores e gestores são peças fundamentais nesse processo e, portanto, a chave para a quebra desse paradigma. O próprio

autor confirma que a autogestão pelos trabalhadores da educação é a solução para essa prática de subalternização.

Continuando na perspectiva do espaço escolar, Tragtenberg (2018) aponta que esse *locus* apresenta uma estrutura de uma fábrica, produzindo homens utilizáveis e não mais dedicados ao ócio. A estrutura burocrática constituída nesse meio implica a precarização das formas de participação escolar, no foco em resultados e não na participação democrática. O gestor se torna uma engrenagem que busca alinhar os interesses dos superiores, no caso do presente do trabalho, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), com a aplicação do conhecimento voltado para formação de uma massa de trabalhadores pronta para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Dessa forma, Tragtenberg (2018) indica que esse caminho leva à despersonalização das relações entre os entes que fazem parte da escola, tornando esse espaço uma reprodução das linhas de produção industrial alienadas. Todas as regras, condutas e organizações buscam a construção de sujeitos inculcados com a ideologia dominante e dóceis para o trabalho. Porém, o próprio Tragtenberg (2002) busca uma reflexão que traz luz a essa realidade cinzenta: a participação real de professores, funcionários e alunos, opondo-se a burocratização do ensino por meio dessa autogestão, buscando um sentido para o processo de aprendizagem.

Accioly e Silva (2019) mostram que a emancipação do indivíduo passa pelo enfrentamento da burocracia na educação que reproduz indivíduos alienados, configurados apenas para o mercado de trabalho. Ainda segundo os autores, o caminho para superar essa conjuntura passa pelo pensamento de Tragtenberg (2002), que seria a defesa de uma escola laica, pública e gratuita, autogerida pelos próprios sujeitos que fazem parte da instituição, por meio da socialização do conhecimento da classe oprimida. Por ter um papel de condutor e articulador das práticas administrativas e pedagógicas de uma escola, segundo Lück (2009), o gestor escolar possui um papel fundamental na condução desse processo.

A participação, como visto anteriormente, é uma das premissas para a implementação de uma gestão verdadeiramente democrática. Lück (1998) aponta que a participação cria condições favoráveis para que as pessoas se tornem autônomas, pois passam a ter responsabilidade sobre as próprias decisões que, conseqüentemente, influenciam no próprio trabalho. A participação, segundo a mesma autora, é um processo dinâmico e orgânico, e é necessário que vá além da tomada de decisões, passando pelo apoio mútuo na busca por soluções de problemas e dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Essa ideia é corroborada por Gadotti (2014), que afirma existir uma simbiose entre gestão democrática, autonomia e participação.

A implementação da participação popular depende de mecanismos para ser implementada, segundo Gadotti (2014), e, segundo o mesmo autor, é necessário que os sujeitos tenham acesso à informação para que possam conceber uma educação na perspectiva transformadora objetivando uma sociedade mais justa e solidária. Pelo olhar de Lück (1998), uma das competências inerentes ao cargo de gestor escolar, para uma gestão democrática e eficiente é a busca pelo diálogo, promoção da informação e incentivo à participação de todos os envolvidos no ambiente escolar, portanto é o grande propulsor da gestão democrática e incentivador de uma educação transformadora e participativa.

Ainda no campo da participação popular, Gadotti (2014) aponta que ela possui duas dimensões: a primeira é uma dimensão pedagógica, voltada para o exercício pleno da cidadania e uma dimensão política, na qual os sujeitos são protagonistas de escolhas que influenciam diretamente na organização, cotidiano e prática escolar. Essa prática é viabilizada, na perspectiva de Libâneo (2001), a partir de uma estrutura a partir de uma construção social envolvendo professores, alunos e comunidade escolar, articulados pela gestão escolar.

Ainda sob este prisma, Libâneo (2001) estabelece três formas de organização e gestão no campo escolar: 1) A técnico-científica, que tende a seguir os padrões empresariais e engessados do taylorismo, porém agora adaptados à lógica da educação; 2) A democrática-participativa, na qual as responsabilidades são repartidas em busca de um objetivo comum a todos, e, atualmente, esse princípio tem se tornado uma cultura organizacional; 3) A autogestionária, que propõe uma lógica de protagonismo dos entes da escola baseado na descentralização das ações e incentivando participação direta da comunidade escolar nas decisões que contemplam os rumos da escola. Testemunha-se que essa forma de organização e gestão, fortemente defendida por Tragtenberg, é a que mais se aproxima como caminho para atingir uma educação transformadora, autônoma e reflexiva.

O modo como uma escola se organiza reflete nas práxis e nos objetivos pedagógicos almejados pelas escolas, que sejam conservadores ou de transformação social. O próprio Libâneo (2001) mostra que as práticas participativas têm como princípio a divisão do poder, perpassando pela comunhão do conhecimento, caminho proposto por Freire (1987), no processo de rompimento da relação de opressão e oprimido.

A prática do diálogo crítico e libertador, proposto por Freire (1987), passa pela forma com que é proposto pelo gestor escolar. Um diálogo sem conteúdo, verticalizado e automatizado acaba tornando o processo de libertação em domesticação, transformando o sujeito em massa de manobra, afastando o oprimido da oportunidade da prática de uma

educação libertadora e reflexiva. Perde-se o nível de consciência da opressão. A práxis deixa de ser libertadora e passa a ser meramente ativismo.

A perda de consciência e a práxis de uma educação ativista contrapondo a educação libertadora é um caminho para a produção de uma educação sem sentido, vazia, indiferente às belezas da vida, às relações de justiça e ajuda mútua. Reigota (2019) aponta que esse fenômeno pode ocorrer como consequência da adoção de uma política de gestão concentradora e totalitária, quebrando laços de afetividade, diálogo e compreensão.

Um exemplo prático e recente da importância da gestão associado à questão ambiental foram os desastres de Mariana em 2017 e Brumadinho, 2019. Essas catástrofes tiveram como consequência o rompimento do tecido social, provocando severos impactos negativos nos campos ambiental, social, econômico e psicológico. Ao mesmo tempo trouxe à baila a Educação Ambiental, como uma alternativa viável de reconstrução socioeconômica e ambiental das áreas afetadas. Calamidades como essas são resultados de uma relação abusiva e desenfreada do capitalismo e recursos naturais.

Portanto, uma alternativa teórica capaz de conduzir um processo de recuperação de áreas degradadas, proposto de De (2021), seriam as contribuições de Freire e Reigota, sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica (EAC). Reigota entende a EA como uma disciplina de cunho político e que permeia todas as disciplinas construindo um pensamento crítico e reflexivo. No caso de Paulo Freire, o pedagogo e filósofo defende a ideia da autonomia política, econômica, social e cultural, por meio da ética e do diálogo. Lück (1998) e Libâneo (2001) argumentam no sentido em que a gestão escolar é protagonista no processo de articulação e na implementação de práticas educacionais libertadoras e reflexivas no ambiente escolar.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Classificação e delineamento do projeto de pesquisa

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza social Creswell (2010). Isso se dá em função de se analisar o caso em questão para servir de embasamento para futuras pesquisas e para que o corpo pedagógico da escola possa desenvolver novas propostas e um projeto pedagógico que possa aproximar os discentes da educação ambiental crítica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como de natureza exploratória Creswell (2010). A abordagem utilizada foi a qualitativa, tendo como perspectivas os conceitos defendidos por Creswell (2021). A pesquisa foi baseada em análise documental da legislação de EA no contexto estadual, além de pesquisa de campo em uma escola do Ensino Médio Integral da região Leste de Belo Horizonte, Minas Gerais, e parte da comunidade do entorno.

Quanto à análise documental, a pesquisa levou em conta o levantamento bibliográfico e documental, e foram selecionados documentos relacionados a questões pedagógicas: O Projeto Político Pedagógico (PPP), CRMG, LDB, e a legislação que norteia a EA no contexto da rede de educação de Minas Gerais, a Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022. Outras legislações federais ou municipais relacionadas à questão ambiental escolar foram pesquisadas a fim de contextualização e mapeamento de dados documentais, apesar de não serem aprofundadas neste estudo. A necessidade de identificar o discurso presente na Resolução 493 de 12 de dezembro de 2022 e sua relação com a gestão escolar, foi necessária de forma a entender a proximidade da EAC com o objeto de estudo.

Na unidade de análise, o público pesquisado foram os atores que contemplam a prática da EA no âmbito da escola em questão. Isso implicou entrevistar pessoas envolvidas e pesquisar, brevemente, o entorno que contribui na construção da realidade socioambiental do objeto de pesquisa. A EA possui uma natureza transdisciplinar, ocorre dentro e fora da escola, além de ser praticada de maneira formal e informal. Entender por completo esse processo indica a escuta de todos esses elementos, levando em consideração os aspectos da AD utilizados, método escolhido para análise dos dados.

Foi necessário fazer uma pesquisa de campo buscando identificar e descrever alguns dos principais problemas ambientais e sociais presentes na paisagem geográfica e que contribuem para a condição social de produção do discurso da EA no objeto de estudo selecionado, o que configurou mais um elemento metodológico utilizado na pesquisa, conhecido como observação participante. Entrevistas com professores, funcionários e gestores

complementaram os procedimentos técnicos, ampliando a capacidade de entendimento da prática de EA dentro da unidade de análise.

Quanto ao método, a pesquisa consistiu em um estudo de caso segundo os conceitos defendidos por Stake (2011). Justifica-se esse fato pela pesquisa abordar entrevistas, análise de documentos e observação direta na coleta de dados, além da identificação de padrões e temas recorrentes buscando convergência ou divergência com a teoria escolhida.

3.2 Objeto de estudo

O objeto de estudo foi a EAC, e teve como unidade de análise uma Escola Estadual de Ensino Médio em tempo integral da região Leste de Belo Horizonte, Minas Gerais. A unidade em questão fica localizada em uma região geograficamente peculiar, onde mesclam na mesma região área de mata, vilas e favelas, espaços rurais, além de estar localizada na divisa com a cidade de Sabará, pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também se destacam os equipamentos públicos ofertados pelos níveis municipal e estadual, voltados para o atendimento educacional, social e ambiental.

Em função do território ser um dos componentes envolvidos na questão da prática ambiental desenvolvida na escola, foi necessário fazer um trabalho de campo no entorno para identificar e descrever os principais aspectos socioambientais que influenciam na prática de EA do objeto de estudo.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram divididos em três grupos, representados na Tabela 1.

Tabela 1

Sujeitos de pesquisa e descrição

Sujeitos	Descrição
Trabalhadores da educação	Gestores e professores do campo de pesquisa, totalizando (6) sujeitos.
Legislações pertinentes ao tema	Legislações pertinentes ao tema
Identificação do contexto socioambiental no que a escola está inserida.	Trabalho de campo no território onde está inserida o campo de pesquisa, e foram visitados o Morro da Fazenda, Pedreira, Praça do Caetano e Posto de Saúde; guiado por três líderes comunitários locais.

Fonte: elaboração própria

Os sujeitos foram entrevistados segundo o roteiro semiestruturado presente no Apêndice B. O roteiro foi construído nesse formato visando dar maior fluidez à entrevista, buscando identificar aspectos refletidos, silenciados e refratados; sobre o discurso de EA, no objeto de estudo.

O roteiro B foi construído de forma a obter dados relacionados à visão de EAC dos professores que trabalham a temática de EA na escola e também aborda os gestores escolares (diretor, vice-diretor, secretário escolar e coordenação pedagógica). O roteiro de pesquisa foi elaborado com base no referencial teórico deste projeto de pesquisa, tendo como foco primordial o modelo proposto por Pechêux (descrito no percurso metodológico), e nos livros “Pedagogia da Libertação” de Paulo Freire e “O que é Educação Ambiental” de Marcos Reigota, ambos autores abordados ao longo do referencial teórico.

A indicação do campo de pesquisa foi realizada a partir de proposta da SEE-MG, Metropolitana A, pois, segundo o órgão, é uma escola que se destaca pela liderança da gestão e pelos trabalhos desenvolvidos na temática ambiental. Foram realizadas três visitas no campo de pesquisa: uma com o objetivo de o autor deste trabalho se apresentar como pesquisador e mostrar os objetivos do trabalho. A segunda foi realizada com o intuito de executar as entrevistas. Uma terceira visita foi realizada no território, guiado por líderes comunitários, com o interesse de mapear o contexto socioambiental do território e identificar a sua influência nos discursos estudados.

3.4 Plano de coleta de dados

O período de coleta de dados de campo envolveu o segundo semestre de 2024, especificamente os meses de outubro e novembro. Após a aprovação do projeto de pesquisa, foi feito um contato com a Metropolitana A, responsável pelo acompanhamento pedagógico da região em questão para obter autorização e uma carta de recomendação para desenvolver a pesquisa. Após esse momento, foi feita uma visita à escola com o objetivo de esclarecer sobre os objetivos da pesquisa e foi montado um cronograma de entrevistas. No mesmo movimento, foi feito um trabalho de campo para identificar os principais aspectos relacionados à geografia do entorno. Perante essa situação, foi necessário agendar previamente com líderes comunitários locais com o objetivo de criar um roteiro de modo a tornar o trabalho de campo mais eficiente.

Por envolver seres humanos na pesquisa, foi necessária a construção de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que consta no Apêndice A. Para a coleta dos dados,

foram utilizadas entrevistas individuais com roteiros semiestruturados, utilizando a metodologia de AD, e por isso, se fez necessário construir junto à orientadora desta pesquisa, um roteiro que norteou o trabalho executado. A pesquisa documental exigiu um dia inteiro, com auxílio da secretária da escola, o que exigiu agendamento prévio. A visita técnica mais aprofundada no entorno da escola para identificar e descrever os principais problemas ambientais do entorno também levou um dia inteiro, com auxílio de líderes comunitários locais, indicados pelos gestores do campo de pesquisa.

As legislações pertinentes ao tema foram coletadas junto à escola (PPP), website do CEE-MG (Resolução 493, de 12/12/2022) e website do Ministério da Educação (BNCC legislação sobre o NEM).

3.5 Plano de análise de dados

Devido à diversidade dos dados coletados na fase anterior, fez-se necessário o uso de uma alternativa teórico-metodológica capaz de extrair os dados explícitos e silenciados. Nesse plano, a AD é uma prática que se adequou ao processo, pois possibilitou a identificação de informações em diversas situações, proporcionando uma análise mais completa acerca do tema.

A AD é uma alternativa teórico-metodológica que busca identificar, por meio do ato de enunciação, a intersubjetividade humana Brandão (2004). A autora ainda aponta que a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como um lugar em que a ideologia se manifesta de forma concreta. Nessa perspectiva, a autora aponta ainda que a palavra é um produto da interação social, um local de privilégio para a manifestação da ideologia.

Consequente Brandão (2004) afirma que a linguagem é um lugar de confronto ideológico, uma forma de mediação, um modo de produção social, não é neutra, inocente e nem natural, portanto, não pode ser desvinculada do modo de produção vigente. É um ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. Formas de controle aparecem no discurso de diversas formas, portanto um dos principais objetivos da AD é identificar e desvendar esses mecanismos.

Para Rosa (2024), a AD tem como pioneiro Michel Pêcheux, um autor que defendia a ideia de Foucault (1996), em que todo discurso é carregado de ideologia, sendo esta a base fundamental da AD. Essa ideologia, segundo o mesmo autor, pode se manifestar na enunciação de palavras ou frases, refletindo o seu passado sócio-histórico, combinadas com propriedades culturais, econômicas e políticas. Ademais, o autor confirma que dessa forma de expressão da

ideologia é que surgem os sentidos para o sujeito e que podem ser as formas de envergar a igualdade, a justiça ou a liberdade.

Rosa (2024) indica que os sentidos são os principais aspectos analíticos da AD, defendidas por Pêcheux. Dada essa importância, o autor aponta ainda que lapsos ou atos falhos no momento de enunciação ou formulação dos discursos abrem lacunas para identificar ideologias ou desejo de romper com regras que não fazem mais sentido. O autor mostra ainda que existem outras formas de resistência à ideologia imposta e que surgem no discurso como o não entendimento do discurso ou o entendimento errôneo do discurso, alteração do sentido do discurso ou, até mesmo, distorção da frase enunciada.

Dessa forma, segundo Rosa (2024), a análise discursiva estará sempre atrelada a uma ação ou objeto visado. No caso desta pesquisa, identificar os discursos presentes na Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, e sua aproximação ou não com a EAC, e a sua relação com a gestão escolar. Pois segundo o próprio autor, todo discurso levará a uma ação ou a uma intenção e esta ação poderá ser objeto de análise e interpretação de uma ideologia. Prosseguindo, o autor aponta ainda que os sentidos poderão estar de forma implícita, sendo necessário identificar essas estratégias de silenciamento do emissor pelo entrevistador.

Brandão (2004) entende que no linguístico incrustam-se as condições sócio-históricas de produção, é uma alternativa teórico-metodológica interdisciplinar, que possui uma função crítica e não acabada, em constante construção e influenciada pelo território. Ideia corroborada por Rosa (2024), defendendo a ideia que, no Brasil, entrecruza ainda o marxismo e a psicanálise nos conceitos de ideologia e sujeito, aproximando-se do estruturalismo. Este teria o papel, dentro da AD de aprofundar nas bases mais estruturais da produção dos discursos, ou seja, entender como ocorre a formação dos discursos no campo da ideologia e dos sujeitos.

Saraiva (2009) mostra que o caminho percorrido para identificar as estratégias de persuasão ideológica passa por diversos elementos da AD. Analisando do ponto de vista contextualizado, ou seja, do ponto de vista da condição socioambiental, do objeto de pesquisa, são elencados seis elementos da AD para identificar os aspectos presentes no discurso. São eles: Condição social de produção do discurso; A análise lexical: Análise dos vocábulos utilizados ao longo do discurso; Os temas (elementos abstratos de um discurso) e figuras (elementos concretos de um discurso), incluindo os personagens; Os aspectos refletidos e refratados presentes no discurso; Os aspectos ideológicos presentes e combatidos no texto; A posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa.

Os elementos citados, no parágrafo anterior, foram abordados com maior foco ao longo da análise de dados. A posição do texto em relação ao discurso hegemônico foi tratada ao longo

da análise documental e durante o mapeamento do entorno onde está inserida a escola, como unidade de análise.

A partir dessa estratégia, identificou-se elementos que acoplaram ou não dos discursos presentes nas legislações pertinentes ao tema e a gestão escolar junto à EAC. Segundo Rosa (2024), a AD permite uma radiografia sobre a fala do sujeito, permitindo identificar aspectos ideológicos que compõem a história do interlocutor.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise do discurso da Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022

4.1.1 Aspectos gerais da Resolução

A Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da EA na rede de ensino do estado de Minas Gerais, portanto é um importante balizador de políticas públicas de um estado que se destaca por ter uma economia com fortes laços com os setores primário e secundário da economia.

Essa resolução deve ser consonante com os níveis superiores de legislações, como as constituições federal e estaduais, sempre respeitando a ordem de importância e poder. Assim, a CF 88 está no topo da pirâmide normativa, seguida pelas leis e, por fim, pelos atos administrativos, que são a base desta.

Portanto a Resolução 493 de 12 de dezembro de 2022; deriva da CF 88, em seus artigos 205 e 225, § 1o, inciso VI; LDBEN Lei 9394/1996; da Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; da Lei no 10.172, de 09 de janeiro de 2001, do Plano Nacional de Educação – (PNE); Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795/1999; da Lei no 15.441, de 11 de janeiro de 2005; do Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007; das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNE); A Lei no 12.305, de 02 de agosto de 2010; da Resolução no 2/CNE/CP, de 15 de junho de 2012; BNCC de 2017; da Resolução CEE/MG no 481/2021, que institui o CRMG.

O documento é dividido em oito capítulos e sessenta e um artigos que estão organizados da seguinte forma, na Tabela 2.

Tabela 2

Organização esquemática da Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022.

Capítulo	Título	Número do artigo	Breve descrição do conteúdo
I	Das disposições iniciais base conceitual e dos objetivos	Art. 1º ao 16º.	Aborda o objetivo da norma e dispõe sobre as siglas dos órgãos que foram citados na norma. Na seção I trata da base conceitual e na II dos objetivos.
II	Das diretrizes	Art. 17º ao 19º.	Trata das diretrizes que compõem a EA, suas principais características. Também orienta a inserção, o fortalecimento da EA na rede de educação pública de MG.
III	Dos princípios e procedimentos orientadores.	Art. 20º ao 23º.	Fala sobre a forma de atuação da EA, dos valores a serem trabalhados e os locais a serem desenvolvidos essa prática.
IV	Das dimensões da EA	Art. 24º ao 26º	Expõe que a EA deve estar presente em todas as modalidades e níveis de ensino.
V	Da formação de profissionais da educação e educadores ambientais.	Art. 27º ao 30º	Determina que a formação profissional para a EA deve ser ofertada a todos os profissionais da educação e que respeite as suas práticas, áreas de conhecimento e atuação.
VI	Da organização curricular.	Art. 31º ao 34º	Institui que a EA deve estar presente na organização curricular de instituições de ensino sendo competência de gestores, educadores e comunidade escolar a defesa da promoção dessa prática.
VII	Da operacionalização	Art. 35º ao 54º	Estabelece a forma de implementação da EA na rede pública de educação de MG de forma articulada com projetos de pesquisa científica, divulgação, construção de currículos e criando redes de compartilhamento.
VIII	Das disposições finais e transitórias	Art. 56º ao 61º.	Cabe ao sistema de ensino do Estado de Minas Gerais implementar os desígnios presentes na Resolução e zelar pelo seu cumprimento. Dispõe sobre o compartilhamento de materiais didáticos, paradidáticos e informativos sobre EA em uma plataforma própria.

Fonte: elaboração própria

4.1.2 Sobre a condição social do discurso

Segundo o Censo 2022 do IBGE, Minas Gerais possui uma população total de 20.539.989, é o segundo mais populoso do país. Com relação ao número de estudantes matriculados no ensino fundamental, são 2.407.107 alunos matriculados no ensino fundamental

no mesmo período. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,774 (alto), o quarto maior entre os estados brasileiros e vem se mantendo estável nos últimos dez anos.

Com relação à economia, o IBGE aponta que o Estado de Minas Gerais possui forte relação com os setores primário e secundário (agropecuária e a mineração). A indústria de transformação (metalurgia, siderurgia e agroindústria) também se destaca no cenário econômico mineiro, segundo o IBGE. O mesmo instituto aponta que o Produto Interno Bruto do Estado mineiro no ano de 2022 chegou à casa de R\$ 857.594.000,00, o terceiro maior do país, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Com relação aos indicadores sociais, os dados do IBGE, revelam que Minas Gerais possui uma desigualdade social, resultado do crescimento econômico nas últimas décadas, porém, essa riqueza econômica não foi distribuída para todos. O IBGE aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no ano de 2022, foi de 0,774 e o Índice de Gini, que mensura o nível de desigualdade é de 0,466 (quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição de renda entre a população).

Como já exposto no referencial teórico deste trabalho, o governador do Estado de Minas Gerais é Romeu Zema, filiado ao partido Novo, que possui orientação política Neoliberal, ou seja, busca criar políticas e legislações que visam diminuir a interferência do Estado na economia e ampliar o poder político do setor privado. Além disso, relembra-se que, no próprio referencial teórico, já foi abordado que, a Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022 foi construída pelo CEE - MG, órgão colegiado composto por representantes indicados unicamente pelo governador do Estado.

Em relação aos problemas ambientais, Fernandes (2005) assinala que Minas Gerais possui um alto nível de degradação ambiental, associado ao desenvolvimento econômico, fomentado pela ação das atividades agropecuária e da mineração. Ainda, segundo o autor, cerca de 40% dos municípios mineiros chegaram à total degradação ambiental de seus territórios.

O contexto revela que o estado de Minas Gerais, apesar de possuir uma economia pujante e desenvolvida, não consegue refletir esse aspecto nas questões socioambientais. A conjuntura política privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento sustentável. Logo, a relação entre contexto e discurso, presente na Resolução, expõe essa situação ao privilegiar conceitos ligados à EA pragmática e conservadora e silenciando a EAC, visando perpetuar essa prática de desenvolvimento econômico nocivo à sociedade e ao meio ambiente.

4.1.3 Análise lexical

A análise lexical (Tabela 3) teve direcionamento na seção I, base conceitual, pois é a partir dela que se desdobra a Resolução.

Tabela 3

Análise lexical da Resolução 493 de 12 de dezembro de 2022.

Artigo	Análise
Art. 3º Entende-se por Meio Ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordens física, química e biológica, que permite abrigar e reger a vida, em todas as suas formas.	Percebe-se que o termo Meio Ambiente é conceituado de uma forma que Layrargues (2012), considera como conservacionista, focado apenas em questões de ordem ambiental e pragmática, excluindo - se elementos essenciais da EAC como aspectos sociais e culturais. Reigota (2016), aponta ainda que Meio Ambiente é um lugar determinado e/ou percebido onde estão a relação dinâmica e constante interação dos aspectos naturais e sociais, fomentados pelos processos de cultura, expansão da tecnologia, evolução histórica e questões políticas.
Art.7º Entende-se que a Preservação Ambiental é o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção permanente das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.	O conceito de ambiente parece continuar com foco unicamente nos aspectos ecológicos, que no ponto de vista de Reigota (2016), o conceito se aproxima mais da ecologia do que da EAC.
Art. 11 Entende-se por Comunidade Escolar como aquela constituída por todos os profissionais que atuam na escola, por alunos matriculados, por pais e/ou responsáveis e por todos os atuantes no entorno do estabelecimento de ensino.	O artigo em questão conceitua Comunidade Escolar, tendo como protagonistas apenas pais e/ou responsáveis e profissionais que atuam na escola. Não leva em consideração outros aspectos, como a identidade cultural e a materialidade do espaço que para Freire (1996), não podem ser desprezadas na construção de uma prática pedagógica educativa progressista, reflexiva e libertadora.
Art. 15 Comunidade de Vida - trata-se de um agrupamento de humanos e não humanos, de bens naturais, que vivem dentro de uma mesma área geográfica, urbana ou rural.	O artigo, neste caso, reforça o conceito de EA pragmática, dando luz a bens materiais seres vivos e não humanos. Exclui questões relacionadas a aspectos sociais, culturais e econômicos que são temas indispensáveis na construção de uma EA política, ideia defendida por Reigota (2016).

Fonte: elaboração própria

O termo "Meio Ambiente", ao ser limitado a uma definição puramente naturalista, exclui elementos essenciais para uma Educação Ambiental Crítica (EAC), como a análise das relações sociais, culturais e políticas que interagem com o ambiente. A visão apresentada reflete um discurso de neutralidade e objetividade técnica, afastando-se de uma perspectiva

sociopolítica mais ampla, que poderia contemplar as disparidades sociais e as injustiças ambientais.

Preservação Ambiental, Comunidade Escolar e Comunidade da Vida são termos-chave que reforçam os argumentos utilizados no parágrafo anterior ao focalizar o conceito apenas em questões ecológicas. Para Reigota (2016), esse conceito que se limita apenas no campo ambiental se torna um mecanismo de controle e dominação, portanto deve ser rompido, considerando a EA como uma educação política, abordando os aspectos sociais, culturais, políticos entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos.

Portanto compreende-se que a falta de termos como liberdade, crítica, reflexão e participação popular são entendidos como um afastamento do discurso da Resolução dos princípios da EAC. Ressalta-se que, na concepção de Reigota (2016), a EAC tem em seu âmago a busca em preparar os cidadãos e cidadãs para exigir e construir uma sociedade com justiça social, cidadania (nacional e planetária), autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

Na resolução, os temas que orbitam em torno da EA estão conectados a uma EA pragmática, levando em consideração conceitos como: Sustentabilidade, Conservação ambiental, preservação ambiental, território, território educativo, entre outros. Não são mencionados termos pertinentes à EAC como reflexão, liberdade, pobreza, miséria e autonomia. Verifica-se que a resolução está alinhada a uma EA voltada para concepções ecológicas e distantes da essência crítica, provocadora de autonomia e participação efetiva para a mudança socioambiental.

Na seção II, do capítulo I que trata sobre os objetivos, são citados termos como consciência crítica, respeito e valorização dos saberes tradicionais, porém esses termos não mantêm aderência junto aos conceitos tratados na seção I, do mesmo capítulo que, como já citado, está em oposição às abstrações do pensamento da EA crítica.

4.1.4 Temas e Figuras

No capítulo I, no Art. 16, são abordados os objetivos da Resolução. Dentre os temas abordados são citados que se deve estimular e fortalecer a participação individual, coletiva, de instituições educacionais do Estado e demais instituições. Porém não aponta como, ou quem irá fomentar esse movimento, combatido à proposta.

No capítulo II, que diz respeito às diretrizes, ressalta-se o parágrafo III, no qual a EA é reconhecida em seu papel transformador e subsequentemente cita apenas conceitos ligados à

ecologia (equilíbrio do clima, manutenção da biodiversidade, conservação das matas e florestas, entre outras); nenhuma menção é feita ao poder transformador da EA quanto a questões sociais, como a fome, enchentes ou desmoronamentos de áreas de risco.

No capítulo III, que trata dos princípios e procedimentos orientadores, entende-se que a Resolução busca citar diversos temas relacionados à sustentabilidade, como enfoque humano e não humano, democrático, ético, moral, cultural, social, ecológico, político, econômico e legal, participativo, virtual e do trabalho. Também coloca a escola como principal articuladora de EA, no entorno que atua, especialmente nas bacias hidrográficas, comunidades da vida (tema abordado na tabela anterior, cuja análise lexical mostrou que esse conceito foi categorizado como pragmático e não crítico), e biomas de Minas Gerais, como instrumento de articulação e transformação social.

O Art. 34 considera sobre os valores e saberes de comunidades tradicionais e populares por meio de um olhar diferenciado do pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental valorizando a cooperação e a ética. Este tema é alinhado à percepção de EAC, proposta por Reigota (2016) e Freire (1996). Importante destacar que o trecho em questão propõe a participação popular, a apropriação do território e a produção de conhecimento científico, porém não mostra como ele deve se conectar com os temas ambientais propostos na Resolução.

O capítulo VII, responsável pela operacionalização da Resolução elenca o Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais, em processo de integração e colaboração com os demais sistemas (não especifica quais), responsável por todo o processo de construção da política pública. No art. 45, a SEE-MG fica indicada pela operacionalização, orientação e implementação dos processos e dos procedimentos, previstos na Resolução.

O Art. 51 sugere à SEE e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) a implementação do Observatório Mineiro de Educação Ambiental, com o objetivo de sistematizar todas as ações desenvolvidas no território mineiro. Essa sugestão exclui temas relevantes dentro da EAC, como direitos humanos, combate à fome e a pobreza, assuntos relevantes no prisma da EAC.

O art. 52 aborda que as escolas devem prever em suas atividades pedagógicas práticas e teóricas uma educação ambiental focada na conservação do meio ambiente, dissociada de aspectos sociais e econômicos. Aborda também a relação do meio ambiente com o trabalho, em uma perspectiva que deverão desenvolver estudos e tecnologias que eliminem impactos ao meio ambiente e prejuízos à saúde do trabalhador. Portanto, a relação do meio ambiente com o

trabalho nessa percepção busca ampliar a capacidade de produção do trabalhador, desprezando sua capacidade de reflexão e pensamento crítico.

O Art. 54 discorre sobre a inserção de temas ligados à EA no currículo do Sistema de Ensino do estado de Minas Gerais. A proposta é trabalhar os temas de forma transversal para a formação de uma nova cultura e mentalidade. Porém os temas propostos não contemplam as ODS's. Exemplos: indústria, inovação e infraestrutura; trabalho decente e crescimento econômico, erradicação da pobreza, redução das desigualdades, igualdade de gênero e parcerias e meios de implementação.

Os temas elencados na Resolução orbitam em torno de elementos ecológicos, o que corrobora as análises feitas nas categorias anteriores. Apesar de citar em breves momentos alguns elementos voltados para a EAC, nota-se que não existem aderências desses temas juntamente aos elementos biológicos tratados na redação do texto. A falta de clareza sobre a quem serão delegadas as tarefas de articulação, planejamento e execução de uma política pública capaz de integrar todos estes elementos mostra que a Resolução é falha e omissa nesse aspecto. Nesse sentido, retoma-se Tragtenberg (2002) que defende a participação real de professores, funcionários e alunos, opondo-se à burocratização do ensino e buscando um sentido para o processo de aprendizagem, o que difere do que está posto na Resolução.

A Resolução ainda não consegue articular um diálogo com as ODS's. Este tema estratégico para o desenvolvimento de uma nova relação do homem/ meio ambiente, em âmbito global, encadeia uma série de ações que são voltadas para o desenvolvimento humano, econômico, social e cultural. A nova relação entre o homem e a natureza é pensada, a partir das ODS's no desenvolvimento pleno do homem em harmonia com a natureza. No discurso da Resolução, esse tema é silenciado.

4.1.5 Elementos refletidos, refratados e silenciados

Dentre os elementos refletidos, é marcante a predominância da citação de elementos ecológicos, como no artigo 54 que institui sobre a natureza de transversalidade do conhecimento apenas da legislação ambiental, criação de uma nova cultura e mentalidade apenas com problemas ambientais como: conservação do solo, recursos hídricos, flora e fauna: desertificação e erosão; saneamento entre outros.

No capítulo V, que trata sobre a formação de profissionais da educação e educadores ambientais, novamente apenas os aspectos ambientais são contemplados, com destaque para as bacias hidrográficas, comunidades da vida e biomas de Minas Gerais, silenciando aspectos

relacionados à reflexão e pensamento crítico. É importante enfatizar que essa prática aplica - se em todos os sistemas de ensino, da educação básica ao ensino superior.

O capítulo VI, que trata da organização curricular, mostra que o tratamento do tema EA, busca uma reflexão crítica do assunto, pois reflete temas importantes para a EAC como o reconhecimento e a valorização dos vários saberes, olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, o pensamento crítico, a visão integrada e multidimensional da área ambiental. A proposta de implementação da Resolução em questão no currículo do Sistema de Educação de Minas Gerais fica em sintonia com as ideias propostas pela EAC.

Em relação à operacionalização, presente no capítulo VII, refletem-se responsabilidades de implementação, acompanhamento, avaliação e articulação da Resolução sobre o Sistema de Educação de Minas Gerais de forma genérica. Silencia-se sobre a criação de uma comissão para implementação da Resolução e não cita órgãos que seriam responsáveis pela construção da EAC voltados para direitos humanos, segurança alimentar, desenvolvimento urbano e agropecuária.

Os discursos silenciados mostram-se ao não citar a relação entre os problemas sociais, econômicos e ambientais. Em momento algum a Resolução trata sobre questões inerentes à ocupação de áreas de risco, conflitos de terras entre o capital e comunidades tradicionais, contaminação de recursos naturais que prejudicam cidades inteiras. A valorização das culturas tradicionais ligadas ao meio ambiente não aparece em momento algum na redação final do texto. Reflexão, liberdade, autonomia, consciência de classe não fazem parte da resolução.

Outro aspecto silenciado é a omissão da redação do texto em relação às ODSs. Esse documento, que já foi abordado ao longo do referencial teórico, foi proposto pelos países membros da ONU no ano 2000 e visa balizar metas até o ano de 2030. Não dar destaque a esse documento, a Resolução dissocia a realidade da prática no estado de Minas Gerais junto ao restante do mundo. Contradiz a própria Resolução que no seu Art. 34, item II, letra b, propõe a revisão de práticas educacionais voltadas para o Meio Ambiente a partir das dimensões local, regional e global.

Por isso, analisa-se que o silenciamento de temas críticos e foco nas questões pragmáticas foi pensado de forma proposital a conduzir a prática junto ao campo da teoria da EA tradicional. O recorte apenas na questão ecológica conduz aos educadores e educandos a uma atmosfera de responsabilidade ambiental, alienando os sujeitos e tecendo uma relação de opressores e oprimidos.

Desse modo, a liberdade proposta por Paulo Freire (1994) não se materializa na resolução, e do ponto de vista normativo não contribui, dentro do ambiente escolar, para a

formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de contribuir com seu ambiente e seu desenvolvimento. Como discutem Cabanas e Mazzotti (2023, p. 13), as “versões escolarizadas da ciência, ou seja, o seu duplo, oferecem um conjunto de elementos figurativos em um sistema de significações prontos para operar e que têm como função coordenar e condicionar as condutas dos membros de um grupo, atendendo aos interesses e necessidades deste”. Dessa maneira, é a escolarização, sobretudo, o fazer escolar que toma os modos canônicos como meios para o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos discentes (Cabanas; Mazzotti, 2023).

4.1.6 Os aspectos ideológicos presentes texto

Os aspectos ideológicos presentes na Resolução têm como ponto de partida as bases conceituais (capítulo I), das diretrizes (capítulo II) e dos princípios e procedimentos orientadores (capítulo III). As bases conceituais, como já foram expostas no item 6.1.3 foram conduzidas para uma concepção de educação ambiental conservadora. No que tange às diretrizes, os conceitos de ecologia possuem grande protagonismo e os outros aspectos da sustentabilidade, como questões sociais e econômicas são brevemente citados (item IV Art. 18), o que propõe a defesa de uma EA pragmática.

O capítulo III, Art. 22, itens VI e VII, falam sobre a relação do homem com o meio ambiente com enfoque na sustentabilidade em sua totalidade, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, políticos, ecológicos, econômico, democrático, legal, participativo e legal. Todavia não é explícita a adoção da EAC como política ambiental. Associando esse processo aos temas conceituados no capítulo I, tem-se uma condução da prática ambiental a uma Educação Ambiental Pragmática.

O capítulo IV, que aborda as dimensões da EA, propõe um diálogo entre os conteúdos previstos na Resolução junto às políticas públicas de educação, meio ambiente, economia, agricultura, saúde, cultura, economia, entre outras, entre outras. Ideia também defendida pelo capítulo VI, que trata da organização curricular. Nesse aspecto, a Resolução elenca a necessidade de reflexão acerca dos problemas socioeconômicos e seus impactos ambientais, o reconhecimento aos múltiplos saberes, as vivências e o uso das diferentes linguagens. Nota - se um traçado deste capítulo junto à EAC.

Com relação à operacionalização da aplicação da política pública de EA, esta fica a cargo do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais, articulando com a Secretaria de Meio Ambiente, Instituições de Ensino Superior (IES) e rede privada; contemplando a EA em escolas de todo o território mineiro, respeitando sua cultura e especificidades. O Art. 45, aponta que a

SEE - MG definirá a competência e a indicação de cada um dos setores responsáveis pela operacionalização, orientação e implementação dos processos e impedimentos previstos na Resolução. Relembrando que, hoje, Minas Gerais é governada por um partido de ideologia neoliberal.

A Resolução em questão foi um documento redigido pelo CEE-MG, um órgão colegiado formado por representantes indicados pelo Governador. Sua ideologia neoliberal aparece na seleção dos temas ecológicos tratados no texto, na omissão de temas críticos e progressistas, na articulação mambembe com outros órgãos e políticas internacionais. Esses elementos denunciam um discurso voltado em defesa dos interesses das atividades econômicas e afastamento das ideias defendidas pela EAC.

4.1.7 Posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa

A Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, parte de uma construção social do discurso, percebe-se que toda a riqueza gerada com a agropecuária e a mineração, não consegue combater de forma eficiente e eficaz a questão da desigualdade social e os problemas ambientais no Estado de Minas Gerais. A política é voltada para práticas neoliberais que buscam favorecer o desenvolvimento do capital em desfavor do desenvolvimento social e da sustentabilidade. Dessa forma, prevalece o discurso da EA pragmática no estado de Minas Gerais, a fim de garantir essa estrutura viciosa.

O discurso que prevalece na Resolução é dissonante das ideias defendidas por Reigota (2016), pois aspectos que contemplam a construção de uma EA libertadora, crítica e sustentável é abafada pela centralidade nas questões puramente ecológicas e pragmáticas. Os conceitos definidos no capítulo I são essencialmente ligados à questão pragmática e que servem como base para toda a política decorrida ao longo do texto da Resolução.

As questões políticas que permeiam as decisões do CEE merecem destaque. Os integrantes do conselho são todos indicados pelo governador, que possui um claro posicionamento político voltado para o neoliberalismo, e os preceitos de não intervenção do estado na economia e apoio irrestrito ao capital levam às decisões tomadas no colegiado de uma prática de EA tradicional e parcamente crítica.

Analisando as abstrações presentes na resolução, aponta-se a força de um discurso de resiliência entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Mineração e agropecuária são atividades que produzem deterioração ambiental, geram vultuosos lucros e concentram renda. Portanto é necessário justificar essa tríade, com uma suposta conservação de

uma parte do ambiente, escondendo a sua relação com o socioeconômico. A prática de EA proposta pela resolução materializa essa concepção por meio, dos elementos refletidos e silenciados.

4.2 Análise do Discurso dos Trabalhadores da Educação do Campo de Pesquisa

4.2.1 Sujeitos de pesquisa

Para fazer a AD dos trabalhadores da Educação do campo de pesquisa, foram selecionados cinco professores e três gestores. A descrição das suas características está detalhada, a seguir. Os alunos não foram selecionados em função da dificuldade de obter a liberação do comitê de ética para trabalhar com esse tipo de sujeito de pesquisa.

As entrevistas ocorreram no dia 29 de novembro de 2024, na própria escola objeto do estudo, mais especificamente na sala da coordenação escolar. A escola estava bem movimentada no começo das atividades, pois era dia de excursão dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio Integral para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma das diversas parcerias desenvolvidas pela escola, como será abordado ao longo da Análise do Discurso, com o intuito de potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da escola.

Um primeiro contato foi feito no ano de 2023, sob indicação da Metropolitana A. A vice-diretora foi muito bem receptiva e foi possível perceber que a escola é um ambiente muito bem conservado, agradável e tranquilo. Essa percepção permaneceu no dia da visita para efetivar as entrevistas.

Os sujeitos de pesquisa foram identificados em dois grupos distintos: Gestores e Professores, além de receberem uma numeração em ordem crescente, de acordo com a ordem de entrevista, para melhor identificação. Os perfis dos sujeitos estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4*Sujeitos de Pesquisa: Trabalhadores da educação do campo de pesquisa*

Sujeito de pesquisa	Formação acadêmica	Faixa etária	Tempo de profissão	Tempo de profissão na escola	Vínculo com a escola
Gestor 1	Pós graduada	47 a 52	20 anos	8 anos	Designada
Gestor 2	Pós graduada	47 a 52	25 anos	1 ano	Efetiva
Gestora 3	Pós graduada	40 a 47	10 anos	1 ano	Designada
Professor 1	Pós graduado	47 a 52	13 anos	2 anos	Efetivo
Professor 2	Graduação	26 a 31	4 anos	1 ano	Designada
Professor 3	Bacharel e licenciado em Matemática	26 a 31	3 anos	2 anos	Designado
Professor 4	Bacharel em Biblioteconomia	Mais de 52 anos	33 anos	3	Designada
Professor 5	Engenheiro Florestal com complementação curricular em Física. Bacharel em Percepção de Contra-baixo. Mestre em manejo ambiental e sistemas florestais.	Mais de 52 anos	18 anos	8 anos	Designado

Fonte: elaboração própria

4.2.2 Sobre o contexto social de produção do discurso

A organização de pessoal da SEE-MG cria um cenário no qual os professores são divididos em professores efetivos (com estabilidade e maior chance de permanecer na escola por mais tempo) e professores designados (são contratados no começo do ano e correm o risco de não permanecerem na escola por mais tempo). No caso dos professores entrevistados, a maioria são designados, porém possuem um forte vínculo com a escola no que diz respeito ao comprometimento e participação nas atividades e projetos desenvolvidos pela escola.

Com relação ao grau de escolaridade, os profissionais da educação entrevistados se destacam por possuírem pós-graduação, e, em sua maioria, especializações voltadas para a área de educação. Esse fato revela a busca pelo aprofundamento e capacitação dos profissionais, dentro da educação, com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino. Destaca-se o fato de o Professor 5 ser graduado e pós-graduado em áreas voltadas para as Ciências Florestais e Música e optar pela educação, adaptando o seu conhecimento adquirido para a área pedagógica.

Apesar de possuir uma variedade nas faixas de idade, todos se mostraram muito motivados em trabalhar na escola, pois foi possível perceber tanto nos mais jovens quanto com os mais experientes, uma empolgação e orgulho do trabalho e dos projetos que são desenvolvidos no campo de pesquisa. É possível notar que, apesar de alguns estarem há pouco tempo na escola ou na educação, o ambiente escolar conseguiu influenciar positivamente na prática pedagógica dos professores envolvidos.

A questão dos profissionais da educação que migraram de outras regiões do Brasil e do mundo para a escola é um fator que chama atenção no âmbito das entrevistas. É factível perceber, por meio do comprometimento e no tom de entusiasmo dos entrevistados, a relação de identificação e afetividade entre sujeitos e o campo de pesquisa.

Com relação ao perfil dos gestores, é possível perceber que são pessoas que possuem larga experiência na educação, são capacitadas na área e escolheram a escola por causa da qualidade da prática educativa desenvolvida na escola. A experiência e conhecimento acumulados ao longo da trajetória na área de educação é aplicada tanto na gestão pedagógica e também na questão da motivação e gestão de pessoal de forma eficiente.

4.2.3 Análise Lexical: Análise dos vocábulos utilizados ao longo do texto

A Tabela 5 organiza e analisa a análise lexical dos vocábulos utilizados ao longo do texto.

Tabela 5*Análise Lexical dos Vocábulos (continua)*

Sujeito	Contexto	Trechos do discurso	Análise dos vocábulos
Professor 5	Conceito de sustentabilidade	“Relação entre produção e consumo né não acabar né deixar produzir e continuar consumindo .”	Nota - se nos vocábulos assinalados, que o sujeito busca associa o conceito de sustentabilidade a garantia do consumo e produção.
Gestor 2	Conceito de sustentabilidade	“Questão de preservação mesmo para tudo ficar bem então, beleza é tem alguma questão social ambiental que você ressaltaria aqui na região bom eu pessoal não descarta lixo adequadamente, né aqui na região a gente vê muitos porcos na rua andando mesmo pela rua e tudo então assim o pessoal não tem uma preocupação com isso, né?”	Preservação, porcos e lixo aparecem com frequência nos discursos não apenas no sujeito destacado, mas também no discurso de outros sujeitos entrevistados. É possível perceber o desconforto dos sujeitos em relação aos animais que andam livremente pelas ruas do bairro e que são responsáveis por revirar o lixo, prejudicando a questão da preservação do meio ambiente local.
Gestor 1	Conceito de sustentabilidade	“A as estratégias que os projetos que a gente cria para que os meninos tenham autonomia para que os meninos tenham consciência do preservar o meio ambiente como por exemplo. Acho que da outra vez que você teve aqui a gente citou para você a proposta que a gente tem que todos os anos a gente faz o copo Ecológico para os meninos. Cada um recebe o seu copo cada um cuida do seu corpo ele é responsável pelo corpo a gente não usa copo descartável na escola. Entendeu? Essa essa eu acho que quando os principais projetos que a gente tem que a gente porque a gente criou hoje que a gente tenta eliminou mesmo o uso do copo descartável na escola e cada um tanto aluno quanto o servidor tem um copo ecológico.”	A simplicidade do projeto revelado pelo discurso, revela a prática de EAC fundamentada nos princípios de autonomia e reflexão, propostos por Paulo Freire. O uso de um copo pelo aluno, a valorização do projeto pelos professores e gestão trouxeram resultados visíveis como a diminuição do volume de lixo no cotidiano e festividades no ambiente escolar.
Professora 2	Conceito de sustentabilidade	“sustentabilidade uma forma de estabelecer diálogos com a natureza”	Os diálogos são a base da pedagogia freiriana e possibilita a construção de caminhos para atingir os pressupostos da EAC.
Professor 5	Conceito de sustentabilidade	“Relação entre produção e consumo né não acabar né deixar produzir e continuar consumindo .”	Nota - se nessa fala o conceito de sustentabilidade que se aproxima ao conceito de consumismo.

Tabela 5

Análise Lexical dos Vocábulos (continua)

Sujeito	Contexto	Trechos do discurso	Análise dos vocábulos
Gestor 3	Conceito de sustentabilidade	“Como um futuro nós como um presente porque se a gente quer ter um futuro a gente tem que pensar nele hoje, né? Então tudo que envolve a gente ter uma consciência de tudo que a gente faz de cuidado do que a gente come do que a gente produz o que a gente compra né? Então eu acho que isso tudo envolve em um todo assim da natureza mesmo para a gente conseguir ter um mundo mais saudável ”	O conceito de sustentabilidade aqui também está atrelado ao de consumismo, porém a gestora vai além e associa o conceito a questão de saúde e bem-estar.
Professora 4	Conceito de sustentabilidade	“E forma atender as pessoas com deixando o ambiente agradável a todos e também o custo , né? Envolve a economia o curso de vida também.”	A fala reforça o conceito de sustentabilidade associado ao consumismo
Gestora 1	Problemas ambientais do entorno	Que que você vê de problema sócio ambiental aqui perto da escola problema ambiental mesmo assim muita coisa lixo de mais na rua esgoto na rua é um bairro que tem uma melhoria tá tendo uma melhoria muito grande. Tá tendo uma visibilidade muito maior, mas tem algumas situações que nos incomoda igual eu tenho uma pessoa que cria porcos aqui e que os porcos ó rodam na rua igual cidadão , entendeu? E uma coisa que que não é normal, é porque são porcos gigantescos e os porcos que, às vezes, estão com a crise 10. Porquinhos atrás aí, o trânsito para os lixos aparecem rasgados o caminhão do lixo não consegue recolher o lixo [...]”	Lixo e porcos. O principal problema ambiental apontado pelos entrevistados. A presença dos animais aqui inclusive é comparada com o cidadão comum pois ocupa espaço juntamente com as pessoas nas ruas. O tom de voz expressa nojo, repulsa e constrangimento com a presença e ação de espalhar lixo pelas ruas, promovido pelos animais.
Professora 2	Problemas ambientais do entorno	“Nossa a questão do lixo que eu acho que é gritante aqui em Belo Horizonte como um todo não só no bairro que eu moro eu percebo isso muito aqui no bairro porque os lixos ficam jogados na rua , mas em Belo Horizonte como todo acho que essa questão do lixo . Ela é bem latente aqui, né tanto em BH como também na região aqui também, né em outros lugares aqui também, eu acho vocês metropolitanas, tá bom a comunidade , ela participa tanto dos projetos envolvidos na escola participar tipo assim, vem participar vem participar ativa .”	A entrevistada reforça o incômodo com o lixo, porém dessa vez amplia o problema da região do campo de estudo, para toda a cidade de Belo Horizonte. Aponta ainda a importância da escola comunidade na solução do problema.

Tabela 5*Análise Lexical dos Vocábulos (continua)*

Sujeito	Contexto	Trechos do discurso	Análise dos vocábulos
Professor 3	Problemas ambientais do entorno	Então, eu moro em Contagem, né? Não tenho eu tava essa cidade. Então eu vejo sempre lixos assim em regiões que não podem. Ah, principalmente região de Córrego, né? Então eu vejo no centro eu vejo muito principalmente agora tá dando muito rápido, então vejo o rato andando no meu lado quase igual na França , né? Tem muita também tem é mesmo lá também tem a descrição do lixo também tem essa questão do lixo o problema Global mesmo e Belo Horizonte pessoalmente ela arquitetura de Belo Horizonte. Eh, passei mal de Paris, né? Mais ou menos isso foi uma cidade planejava você ver se ele constrói francesa então e também os problemas , né? Então os problemas parecidos , né? Exatamente agora aqui na comunidade .”	O problema do lixo, na visão do entrevistado, possui uma abrangência global. Faz um comparativo entre um país desenvolvido e outro em desenvolvimento e o problema persiste.
Professor 3	Problemas ambientais do entorno	“Eu vejo eu vejo um envolvimento dos das pessoas tentando minimizar essa situação as pessoas têm se manifestado interesse em acabar com esse problema de lixo e né? Então essa falta de compreensão com esses porcos e tudo mais é comunidade ”	Os porcos aparecem novamente no discurso do entrevistado. Também destaca que apesar das tentativas da comunidade, sozinha, em acabar com o problema é infrutífero.
Gestora 1	Gestão e a prática de EA	“Então comunidade participe dos projetos que são desenvolvidos na escola a escola abre a porta toda vez que a gente tem projeto quem faz evento que no sábado é aberto a comunidade sábado passado do mês. Teve um dos nossos dos nossos anos projetos que a gente tem que ter todos os anos que é voltado para semana da Consciência Negra , né que a gente a gente tem a gente conversou com ele em 2018 que chama Preto Soul, né? Que é a gente esse ano a gente tem uma participação muito maior de alguns parceiros como os grafiteiros sei se você viu grafite ali fora foi feito de semana passada. É como é escola de samba roda de samba . Eh oficina de Francisca capoeira sabe todas as parcerias tá agregando com a gente e está crescendo cada vez mais [...]”	No discurso da Gestora é capaz de perceber que a escola busca diversas estratégias de interagir com a comunidade. Os eventos focados na questão étnico racial, demonstram uma diversidade de ações culturais e com grande participação da comunidade.
Professora 2	Gestão e a prática de EA	“ Dá toda a materialidade que é que por exemplo impressora 3D a escola a gente assim, não sei eu não sei como te falar isso direito sei que a escola tem ela tem assim essa impressora. Acho que foi doação de uma empresa de um projeto de uma Empresarial mesmo aí a nossa escola né?”	O discurso revela que a Gestão está sempre busca viabilizar os projetos propostos pelos professores para atender a comunidade.

Tabela 5*Análise Lexical dos Vocábulos (continua)*

Sujeito	Contexto	Trechos do discurso	Análise dos vocábulos
Professor 3	Gestão e prática de EA	<p>“Tem muita liberdade que pode desenvolver qualquer projeto na escola e tem colaboração.”</p> <p>“Sempre ajuda sempre ajuda e a gestão pessoal da direção sempre ajuda a fazer assim sempre ajuda é bastante comunicativo e participativa gestão aqui.”</p> <p>“Mobiliza os alunos e fazem um planejamento para que os próprios alunos desenvolvam os seus trabalhos fazendo pesquisas e trabalhos tanto teóricos, quanto práticos e as apresentações, né? Tem muita parceria também com UFMG com outras instituições que às vezes ajudam.”</p>	<p>O discurso reforça o apoio da Gestão para os professores desenvolverem projetos pedagógicos na escola.</p> <p>O discurso revela o poder de articulação e mobilização da Gestão. Do mesmo modo, indica o incentivo da Gestão em relação a autonomia e reflexão crítica no planejamento e desenvolvimento dos projetos pedagógicos.</p>
Gestora 2	Gestão e prática de EA	<p>“Motivados professores são motivados a participarem desses projetos trabalham em grupo gosta de trabalhar aqui esse projeto são todos trabalhados em grupo. Os professores são muito eh, eles são engajados isso aí participativos colaborativo, porque a gente tem essa resposta dos meninos sabe? Então eu acho que é uma troca, né? E quando é proposto algo a gente tendo a resposta dos dois lados, se torna mais eh prazeroso.”</p>	<p>Os termos em destaque, revelam no discurso que a Gestão possui a competência da liderança ao conduzir os projetos pedagógicos de forma coletiva e participativa. Os professores são motivados e recebem resposta positiva dos alunos.</p>
Professora 2	Gestão e prática de EA	<p>“Deixa eu pensar a gente a gente tem o projeto que é o Pia que é o Projeto interdisciplinar por área. Eh, acho que isso mesmo projeto interdisciplinar por área e é um projeto que é desenvolvido a cada bimestre na escola os dois primeiros bimestres os temas abordados foram referentes a sustentabilidade sabe a gente trabalhou com sustentabilidade empreendedorismo sustentabilidade produção de objetos, sabe a gente trabalhou bastante coisa assim em relação à sustentabilidade com a produção de roupa produção de materiais.”</p>	<p>O principal projeto pedagógico da escola, apresenta o tema da sustentabilidade através do uso da tecnologia e prática de empreendedorismo. Nota - se empolgação na fala da professora e revela comprometimento e satisfação ao desenvolver o projeto.</p>
Gestora 3	Gestão e prática de EA	<p>“nesse último pia tem que falar teve um grupo em especial que fez um tema sobre horta e eles desenvolveram nesse último nessa última apresentação só produtos orgânicos. Então os meninos mesmo fizeram é creme para passar no corpo batom tudo com produtos orgânicos”</p>	<p>O discurso reforça que o PIA é a principal prática pedagógica da escola. Percebe - se que a temática ambiental é abordada também na perspectiva da inovação, gerando engajamento e curiosidade nos alunos.</p>

Tabela 5*Análise Lexical dos Vocábulos (conclusa)*

Sujeito	Contexto	Trechos do discurso	Análise dos vocábulos
Gestora 1	Legislações sobre EA	<p>“Essas documentações. Mas eu acredito que sim, elas conseguem chegar para vocês alguma coisa assim determinar para alguém. Como é que deve ser feito você segue isso, com certeza, você segue um lado o que eles pedem tudo mais a falta, nem sempre nem a gente consegue adaptar a ao que a realidade Nossa então, entendeu?”</p>	<p>A fala vaga sobre a legislação, revela no discurso a falta de conhecimento sobre a Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022. Demonstra também que não possuem nenhum conhecimento sobre alguma legislação que trata do tema. Porém, também revela que a Gestora possui consciência em trabalhar o tema adaptado à realidade da população, partindo dos princípios e concepções da comunidade e do corpo docente.</p>
Gestora 3	Legislação e prática de EA	<p>“não conheço os alunos eles trazem experiências de fora de para dentro da escola.”</p> <p>“Igual você falou dessa questão de ter mais a secretaria, né de ter essa questão de desenvolver mais com os gestores. Inclusive com a supervisoras especialistas de ter mais essa consciência voltada assim porque não é toda escola que participa graças a Deus a escola tem um projeto muito bacana voltado para isso, mas eu ainda acho que falta mesmo esse olhar mesmo da secretaria para as escolas. Que aí eu acho que os alunos também vão se envolver mais né, mas não audiência lá eu tiro o chapéu que fez nessa questão, com certeza.”</p>	<p>O discurso da Gestora 3 corrobora de forma direta o discurso da Gestora 1. Revela também que apesar de não receberam orientações de como trabalhar o tema no ambiente escolar se mostram autônomos no processo de construção de práticas pedagógicas voltadas para a temática ambiental.</p>

Fonte: elaboração própria

4.2.4 Temas e figuras do discurso

As figuras presentes no discurso dos entrevistados orbitam em torno de uma gestão que prioriza o diálogo, engajamento e protagonismo da tríade: comunidade, alunos e professores. Os projetos pedagógicos são os fios condutores de todo o processo, como serão descritos nos próximos parágrafos.

O Projeto Interdisciplinar Anual (PIA) é um projeto que acontece no formato anual, dividido em bimestres, explorando temas diversos, e busca promover a curiosidade e participação dos alunos por meio do empreendedorismo e utilização da tecnologia. Outro importante projeto desenvolvido pela escola é o “Preto Soul”, que envolve diversas atividades culturais como música, dança, grafite e capoeira. O projeto se mostrou eficaz no processo de integração entre a comunidade e a escola e, ao mesmo tempo, consegue trabalhar a arte e a cultura negra, combatendo o racismo e protagonizando o negro. O trabalho foi reconhecido nacionalmente e participará de uma apresentação em Brasília, em uma convenção sobre Educação Integral.

O projeto dos copos ecológicos é uma figura importante no discurso presente dos trabalhadores da educação do campo de pesquisa. A singeleza da proposta, demonstra potência nos resultados obtidos em médio e longo prazos. O projeto propõe que cada aluno e professor receba no começo do ano um copo e esta pessoa fica responsável por ele ao longo do ano. Ao longo do projeto são trabalhadas competências relacionadas à autonomia, cuidado com o próximo e preservação. O início é sempre muito difícil com alunos esquecendo os copos, porém, ao longo do ano, os alunos passam a ter mais consciência passando a cuidar do bem e preservando o patrimônio escolar. Os efeitos do projeto são percebidos nos eventos abertos à comunidade com uma pequena geração de resíduos e lixo no chão.

As parcerias aparecem como figuras importantes no discurso dos trabalhadores da educação. Durante a visita para fazer a entrevista, uma turma se preparava para visitar a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essas práticas de atividades fora do muro da escola são importantes para escolas que utilizam o modelo de Tempo Integral, para que os alunos tenham um maior contato com diversos tipos de atividades e se apropriem dos diferentes territórios da cidade. Parceiros como a UFMG contribuem com esse processo criando perspectivas futuras positivas aos alunos.

A horta é uma figura que materializa a prática ambiental no contexto escolar. É uma atividade desenvolvida pelo Professor 5, que possui formação acadêmica na área ambiental e desenvolve a atividade com satisfação e engajamento, o que é revelado no seu discurso por

meio do tom de voz. Uma das dificuldades enfrentadas é a falta de continuidade do projeto proporcionada pela contratação temporária de professores.

O uso da tecnologia é outra figura importante. A impressora 3D despertou a curiosidade e a habilidade de investigação científica, além de interagir de forma transdisciplinar diversos temas (como o empreendedorismo) e disciplinas. Torna as aulas mais dinâmicas e interessantes para os alunos, resultando em uma prática mais exitosa de ensino aprendizagem.

Com relação aos temas, percebe-se que a escola parece não receber o apoio necessário da SEE-MG, no que diz respeito à materialidade, formações e informações. No discurso da Gestora 3, uma proposta para a melhoria da prática de EA seria mais formações voltadas para a temática ambiental, mais materiais de estudo, além de recursos para promover atividades externas e compra de materiais. Ressalto que a impressora 3D, que aparece de forma recorrente nos discursos dos entrevistados, foi adquirida mediante uma doação junto à iniciativa privada.

O trabalho de liderança da gestão aparece como tema recorrente ao longo dos discursos pesquisados. Percebe-se que por meio de suas práticas de apoio, organização e atitudes democráticas, a gestão consegue motivar professores e alunos a desenvolverem um processo de ensino-aprendizagem de maneira eficaz e prazerosa.

4.2.5 Aspectos refletidos, refratados e silenciados no texto

Os aspectos refratados presentes nos discursos são trazidos principalmente pelos estudantes. Observa-se que por meio de uma gestão acolhedora e sensível, esses aspectos são recebidos, compreendidos e se transformam em temas a serem trabalhados nos projetos pedagógicos. O PIA se mostra eficiente nesse contexto, pois tem um caráter transdisciplinar e desenvolve diversos temas ao longo do ano.

Dentre os aspectos refratados que chegam até a escola, os temas mais presentes no contexto são a violência, preconceito e discriminação, questões ambientais como lixo e animais que circulam livremente pelas ruas. Além disso, aspectos importantes para a comunidade local chegam à escola, como atividades no Morro da Fazenda e na Pedreira (Figuras 1, 2, 3 e 4), influenciando a prática pedagógica no campo de pesquisa.

Figura 1

Projeto PIA - Trabalho sobre o Morro da Fazenda, local também conhecido como Festival de Papagaio



Fonte: Foto cedida pela gestão da escola

Figura 2

Projeto Pia - Atividade sobre Matemática Financeira



Fonte: Foto cedida pela direção da escola

Figura 3

Projeto Pia - Atividade sobre Arte e Matemática



Fonte: Foto cedida pela gestão da escola

Figura 4

Projeto Pia - produção de batons com materiais orgânicos



Fonte: Foto cedida pela direção da escola

Os elementos refletidos pelos discursos pesquisados retratam o orgulho e a satisfação do trabalho pedagógico que é desenvolvido no campo de pesquisa. Alunos que estão participando do projeto “Passaporte Mineiro” (que visa fazer intercâmbio com alunos da rede pública de educação de Minas Gerais e diversos países do mundo), a diminuição na geração de resíduos nas atividades dentro da escola com a comunidade, o reconhecimento em nível nacional do projeto “Preto Soul” (Figura 5), são elementos que corroboram essa ideia.

Um elemento que reflete de forma clara essa situação é o estado de conservação da escola. Essa foi a primeira questão que chamou a atenção do pesquisador ao entrar na escola. Com paredes bem pintadas, carteiras em bom estado de conservação e ausência de lixo no chão, o ambiente escolar é tomado por um ar de leveza e tranquilidade. O muro externo reflete um grafite que faz parte do projeto Preto Soul, dando identidade e estética à prática pedagógica do campo de estudo.

Figura 5*Grafito do Projeto “Preto Soul”*

Fonte: Imagem feita pelo autor

Os elementos refratados aparecem nos discursos dos gestores, dentre os quais destaca-se a fala da gestora 3, na qual ela pronuncia “aqui a gente faz o trabalho do nosso jeito, da nossa forma, se chega não sei, mas fazemos no nosso jeito.”. O discurso, nesse caso, revela autonomia dos gestores e educadores em relação à política pública implementada pela SEE-MG na construção da prática de EA no ambiente escolar. É um elemento refratado, pois toma outra forma além da realidade imposta pelo órgão governamental, que é desconfigurado com a forma que deveria ser, é o que cabe na realidade dela, desacoplado com o que foi imposto pela Resolução 493 de 12 de dezembro de 2022.

Os elementos silenciados se revelam no que tange à questão da relação da escola com o governo. As resoluções relacionadas à temática ambiental são citadas de forma rasa ou desconhecida pelos entrevistados. A falta de recursos para atividades externas e materialidade mostram que a escola precisa buscar parceiros para viabilizar um processo de ensino-aprendizagem. A falta de treinamentos e formações, posicionam professores e gestão no posto de protagonistas na geração de conhecimento e estratégias de práticas de ensino aprendizagem.

4.2.6 Aspectos ideológicos presentes e combatidos no texto

A gestão democrática e participativa promovida no ambiente escolar é um aspecto ideológico marcante no discurso dos sujeitos entrevistados. Os professores possuem um papel de protagonismo nas atividades pedagógicas, o que revela comprometimento e satisfação na execução das atividades. Os alunos se sentem acolhidos e identificados com a escola, pois a proposta pedagógica leva em consideração as suas necessidades e anseios. São ouvidos e acolhidos, de acordo com o que foi verificado em campo e nas entrevistas. **É possível identificar no discurso do professor 3 as ideias expostas “Essa questão do Festival de Papagaio é muito forte para eles, inclusive fizemos um projeto ambiental relacionado a isso, tem foto aí... depois mostra a foto. Toda essa ideia do projeto aí foi ideia deles”.**

No campo da prática ambiental, salienta-se que as atividades desenvolvidas na escola refletem o cotidiano da comunidade, levando em consideração aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais. A escola torna-se um ponto de referência não apenas do ponto de vista geográfico, mas também em práticas e costumes no contexto comunitário. **Questão essa presente no discurso da professora 2 “A comunidade, ela participa dos projetos aqui da escola, da quadrilha, dos grandes eventos, participação ativa, vem sempre participar.”, e continua “Às vezes, entra outros eventos que a escola promove também sempre estão aqui, beleza?”. Professor 3 corrobora da mesma ideia “A comunidade participa sim... semana passada estavam na escola participando do Projeto Preto Soul, aí os pais vêm na festa junina e participam dos projetos de sustentabilidade também.”.**

Os conceitos de sustentabilidade presentes nos discursos dos entrevistados destacam valores alinhados mais à prática de uma EA conservadora e pragmática, apesar de, na prática de EA do campo de estudo, aproxima-se mais da EAC. Apesar de ser uma situação incongruente, percebe-se que a prática em si não comunga com os conceitos apresentados. Ou seja, os discursos trazem a educação ambiental mais aplicada, mais prática, direcionada a alguns projetos de redução de uso de insumos ou reciclagem, mas a prática demonstra alguns elementos mais aprofundados e alinhados à EAC, como a construção e manutenção de uma horta, que significa algo perene, que demanda organização social e comunitária, e complexo de estruturar pois são diversos fatores envolvidos (tempo de dedicação, tarefas, dinheiro para manutenção etc.) que, por sua vez, se esbarram em problemas como manutenção de contratos de professores para sua continuidade.

Os projetos pedagógicos elaborados e desenvolvidos na escola refletem a prática de uma educação que consegue conjugar os saberes dos educandos, pesquisa, identidade cultural, curiosidade, escuta, diálogo, com as novas tecnologias e práticas empreendedoras. A legislação

não entra nesse jogo e, portanto, não é combatida e defendida. Essa ideia está presente na fala da professora 1, no que se refere à obtenção de equipamentos para as aulas práticas “Ela (gestão) incentivou as aulas práticas comprando a impressora 3D para eles trabalharem esta abordagem”, ou ainda na fala da professora 2 “A gente tem uma estrutura muito boa aqui para trabalhar com os projetos, a gente desenvolve muito no PIA.”.

4.2.7 A posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa

O discurso hegemônico da EA no estado de Minas Gerais está materializado na Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022, e como já foi discutido ao longo do referencial teórico, o discurso presente nesse texto da legislação defende os interesses neoliberais de organizações ligadas às atividades de mineração e agropecuária que são nocivas ao meio ambiente. Portanto, refletem uma lógica de EA pragmática e conservadora, destoando da lógica ambiental política defendida por Freire (1996) e Reigota (2016).

As atividades desenvolvidas na unidade de análise exprimem elementos de uma prática pedagógica libertadora, reflexiva e crítica, tornando-se uma ação de resiliência e resistência frente a uma legislação neoliberal, conservadora e pragmática. Demonstra ainda que a escola é reconhecida, no discurso dos trabalhadores da educação, como um ponto de referência, não apenas geográfico, mas também como balizador de práticas sociais, culturais, econômicas e de EA.

4.3 Trabalho de campo ao território do entorno do campo de pesquisa

4.3.1 Relatório de visita ao território do entorno do campo de pesquisa

Reigota (2016), aponta que a educação ambiental escolar deve levar em consideração o cotidiano dos alunos. Isso se dá, pois, um dos objetivos da EA é procurar desenvolver não apenas a identidade e participação como cidadão e cidadã brasileiros, mas como cidadão e cidadã planetários. O autor reforça, ainda, a necessidade de estimular o contato e as relações com a comunidade. Freire (1996) defende que é necessário estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares e a experiência social que eles têm como indivíduos.

Com o intuito de compreender a influência do território na prática de EA no campo de pesquisa, no dia 22/11/2024 foi realizado um trabalho de campo nos bairros Casa Branca, Caetano Furquim e Conjunto Mariano de Abreu, mais conhecido na região como Rock in Rio, (batizado com este nome por causa do processo de ocupação irregular aconteceu durante o

festival de rock no Rio de Janeiro). o pesquisador foi acompanhado por três pessoas da comunidade que o mostraram os espaços mais utilizados e que também lhe repassaram informações sobre a dinâmica local, hábitos e costumes.

Como forma de registro, foram utilizados uma caderneta de notas, um celular para gravação do áudio e um apoiador, Igor Luiz, para fazer o registro fotográfico utilizando um *smartphone*. Na transcrição foi utilizada a plataforma de multimídia Pinpoint, que além de ser gratuita para pesquisadores, também é utilizada por jornalistas em regiões de conflito por causa da sua facilidade de uso e eficiência.

Houve o encontro com as três guias do trabalho de campo, em uma escola municipal localizada próxima a Escola Estadual que é o principal campo de pesquisa. Ao longo do trabalho de campo entenderia que os locais são ligados de forma umbilicalmente, pois além da proximidade geográfica a grande maioria dos alunos fazem o ensino fundamental na Escola Municipal e concluem os estudos no Ensino Médio na Escola Estadual. No primeiro momento, o pesquisador foi recebido pela Professora Coordenadora da Escola Integrada (PC) que apresentou os espaços da Escola Municipal. Percebeu-se, pelo pesquisador, que existe uma grande integração da escola com a comunidade, o que pode ser explorado em pesquisas futuras.

As guias aqui, serão chamadas de Alfa, Beta e Gama com o objetivo de manter o anonimato previsto no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Todas são instrutoras da Escola Integrada, nascidas e criadas no território e possuem mais de dez anos de atuação na área da educação. Alfa é instrutora de culinária, Beta instrutora de Educação Ambiental e Gama apoio à coordenação. Conheço elas ao longo do horário de almoço, que foi disponibilizado pela Professora Coordenadora do Projeto Escola Integrada, com o objetivo de não prejudicar a dinâmica de almoço dos alunos que ficam na escola em tempo integral.

Tendo como ponto de partida a Escola Municipal, o trajeto contou com quatro paradas em pontos considerados essenciais pelas guias: Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio, Pedreira, Praça do Caetano e Posto de Saúde novo. Os locais estão localizados no mapa apresentado na Figura 6.

Figura 6

Localização do território visitado

**Município de Belo Horizonte - Minas Gerais
Bairro Casa Branca e entorno (2024)**



4.3.1.1 Primeira parada: Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio

O Morro da Fazenda está localizado, segundo as guias, na divisa entre Belo Horizonte e Sabará. O terreno é particular, utilizado inicialmente para a criação de gado e cavalos. Geograficamente, é um morro alto íngreme e que permite uma vista clara do campo de pesquisa e do seu entorno. Ao fundo, como demonstrado na foto, a seguir, tem-se a disposição da Escola Municipal e do campo de pesquisa. É possível notar que ambas estão próximas e, no plano ao fundo, destaca-se o paredão com a Rock in Rio acima.

Beta afirma que o espaço é utilizado por pessoas de inúmeras religiões, como umbandistas, católicos e evangélicos. Afirma ainda que o espaço é muito utilizado aos finais de semana por pessoas de diversas idades, de crianças a adultos, que utilizam o Morro para soltar papagaio. Nos meses de junho e julho ocorre um festival de papagaio que reúne pessoas do Rio de Janeiro, São Paulo e pessoas do interior do Estado de Minas Gerais. Ambulantes aproveitam a aglomeração de pessoas em vendem bebidas, churrasquinhos, papagaios, linhas entre outros produtos. Segundo Beta: “No Festival vem aluno de todas as escolas pra cá... É um point! Aqui final de semana é um formigueiro, um point [...], e tem o festival de papagaio que na língua deles é o point... que eles falam na língua deles.”

Analisando a paisagem do alto do Morro da Fazenda (Figura 7, 8 e 9), foi possível perceber um conjunto de prédios que se destaca por se mostrar como uma construção recente. Gama afirma que “As obras dos predinhos foram realizadas inicialmente pelo Vander Borges (político da região), junto com o seu primo Luiz Caetano e começou a obra. Parece que a Caixa arrendou e terminou de fazer a obra”. Gama completa dizendo que, no local onde foi construído o predinho, era um campo de futebol, que foi desativado para a obra e que a Prefeitura de Belo Horizonte está construindo um outro campo, ao lado dos predinhos. “Os meninos aproveitam demais o barranco quando chove para escorregar com papelão e brincar na obra do campo”, afirma Gama.

Figura 7

Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio Vista para o lado de Belo Horizonte



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

Figura 8

Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio Vista para o lado de Sabará



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

Figura 9

Árvore no topo do Morro da Fazenda ou Festival de Papagaio



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

4.3.1.2 Segunda parada - Pedreira

A pedreira (Figura 10) causa um forte impacto no primeiro momento em função do seu tamanho e faz, praticamente, um ângulo de 90° em relação ao solo. A entrada é composta por um beco que possui uma faixa de casas e logo após possui um campo de terra, duas quadras, uma casa que serve de vestiário, e a sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Bairro Mariano de Abreu. No alto da pedreira, está localizado a Rock in Rio.

Segundo relato das guias, o CRAS é muito frequentado por pessoas idosas, porém pessoas mais jovens, inclusive, alunos das escolas públicas da região também frequentam o equipamento público. Este é bastante elogiado pelo trabalho que exerce na região, pois “ajuda muito as pessoas”, afirma Beta. No campo de futebol de terra, ocorrem muitas partidas de futebol por diversos campeonatos como a Copa Itatiaia e o Torneio Corujão. Devido a sua relevância, tornou-se uma referência na região Leste de Belo Horizonte em questão de futebol amador. Recentemente, passou por uma reforma da Prefeitura, o que contribuiu para o aumento do número de frequentadores do local.

Outra importante obra realizada pela prefeitura foi a manutenção da pedreira utilizando encostas, hastes de sustentação, arames, tela protetora e retirada de pedras soltas e aparas das arestas, com vistas a deixar o local mais seguro. Uma pracinha em frente ao vestiário também foi reformada, deixando o ambiente mais agradável e receptivo.

Após esse primeiro momento na parada da pedreira, as guias perguntaram se podiam contar a parte triste do local. O pesquisador respondeu que sim e que manteria o sigilo dos nomes garantidos pelo TCLE. Elas relataram que, muitas vezes, pessoas tiravam a própria vida se jogando da pedreira. Aconteceu com uma menina que tinha transtorno mental e caiu próximo à quadra, quando estava cheia de crianças brincando. Aconteceu com diversas pessoas, inclusive, com uma líder comunitária que tentou retirar uma pedra do alto da pedreira e acabou caindo por acidente, quebrando apenas uma perna, pois uma árvore amorteceu a queda. Porém, com as melhorias e reformas promovidas pela Prefeitura a quantidade de autoextermínio diminuiu.

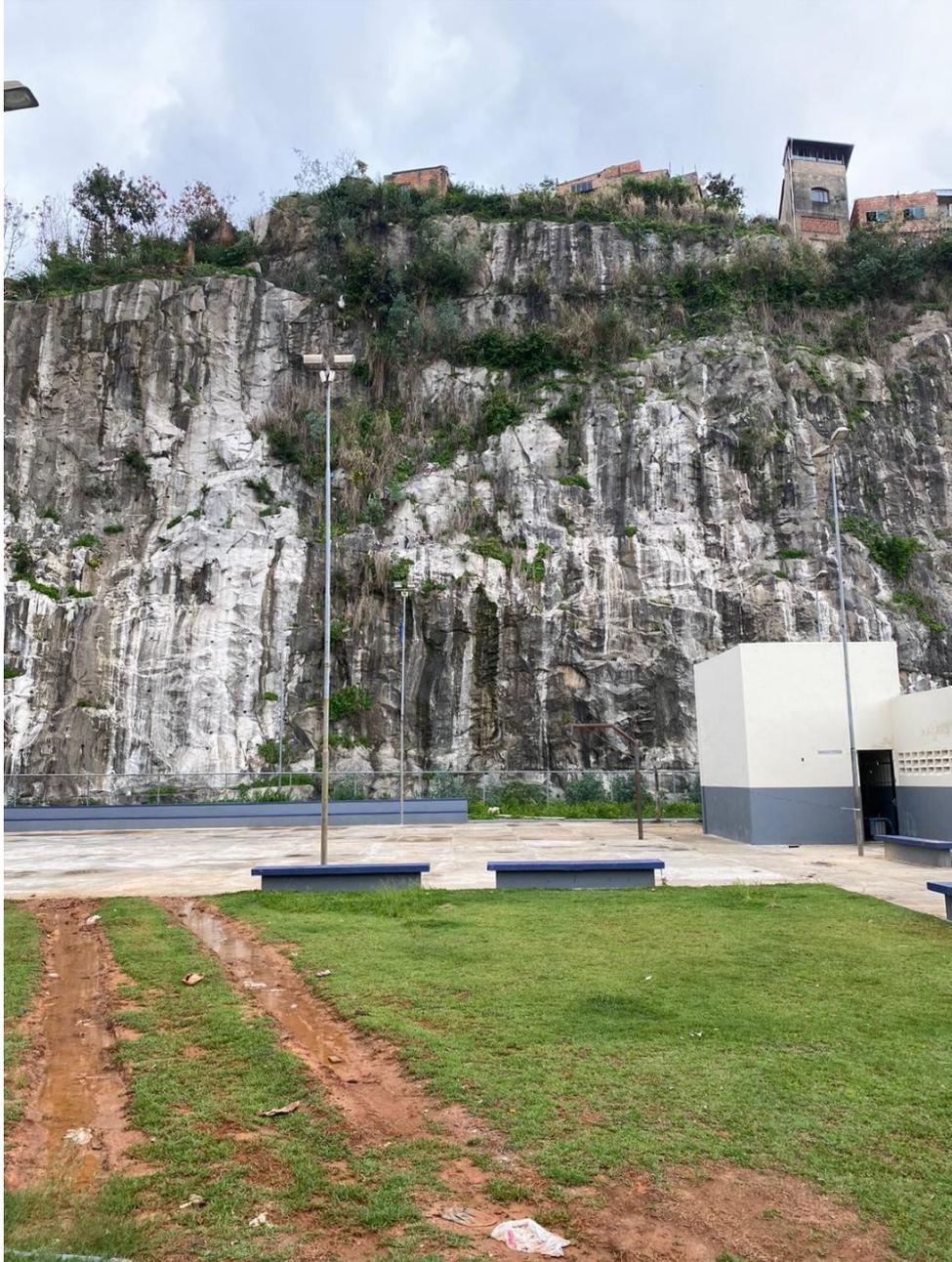
Após esse relato, as guias baixaram o tom de voz e relataram que ali era um lugar de uso constante de drogas e também de comercialização de entorpecentes. Ao levantar o olhar, pesquisador percebeu que estavam sendo observados por outras pessoas que seguravam rádios em constante comunicação.

O pesquisador e as guias resolveram se retirar e, ao saírem, encontraram com um morador folclórico da região, visivelmente alterado, que veio cumprimentá-los. Ao ver que

estavam acompanhados com Alfa, Beta e Gama, o morador abriu um largo sorriso e começou a falar que conhecia as três em voz alta e que não tinha problema... que eram suas amigas. Pediu para que tirassem uma foto dele e seu pedido foi atendido em um clima de descontração. Logo após, se despediu e saiu. Na saída, Beta disse que a rua do lado esquerdo levava ao alto da rua do Cruzeiro e que, por questões de segurança, não seria viável visitar o local. Ao virar à direita, dois rapazes com rádio observaram toda a movimentação desde o momento da chegada até a saída.

Figura 10

Pedreira. No topo a presença da comunidade Rock in Rio. Ao fundo uma praça e vestiários do campo de futebol.



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

Figura 11

Pedreira - No primeiro plano o campo de futebol e ao fundo o CRAS



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

4.3.1.3 Terceira parada - Praça do Caetano

A Praça do Caetano (Figura 12) está localizada ao lado da linha de trem, que segundo Alfa, pertence à Companhia Vale. Alfa continua seu relato dizendo que, no local, havia muitos acidentes com as pessoas, porque elas “passavam na frente”, tinha muito engarrafamento por causa do trem. Com o tempo a Vale veio e “conversou com as pessoas que moravam próximo a linha do trem e tirou eles e deu outras casas né” e continua “Tipo assim, avaliou a deles e passou outra casa para eles, e aqui, hoje, é a pracinha do lugar de lazer, *shows*, encontros à noite é muito legal. O pessoal vem passear, eu mesmo frequento aqui com minhas filhas com os cachorrinhos”. Segundo Alfa, a praça é muito utilizada por políticos para eventos como ruas de lazer e *shows*. “Faz muita coisa boa”, completa.

Alfa prossegue falando que a linha de trem (Figura 13) é muito bonita, que já viajou para o Espírito Santo e que hoje a viagem está mais confortável. A viagem passa pelo lado do rio. Já foi para Nova Lima e Cordisburgo, tudo de trem! O trem parava e vinha aquela enorme quantidade de pessoas. É uma viagem gostosa de trem! A viagem de trem era bacana!

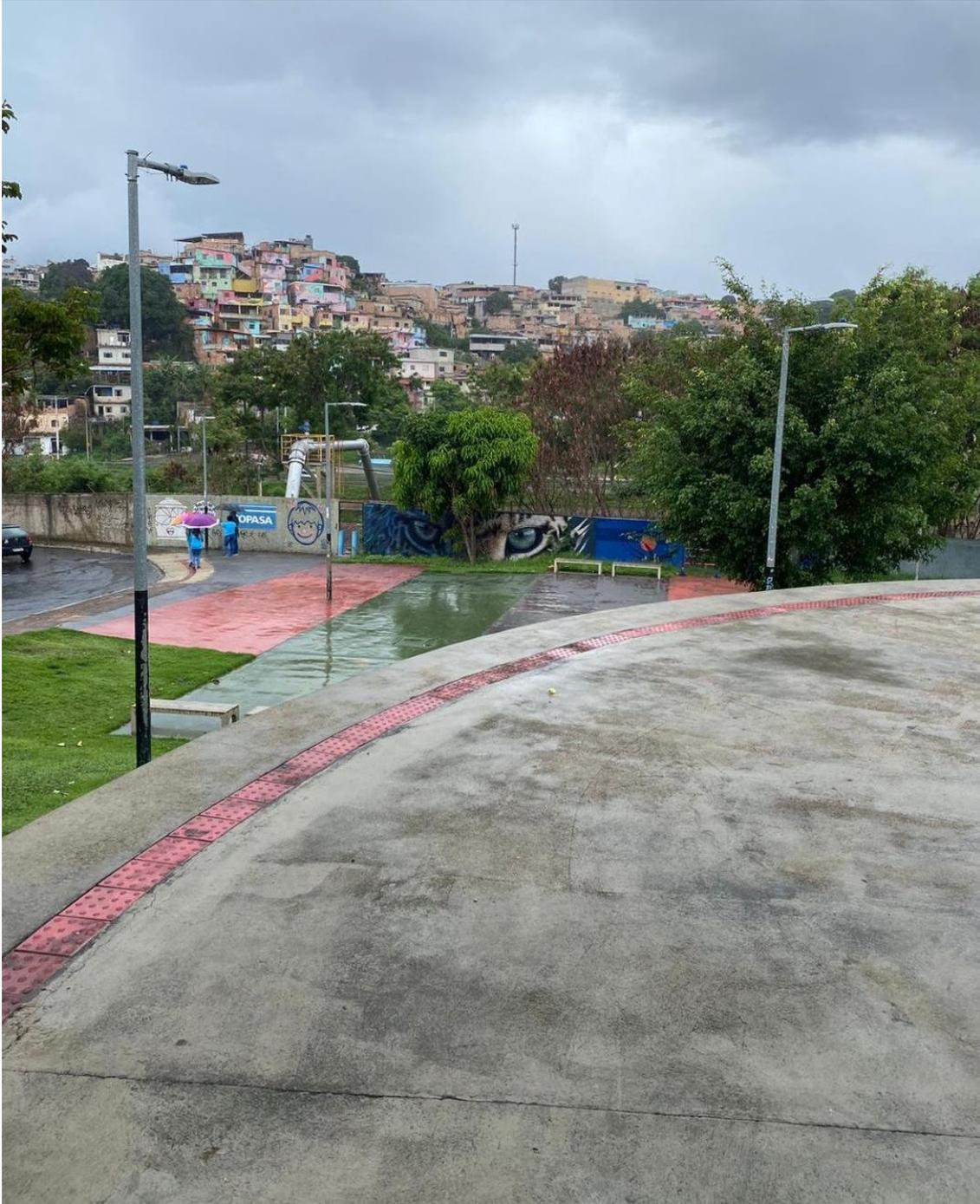
Alfa relata, ainda, que na parte de trás fica a Copasa que trata a água e que antes era muito perigoso pois havia muita enchente. O local ainda é frequentado por moradores de rua e usuários de drogas. O muro que separa a praça da linha foi construído pela Vale e trouxe mais segurança para as pessoas que vivem no local. Com as chuvas do ano passado o muro caiu e, rapidamente, foi reconstruído pela própria Vale, não esperando as próximas chuvas.

A partir desse momento, Alfa pede para contar sobre uma experiência de cunho pessoal com o período chuvoso. Começa a relatar que mora em uma área de risco e que com as chuvas de 2022, quase teve a casa interditada pela Defesa Civil (Figura 14). Neste momento é percebida pelo pesquisador uma carga emocional na voz embargada de Alfa. Ela continua dizendo que a Defesa Civil garantiu que a casa estava segura, porém precisava de obras de contenção que seriam feitas pelos proprietários. Alfa relata que mora no mesmo lote com os sogros e que eles arcaram com a obra, utilizando recursos provenientes da venda de um lote.

Alfa mostra com orgulho o lote que fica abaixo da obra de contenção da encosta, que possui uma pequena plantação de mandioca, abóbora, cana, tomate e feijão. Tudo utilizado para consumo próprio. Alfa mostra a localização da sua casa, ao lado dos sogros com um sentimento de orgulho e alívio.

Figura 12

Praça do Caetano. No segundo plano o muro da linha férrea e ao fundo a estação de tratamento de água da Copasa



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

Figura 13
Linha Férrea



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

Figura 14

Fotografia da casa de Alfa pelo ângulo da rua próximo a linha férrea



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

4.3.1.4 Quarta parada - Posto de Saúde Mariano de Abreu

Durante o deslocamento de carro da terceira para a quarta parada, Gama fala que foi uma pena não terem encontrado as famílias de porcos que vivem circulando pelos bairros da região. Segundo ela, são inúmeros, famílias inteiras. Ainda possuem cavalos, vacas, cachorros e gatos. Os animais circulam livremente nas ruas sem nenhum tipo de controle ou cuidado dos órgãos públicos. Muitas vezes, os animais sofrem com agressões de moradores e transeuntes. Percebe - se um incômodo com a presença dos animais na fala das guias.

O novo posto de saúde (Figura 15), localizado no bairro Casa Branca, contudo, possui o nome do bairro vizinho, Mariano de Abreu. O antigo posto de saúde, segundo Beta, foi desativado e possui um plano para ser utilizado como um novo espaço pelo Projeto Escola Integrada da Escola Municipal. Alfa ressalta que o novo posto de saúde é ótimo, pois possui uma série de serviços que facilitam a vida dos moradores que estão nas proximidades: Bairro Casa Branca, Caetano Furquim, Boa Vista, São Geraldo e Rock In Rio.

Alfa apresenta ainda que os serviços passam por atendimento médico, odontológico, exames, grupos de apoio, Psicólogos e Assistentes Sociais. Alunos que pertencem às escolas da região são atendidos no posto, encaminhados pelos educadores e gestores. Essa prática vem rendendo frutos positivos no processo de ensino aprendizagem. Alfa continua com os elogios ao Posto de Saúde e afirma que não tem nada que reclamar do SUS, tem a farmácia Popular, oculista e controle de peso em todas as idades. Tornou o bairro mais independente de outros serviços de saúde como Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e outros centros de saúde.

O fluxo de tratamento oftalmológico revelados por Alfa, mostram informações interessantes sobre a organização social e comunitária da região. Os alunos das escolas da região são atendidos no Posto de Saúde e depois são encaminhados às igrejas: Católicas, evangélicas, espíritas ou umbandistas de forma a conseguirem os óculos. Destaca - se a fala de Alfa: “Os nossos alunos são muito bem acolhidos no centro de saúde, né?” e continua “É um trabalho muito bem feito e assim é, eu acho que as mães tem que enxergar isso, elas têm que aceitar né? porque todo mundo ajuda o posto ajuda à comunidade ajuda, o Centro Cultural, espírita, igreja católica, todo mundo, basta você procurar”.

Gama cita que no terreno abaixo do Posto de Saúde (Figura 16), próximo à linha do trem e da estação de tratamento de água da Copasa, estão localizadas as baias e cochos de

cavalos que são utilizados para transportarem cargas diversas, como entulhos, materiais de construção entre outros; e que vem empregando muitas pessoas ao longo dos anos.

Alfa cita, ainda, que todo mundo é amigo de todo mundo, todo mundo se cumprimenta. Prossegue afirmando que é reconhecida na comunidade por várias gerações que passaram pelas duas escolas dentre eles avôs, avós, pais e filhos, como expresso a seguir na sua fala: “Ahhh professora mãe... Ô mãe é minha professora... isso é muito gratificante né? Encontra a gente na igreja, no sacolão, na padaria, na farmácia. Isto é muito legal! Que coisa boa! A gente não vê isso em nenhum lugar”.

Figura 15

Posto de saúde Mariano de Abreu



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

Figura 16

Terreno ao lado do Posto de Saúde Mariano de Abreu, ocupado por cochos e cavalos.



Fonte: Imagem feita por Igor Luiz

4.3.2 Análise da visita no território do campo de pesquisa

4.3.2.1 Sobre a condição social da produção dos discursos

Ao visitar o território em questão, foram verificadas, *in loco*, as informações coletadas ao longo da construção do projeto de pesquisa em relação à sua vulnerabilidade e desigualdade social e suas peculiaridades geográficas. A vulnerabilidade social mostra-se presente principalmente no território da Rock in Rio, onde existe o predomínio de falta de estrutura básica como casas precárias, falta de saneamento básico, energia elétrica e falta de um sistema de transporte eficiente.

Na questão da desigualdade social, é perceptível na paisagem observada no alto do Morro da Fazenda que, o bairro Rock in Rio destoa dos demais bairros que estão no seu entorno por causa da falta de estrutura e habitações precárias. Os equipamentos públicos exercem uma importância fundamental para o território e população residente, pois se tornaram ponto de referência, dependência e encontro.

Foi possível identificar dois espaços vulneráveis à violência e ao tráfico de drogas, onde o estado, apesar de estar presente nas figuras de equipamentos públicos como, campo de futebol, CRAS, praças e melhorias, não consegue estabelecer evitar a prática de crimes. São espaços dominados pelo tráfico, e o território segue a lei imposta por eles.

Em relação à sua geografia, a região apresenta uma área rural, que é utilizada pela população para diversas atividades (Morro da Fazenda), dentre as quais destaca-se a recreação, geração de renda e religiosas. Destaca-se o paredão como uma fronteira natural entre o Rock in Rio e outros bairros do entorno, e que acabou sendo também um problema de cunho social e saúde, pois tornou-se um local de autoextermínio.

Ainda na questão geográfica, é necessário citar a região dos predinhos que obrigou o deslocamento do campo de futebol para outra área, e que ainda não ficou pronto, diminuindo as possibilidades de lazer e prática de esportes da população. Ainda assim, a população, na figura dos alunos da escola, já se apropriou do lugar por meio de brincadeiras de escorrega com papelão em épocas chuvosas.

Acerca da área ocupada pela linha do trem, esta abriga importantes lugares para a população local, como a praça do Caetano, os cochos dos cavalos e uma área de mata ainda

preservada, na qual as guias acreditam ser da Vale. São áreas frequentemente utilizadas pela população, que enxergam ali uma possibilidade de geração de renda e recreação.

Os equipamentos públicos e privados, as instituições e igrejas são essenciais para a dinâmica da comunidade. Surge no discurso das guias como uma teia que ampara políticas públicas e engendra soluções para a população afetada pela vulnerabilidade local.

Vulnerabilidade social é um termo que identifica as condições objetivas de uma comunidade, mas também carregam conotações de exclusão social e marginalização. No discurso, são usadas para caracterizar um território marcado por desigualdade. A falta de estrutura faz com que a ausência de infraestrutura se torne um dos principais marcadores de identidade do território. "Habitações precárias" remetem à situação de marginalização e exclusão, enquanto "equipamentos públicos" parece ser um elemento fundamental para a sobrevivência e organização da comunidade. Entretanto, como esses equipamentos não conseguem evitar a insegurança e o tráfico de drogas, eles revelam uma tensão entre a presença do Estado e sua capacidade em garantir a segurança e a qualidade de vida.

O discurso das guias indica os equipamentos como CRAS, o campo de futebol e o posto de saúde como elementos centrais para a dinâmica de resistência e organização da comunidade. Esses locais são descritos como pontos de encontro e apoio, mas sua capacidade em melhorar as condições de vida é questionada pela persistência da violência e do tráfico.

A "teia" sugere uma rede de suporte entre as políticas públicas, a solidariedade comunitária e as questões sociais e de infraestrutura. Ela representa um elo simbólico que conecta diferentes elementos da comunidade para enfrentar as adversidades.

4.3.2.2 Análise lexical

A análise lexical foi organizada, na Tabela 6, contemplando os elementos: contexto, vocábulo e interpretação.

Tabela 6

Análise lexical da visita ao território do campo de pesquisa (continua)

Contexto	Vocábulo	Interpretação
Primeiro contato, por aplicativo de mensagem, com Beta para combinar a visita ao território do campo de pesquisa.	“o festival de papagaio, assim é o point , que eles assim né... todo dia bate cartão, é muita gente que vem para este festival de papagaio, então já estou sabendo o roteiro mais ou menos”.	O point revela que o Morro da Fazenda, onde ocorre o festival de papagaio, é um local de grande importância para a população local, incluindo os alunos das escolas locais, em função da identificação destes sujeitos pelas atividades que são desenvolvidas, que envolvem lazer e geração de renda.
Conversa durante a primeira parada no Morro da Fazenda com Gama, sobre a localização das escolas (estadual e municipal)	“Os nossos alunos formam no Vlad e depois vão para o Disney , então estão sempre em contato tanto conosco, quanto com todo mundo.	As palavras grifadas são a forma carinhosa nas quais as escolas Municipal e Estadual são referidas pelas guias. Demonstra que as escolas são ligadas umbilicalmente o que criou laços com os alunos e a comunidade. Vlad é a escola Municipal, especializada na modalidade de ensino fundamental e Disney é a escola que recebe esses alunos no ensino médio. Desenvolvem trabalhos e ações em conjunto, aumentando o vínculo entre as escolas. Os termos diferentes e peculiares demonstram afeto e reconhecimento da escola pela comunidade.
Conversa com Beta e Gama no alto do Morro da Fazenda sobre as áreas verdes presentes na paisagem	“É um bairro que tem muito verde também você reparar né? Tem muito verde aqui graças a Deus! [...]. “Os meninos da escola vêm e fazem trabalho de campo ali”	A palavra verde é falada com entusiasmo e reforçada em nome de Deus. É marcante a presença das áreas de preservação na paisagem. As guias reconhecem a importância deste recurso natural para os alunos da escola e a comunidade.
Conversa no alto do Morro da Fazenda com Gama e Beta sobre os predinhos	“Só que o Lu perdeu, e só sei aí que a gente soube que a Caixa arrendou, entendeu? A obra. Não entendi .	A fala aponta uma imprecisão sobre quem é o verdadeiro dono do empreendimento que provocou diversas alterações nos elementos naturais e humanizados da paisagem e que ao mesmo tempo prejudicou a utilização do campo de futebol pela população.
Conversa com Gama e Beta durante a parada na Pedreira	“É saudável trazer as crianças para cá, mas aqui é um espaço muito bom, geralmente aqui. Eh tem torneio do corujão também. O pessoal vem para cá é tem aqui tinha uma quadra, né?”	A palavra em destaque, revela a importância elencada pela comunidade em relação a práticas de atividades que deixe longe as crianças da relação com as drogas e a violência.

Tabela 6

Análise lexical da visita ao território do campo de pesquisa (continua)

Contexto	Vocábulo	Interpretação
Conversa com Gama e Beta durante a parada na Pedreira	“[...] o pessoal utiliza lá o fundo que já abriu. Onde nós precisamos pode vir aqui que o pessoal é bacana aqui”	Os equipamentos públicos são reconhecidos pelas guias como ponto de apoio para a comunidade e são sempre elogiados.
Conversa com Gama e Beta durante a parada na Pedreira	“Agora elas estão brancas porque antes tinha muito lixo agarrada nelas, a prefeitura é isso que fala né? Aonde parava muito lixo e água e esgoto a céu aberto. [...] E aí quem usa esse campo aqui são os alunos da Escola Estadual, é o time do bairro que sempre está utilizando ”	As palavras grifadas demonstram que ao recuperar e fazer a manutenção do equipamento público, a comunidade e os alunos da Escola Estadual, utilizam o espaço que acaba se tornando mais uma alternativa de lazer e resistência contra as drogas e a violência.
Conversa com Beta e Gama durante a parada na pedreira	“Ninguém sabe falar aí o povo tem a parte triste , né que a Pedreira infelizmente muitas pessoas usam para tirar a própria vida.”	A prática de autoextermínio cria um sentimento de consternação e vergonha expressas na palavra em destaque e no tom de voz das guias. Segundo relato das mesmas, esta prática diminuiu após a reforma e manutenção da Pedreira pela Prefeitura.
Conversa com Alfa durante a parada na Praça do Caetano, próximo a linha férrea	“É então o trem passava bem próximo bem próximo às casas, infelizmente havia muito acidente, né? Porque pessoal passava na frente mesmo e não conseguia acabar o trajeto tinha muito eh engarrafamento, né? “	Aqui a palavra em destaque, trem, é a geradora de problemas sociais e de integração do bairro com as demais regiões da cidade.
Conversa com Alfa durante a parada na Praça do Caetano, próximo a linha férrea	“Os carros paravam muito é ônibus, esses negócio, assim aí veio a Vale aí conversou com todo mundo que morava próximo à linha do trem tirou eles daqui deu eles Outras casas, né?”	A multinacional, visando proteger os seus interesses, desapropria e constrói passagens que facilitam a circulação da população e trás mais segurança para as pessoas que vivem ao redor da linha férrea.
Conversa com Alfa durante a parada na Praça do Caetano, próximo a linha férrea	“Tipo assim é avaliou a deles e passou outra casa para eles aí aqui hoje é a pracinha um lugar de lazer shows encontros aqui à noite é muito legal. O pessoal vem passear eu mesmo frequentar aqui com minhas filhas com os cachorrinhos.”	Após a intervenção da multinacional, a região ganha mais um espaço de lazer e convívio para a população local.

Tabela 6

Análise lexical da visita ao território do campo de pesquisa (continua)

Contexto	Vocábulo	Interpretação
Conversa com Alfa durante a parada na Praça do Caetano, próximo a linha férrea	Eles vieram e fizeram aí fizeram uma outra contenção por trás e aí fez esse e o de lá da frente e aqui por dentro do Muro tem o Rio e a linha de trem da volta e a linha de trem funciona ainda Normal trem para trabalho é minério soja isso tudo passa aqui o trem de Vitória é 8 da manhã e 8 da noite, no entanto que agora que é época de Natal, ele tá todo iluminado, ele tá lindo , ele vem com luzinhas, né? E eles passam bem devagarzinho porque o pessoal de lá ainda consegue ver né?	Percebe-se, tanto nos adjetivos utilizados na fala, como no tom de voz, a expressão de admiração, com a multinacional. O trem que causava transtornos sociais e de locomoção, passa a ser visto com fascínio.
Conversa com Alfa durante a parada na Praça do Caetano, próximo a linha férrea	“Aonde agora no posto no posto vem aqui plantar eu sei meu sogro tem implantação de mandioca, eh, tomate abóbora mandioca para cana tem feijão . E aí teve que fazer essa contenção, né desses tubulões aí porque quando choveu, infelizmente veio a cair tudo aí a Defesa Civil veio fiscalizou liberou que hoje foi feio até essa obra, graças a Deus hoje nós estamos seguros e a casa de mais ninguém cai isso aí é nosso aí, se você olhar para cima assim Felipe você ver as casas a casa lá no cantinho de parede vermelha é a minha essa aqui na frente aqui essa principal aqui é da minha sogra aí a mais para cima é de uma cunhada minha e a outra de outra cunhada , minha filha .”	As palavras destacadas revelam o apreço que Alfa tem com a família e como o lote (localizado em área de risco) é importante para ela. Novamente, com intervenção da Prefeitura, a família encontra - se segura e convivendo de maneira harmônica. Um local de risco se torna um lugar com identidade e afetividade.
Conversa com Alfa durante a parada no Posto de Saúde Mariano de Abreu	“ Ratos né? Porque às vezes eles machucam até onde mesmo, eles vivem as pessoas né? Não são leigos ou então são mais de verdade machucam. Eles têm cavalo lá e as rasga lixo é uma confusão, mas os porcos andam entre nós”	Os animais destacados no texto, circulam livremente pelas ruas dos bairros da região. Pelo tom de voz de Alfa, percebe - se um sentimento de nojo e decepção com a situação.

Tabela 6*Análise lexical da visita ao território do campo de pesquisa (conclusa)*

Contexto	Vocábulo	Interpretação
Conversa com Alfa durante a parada no Posto de Saúde Mariano de Abreu	<p>“E ele tá bem, mas equipado que ele consegue atender alguém que chegue aqui, né com algo a mais até essa pessoa ir pra UPA o posto consegue te segurar, né? Ele consegue fazer um Eletro ele consegue pôr um remédio base sal a língua ele consegue pôr algo que meça a sua saturação até eles encaminharem para a UPA algo dessa natureza e hoje tá bem melhor bem melhor mesmo. Olha que ótimo gente aí quando tem esse retorno é muito bom, né? Sim é muito bom.”</p>	Nas palavras e na empolgação de Alfa, verifica - se que o equipamento público é reconhecido positivamente pela comunidade pelo trabalho prestado. É possível notar que alunos das escolas da região são atendidos no Posto e conseguem inclusive melhor o rendimento escolar.
Conversa com Alfa durante a parada no Posto de saúde Mariano de Abreu	<p>Porque todo mundo ajuda o posto ajuda à comunidade ajuda o Centro Cultural, Centro, Espírita A igreja católica todo mundo ajuda. Basta você querer se você buscou, se você procurar porque você tá precisando. Então você tem que aceitar aquilo ali, né? E quem aceita tem o Resultado positivo agora que ele não aceita e acaba reclamando, mas ele vai reclamar porque ele não ele não ele não aceitou ajuda que ele teve entendi, né? Mas quem que aceita ajuda seja ela de qual força ela de onde vem a comunidade, ela é muito bem ecoa.”</p>	O fragmento em questão sinaliza a força da comunidade, que em articulação com a instituições religiosas e o Estado, criam uma rede de apoio, fortalecendo e protegendo a população local.

Fonte: elaboração própria

4.3.2.3 Temas e Figuras

4.3.2.3.1 Festival de Papagaio

O Festival de Papagaio aparece com recorrência ao longo do discurso das Guias, não apenas na primeira parada, no Morro da Fazenda, mas também em todas as outras paradas. É interessante perceber que esse evento representa uma importante ação social e que movimenta pessoas de diversas idades e de outras regiões de Belo Horizonte e diferentes regiões do Brasil.

É possível notar o orgulho e o sentimento de pertencimento provocado pelo Festival ao longo do discurso das Guias. O tom de voz carrega uma emoção e afeto demonstrando a importância do local para a comunidade. No alto do Morro, revela-se uma vista onde é possível observar os pontos que mais se destacam na comunidade, além de ser um ponto de encontro para ações religiosas e culturais. O Morro se revela como um tema de relevância para a comunidade em função das suas características geográficas, culturais, econômicas e religiosas.

4.3.2.3.2 Intervenções da Prefeitura

As intervenções da Prefeitura merecem destaque em função das melhorias atreladas a ela. O novo posto de saúde, muito elogiado por Alfa, indica que houve uma melhoria na qualidade de vida da comunidade como um todo. As intervenções junto à área de pedreira, trouxeram uma maior utilização dos espaços pela comunidade e, ao mesmo tempo, promoveram mais atividades esportivas, de lazer e recreação. Nota-se que a comunidade começa a se apropriar dos espaços que lhe são ofertados.

O discurso das guias transparece, ainda, que as atividades desenvolvidas pelo CRAS e pelo novo Posto de Saúde são essenciais para a prática da cidadania e inclusão da comunidade em programas sociais, criando um sentimento de dignidade e gerando alternativas para a solução das dificuldades vividas pela comunidade.

As ações sociais, culturais e de lazer propostas pela Prefeitura, principalmente na Praça do Caetano, são citadas pelas Guias, como uma forma de integração da comunidade. É um espaço que se revela como seguro, pois Alfa revela que tem condição de levar as filhas e até o cachorro. É um lugar de encontro, de convivência e apropriação do espaço pela comunidade.

A ação da Prefeitura, por meio da Defesa Civil na avaliação da casa de Alfa, reflete uma sensação de cuidado em um momento delicado em uma área de risco. Isso fortaleceu a ligação entre o sujeito e o espaço vivido, ao mesmo tempo reinventando a utilização do espaço com

cultivo de alimentos que ao mesmo tempo que é uma fonte de alimento, também preserva o solo.

4.3.2.3.3 Animais que andam livremente na rua

Os animais que andam livremente na rua aparecem do discurso das guias, exprimindo um sentimento de vergonha e repulsa. Mostraram-se incomodadas com a presença constante dos animais, pois além de trazerem doenças e cheiro fétido, reviram o lixo, deixando tudo espalhado e atraindo outros animais como ratos, baratas e moscas. Cavalos também circulam livremente na comunidade trazendo transtorno para a circulação de pessoas além de serem vetores de doenças. O discurso das guias testemunha seu grande desconforto com a presença dos animais.

4.3.2.3.4 Questões sociais

As questões sociais aparecem nos discursos ao longo de todo o trabalho de campo. A Pedreira se mostrou um espaço que vai além da prática de esporte, lazer e recreação, mas também um local utilizado para o tráfico de drogas. As áreas de risco são citadas nas paradas do Morro da Fazenda e na Praça do Caetano. Ainda na Praça, surge a questão da linha férrea que, antes da construção do muro e da desapropriação das famílias que moravam próximas à linha, era um problema que se destacava por causa dos constantes acidentes envolvendo vítimas e o trem.

Interessante perceber como a comunidade se organiza para resolver problemas do cotidiano. No Posto de Saúde, Alfa relata que, quando uma criança precisa de óculos, a comunidade, por intermédio de igrejas ou associação do bairro, se articula para conseguir o bem para a pessoa. O orgulho e o entusiasmo com o qual Alfa fala sobre o assunto, demonstra que a prática é exitosa na resolução de problemas.

4.3.2.4 Aspectos refletidos, refratados e silenciados no discurso

Com relação aos aspectos refletidos, o discurso das Guias é marcado pela relação de afetividade e identidade delas com o local onde vivem. Os pontos são citados com entusiasmo, orgulho e satisfação. É possível ter essa visão ao notar a fala das Guias sobre o Festival de

Papagaio, os jogos na Pedreira, as festas na Praça do Caetano, o trem que passa sempre no mesmo horário com as luzes acesas no meio da escuridão.

É marcante ainda, no discurso, o cuidado que as Guias têm com o espaço onde vivem, pois se preocupam com a preservação da mata que está em perigo com a construção de novos prédios, com o lixo espalhado e a presença de animais que circulam livremente pelas ruas do bairro.

O reconhecimento das Guias pelos moradores do bairro testemunha o orgulho e a satisfação destas, reforçando o sentimento de pertencimento à comunidade. A relação umbilical entre as escolas Municipal e Estadual, demonstram uma cultura de unidade e força presente no território.

Em relação aos aspectos refratados, pode-se perceber que o território possui uma forte influência no discurso. A violência presente no espaço intervém na circulação das pessoas pelo bairro e nas relações sociais. As intervenções da Companhia Vale, ao longo da linha férrea e reforma da Praça do Caetano, transformaram a organização de mal vista por causa dos constantes acidentes, para uma organização admirada.

Do ponto de vista ambiental, a circulação de animais e a grande quantidade de lixo nas ruas são aspectos que denotam problemas que influenciam no convívio saudável no território. O desmate de áreas preservadas para a construção de prédios e a queima de lixo na área do Morro da Fazenda corroboram esta ideia. É possível perceber que essas situações são um ponto de incômodo para as pessoas que vivem no bairro.

Dentre os aspectos silenciados, destaca-se que não aparece no discurso a questão da desigualdade social, marcante na paisagem da região. Nota-se também que a violência, materializada no tráfico de drogas, aparece de forma sutil, em um discurso velado pelo medo. Não aparece em nenhum momento no discurso, referência a policiamento e à segurança nos bairros. Repara-se que, durante todo o trabalho de campo, foram abordados aspectos relacionados à saúde, à educação e a questões sociais, porém existe grande resistência em se falar sobre segurança na região.

4.3.2.5 Os aspectos ideológicos presentes no discurso

Dentre os aspectos ideológicos presentes no texto pode-se identificar um senso de pertencimento à comunidade. As Guias percebem a importância das atividades culturais, sociais e econômicas que envolvem os pontos visitados no território. Ressaltam também a importância da preservação das áreas de mata, do Morro da Fazenda e das minas d'água que são abundantes

no território. Além disso, é marcante, no discurso delas, a unidade da comunidade na resolução de problemas, principalmente os que envolvem alunos das escolas Municipal e Estadual.

Verifica-se uma dependência visceral da comunidade junto à Prefeitura por meio de políticas públicas voltadas, principalmente, para a questão social. Essa relação de dependência limita a possibilidade de reflexão, liberdade e autonomia da população em questão.

O trabalho de campo revelou que a comunidade possui elementos da EAC, pois leva em consideração não apenas questões relacionadas com a preservação do meio natural, mas também considera aspectos sociais, culturais e econômicos. A organização da comunidade para resolução de problemas reforça essa ideia, demonstrando uma tentativa de resiliência e autonomia. Portanto, a EAC surge como um elemento capaz de responder ao objetivo da pesquisa, pois em sua essência possui a capacidade de analisar os elementos citados acima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental é política Reigota (2016) e o que deve ser considerado prioritariamente na EA é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando à superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. Os objetivos dessa pesquisa orbitaram em torno desse conceito que define a educação ambiental crítica.

A análise do discurso mostrou-se eficaz no processo de identificação das visões de educação ambiental dos elementos estudados, pois a partir dessa metodologia foi capaz de reconhecer informações importantes que estavam explícitas ou silenciadas dentro do discurso, revelando importantes informações que permitiram entender as relações de poder no contexto da prática de EA.

As legislações pertinentes ao tema evidenciaram informações voltadas, principalmente, para a prática de uma EA conservadora e pragmática, defendendo prioritariamente os interesses de empresas ligadas ao agronegócio e à mineração. Práticas econômicas que favorecem a concentração de renda e enriquecimento de grandes empresas, em detrimento da poluição dos corpos hídricos, contaminação dos solos e agravamento do efeito estufa, contribuindo para a emergência climática na qual a sociedade está vivenciando atualmente. Reigota (2016) define essa prática de EA como pragmática e conservadora, muito praticada nas primeiras décadas do século XX.

A Resolução 493, de 12 dezembro de 2022, elaborada dentro de um contexto neoliberal, favorável aos argumentos citados no parágrafo anterior, distancia-se da prática da EAC, negando aos estudantes e professores da rede estadual de educação de Minas Gerais, acesso a uma educação pautada nos princípios freirianos de liberdade, crítica e autonomia. Reigota (2016) aponta que essa prática ainda se afasta de uma educação ambiental essencialmente política, e que leva em consideração a análise de questões políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade, a natureza e as relações humanas. Atitudes que encaminham o estado à ampliação da desigualdade social e ampliação da degradação ambiental.

Ressalta-se que a própria legislação não chega de forma cristalina às escolas, fato comprovado pelas entrevistas realizadas com os gestores. Ação esta que contribui para não abordar o tema na prática pedagógica, ou dar autonomia aos gestores para trabalharem a temática de acordo com suas perspectivas e valores, questão verificada e comprovada no campo de pesquisa.

O território expressa sua influência na prática de EA em função da sua dinâmica social e aspectos geográficos peculiares. A localização geográfica do campo de pesquisa, centralizada em relação aos principais pontos do território, evidenciam que as escolas se apresentam para a comunidade local muito mais que espaço para a prática educacional, mas também lugar de convivência, resistência e resiliência frente à dura realidade social enfrentada. A EAC é silenciada no contexto do território da unidade de pesquisa, porém emerge no interdiscurso, ou seja, as questões sociais rompem com a questão da EA, e, mesmo não sendo abordado ao longo da entrevista, o assunto surge com força ao longo do trabalho de campo.

O Morro da Fazenda se destaca pelas atividades de recreação, encontro, práticas religiosas e o famoso Festival de Papagaio que traz identidade e reconhecimento ao território, aspecto este reconhecido pelos estudantes do campo de pesquisa, fato demonstrado por meio das representações do local em atividades pedagógicas. O local também é reconhecido pela geração de renda com atividades de comércio para a população que frequenta o local.

Dentre os espaços visitados, aqueles que mais revelam os problemas sociais foi a Pedreira. O espaço utilizado pelos equipamentos urbanos como o CRAS e o campo de futebol, revelam casas precárias, questões de saúde pública e tráfico de drogas. Também se nota que as intervenções da prefeitura, como o escoramento da Pedreira, reforma da praça e manutenção do campo, reforçam a atuação do Estado e o espaço se torna revitalizado, amenizando os problemas sociais.

A Praça do Caetano é um espaço largamente utilizado pela população local em função da sua localização e estrutura propícia para atividades de lazer e recreação. A construção desse espaço solucionou problemas relacionados com as moradias precárias e atropelamentos na linha férrea. É um espaço de interesse da companhia Vale e, por isso, passa por constante manutenção de forma a deixar a área mais segura. A reputação da companhia é ótima entre os moradores em função dessa prática.

O Posto de Saúde possui grande reconhecimento pelos moradores em função das políticas públicas eficientes ofertadas nesse espaço. A população se sente acolhida e consegue resolver inúmeros problemas ali. Demonstra ainda que o trabalho é desenvolvido em parceria com a comunidade o que torna a política mais eficiente.

Assim, o contexto é completo e para a análise do discurso, ele permeia o discurso, ao mesmo tempo que é nessa relação que as práticas são entendidas. Os gestores escolares do campo de pesquisa estão alinhados a práticas democráticas e participativas, o que potencializa o processo de ensino-aprendizagem. A dinâmica pedagógica consiste no reconhecimento dos saberes dos estudantes, criticidade, autonomia, reconhecimento e assunção da identidade

cultural por meio dos projetos interdisciplinares que são abraçados pela comunidade escolar com entusiasmo.

A prática de EA é construída por meio da conjugação das questões expostas anteriormente. A SEE-MG propõe uma prática de EA voltada para a linha pragmática e conservadora, por intermédio da Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022. O discurso do texto não se ampara nas necessidades da sociedade mineira que necessita de maior inclusão social, valorização das culturas e saberes e desenvolvimento sustentável. Além disso, a legislação não chega até a ponta, deixando um vácuo que é ocupado pelas práticas da própria escola.

A Gestão possui um papel fundamental, pois é responsável por conduzir todo o processo. Ao valorizar os saberes dos alunos e construir a prática pedagógica nesses princípios, se aproxima ainda mais das ideias de autonomia, liberdade e criticidade defendidas por Paulo Freire. Nesse campo, emergem práticas de sustentabilidade, que se aderem, em alguns pontos, à EAC, defendida por Reigota (2016).

Ressalta-se que a educação praticada no campo de pesquisa é comprometida com a ampliação da cidadania, da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum. Os processos reflexivos, materializados nos momentos de diálogo entre a tríade professores, gestão e alunos possibilita viver dignamente o processo pedagógico e político no ambiente escolar.

Libâneo (2001) defende essa prática como uma forma de divisão de poder, já que o conhecimento é compartilhado entre os elementos presentes no parágrafo anterior. Essa articulação, ainda segundo o autor, é essencial para uma construção social voltada para o bem comum e participativo, pilares de uma sociedade democrática.

A participação da comunidade, seja por meio dos saberes dos educandos, ou de moradores locais em atividades promovidas pela escola encaminha para a busca de soluções e alternativas para problemas cotidianos. Percebe-se que, na mudança de comportamentos individuais e coletivos no ambiente escolar, promove-se uma nova aliança entre os seres humanos e a natureza possibilitando uma convivência mais digna. As dimensões da participação popular, defendidas por Gadotti (2014), surgem nessa prática da Gestão, tanto na sua dimensão pedagógica e no protagonismo da comunidade escolar.

Com relação ao objetivo geral traçado no início da pesquisa, foi possível identificar que não existe uma relação direta entre a Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022 e a prática de educação ambiental na escola. Foi crível observar que a natureza da legislação em questão, foi concebida sob uma ótica neoliberal e possui um viés atrelado à EA pragmática e conservadora.

No campo de pesquisa, a prática de EA se encontra no caminho da EAC, visto que foram verificados elementos dessa teoria, na realização dos projetos interdisciplinares.

Com relação aos objetivos específicos, a pesquisa permitiu considerar as seguintes considerações: sobre o objetivo específico que trata da verificação dos discursos presentes nas legislações pertinente ao tema, com ênfase na Resolução 493 de 12 de dezembro de 2022, apurou-se que a legislação foi concebida sob a ótica neoliberal e tem um viés voltado para a EA pragmática e conservadora. Além disso, mostrou-se desconhecida por parte da Gestão do campo de estudo, em função de não ser trabalhada e divulgada em formações ou treinamentos.

O discurso dos gestores escolares, frente a EAC, é o tema tratado no segundo objetivo específico. Identificou-se elementos de uma gestão democrática, participativa e que valoriza os saberes dos educandos, alinhando estas práticas às ideias defendidas por Freire (1996). Os trabalhadores da educação liderados pela gestão se mostraram comprometidos e motivados no ambiente escolar, atitudes refletidas nas práticas pedagógicas no contexto dos trabalhos interdisciplinares.

O reconhecimento da condição social do discurso foi tema do terceiro objetivo específico, aspecto que foi trabalhado no trabalho de campo com líderes comunitários. Foi possível perceber que o território influencia diretamente na prática de EA da escola, pois os estudantes levam para o campo de pesquisa, as vivências e saberes da comunidade.

O distanciamento entre os discursos defendidos pela Resolução 493, de 12 de dezembro de 2022 e a gestão escolar do campo de pesquisa foi a situação verificada ao longo da pesquisa. Esse distanciamento se dá tanto no campo ideológico, quanto na ineficiência da SEE-MG em não fazer a informação chegar até a ponta, ou seja, na Gestão, professores e alunos. A prática de EA no campo de pesquisa ainda não vive plenamente o universo da EAC. Essa questão pode ser compreendida através de Reigota (2016). O autor aponta que a EAC possui seis objetivos indicativos que foram traçados na Carta de Belgrado, e servirão de base para defender essa argumentação.

A conscientização busca chamar a atenção para problemas planetários que afetam a todos. Na vertente crítica, a conscientização perpassa pela reflexão e entendimento da posição do indivíduo dentro do sistema capitalista. Ao longo do discurso dos entrevistados não foram identificados esses aspectos.

O conhecimento está relacionado aos indivíduos e grupos a adquirirem uma compreensão essencial do meio ambiente global, incluindo os problemas ligados a ele. No campo de pesquisa, constatou-se que as práticas pedagógicas são diversificadas, democráticas e inclusivas. Os saberes são trabalhados de forma interdisciplinar, provocando o diálogo entre

os diversos tipos de conhecimento permitindo aos estudantes uma melhor atuação e intervenção no ambiente em que vivem.

O comportamento busca levar indivíduos e grupos a adquirirem o sentido dos valores sociais e interesse pelo meio ambiente, contribuindo para sua proteção e qualidade. O projeto dos copos ecológicos, reflete esse princípio. O discurso da gestora 1 mostra que os resultados alcançados, ao longo do ano, com a diminuição do consumo de copos descartáveis, redução do volume de resíduos e um ambiente escolar limpo e bem cuidado reflete a mudança de comportamento dos estudantes e trabalhadores da educação.

A competência educacional libertadora procura que indivíduos e grupos criem soluções para os problemas socioambientais. A prática de EA desenvolvido no PIA busca soluções para problemas que são vivenciados pelos estudantes na comunidade. Utilizando de meios que estimulam a criatividade e a curiosidade, como a tecnologia e o empreendedorismo, os estudantes são instigados a desenvolverem soluções para as questões propostas. Porém, a falta de recursos e apoio da SEE-MG surge como um empecilho para uma prática mais eficiente.

A capacidade de avaliação leva os indivíduos e os grupos a avaliarem medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa. Uma questão desafiadora, pois, correlaciona os itens anteriores em diversas esferas, tornando esse processo complexo. No campo de pesquisa, os aspectos mencionados anteriormente foram tratados de forma rasa e superficial. A resposta para essa questão, cabe uma proposta de estudo para pesquisas futuras.

A participação leva os indivíduos e/ou grupos a perceberem suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais. O campo de pesquisa elenca como prioridade de sua prática educativa, a participação da comunidade e dos estudantes ao longo de todo o processo. Prova disso é a grande participação da comunidade nos eventos promovidos pela escola. Porém, as mudanças de atitude percebidas dentro do interior da escola, não refletem no território, visto que um dos problemas mais apontados pelos trabalhadores da educação e verificados no trabalho de campo foi a presença constante de lixo pelas ruas do território.

Tragtenberg (2018) relaciona o poder de adaptação da administração ao objetivo de manter os interesses das classes dominantes, por meio da burocracia, permeado por um discurso de eficácia e eficiência. Essa questão fica latente ao notar que o próprio Estado não permite que tenham condições da prática de uma EAC, libertadora reflexiva e crítica. Seja na construção de uma Resolução pragmática e conservadora ou no sucateamento do ensino. Do outro lado, a Gestão busca se encaixar no contexto da EAC, porém o caminho a ser trilhado é longo.

Como limitação da pesquisa, aponta-se o tempo de campo, reduzido a menos de um semestre, que, se ampliado, poderia revelar novos desdobramentos importantes para a educação ambiental crítica. Além disso, o estudo centrado em apenas uma escola e seu contexto pode trazer uma visão mais direcionada, não ampliando a perspectiva para cenários mais abrangentes.

Assim, muitas discussões provocadas neste estudo abrem possibilidades para novas ideias e pesquisas. Como proposta de estudos futuros, verifica-se a necessidade de buscar entender os motivos das legislações não chegarem até as escolas, o que poderia fomentar a discussão acerca da temática ambiental. Outro aspecto a ser estudado seria a falta de materialidade, capacitação e formação dos profissionais que são elementos essenciais para subsidiar a prática de EA. Além disso, temas importantes foram revelados ao longo do trabalho de campo e merecem destaque para estudos futuros. Entre eles estão as questões sociais e de saúde pública presentes na Pedreira, a relação da Companhia Vale e a praça do Caetano, além dos impactos dos serviços e equipamentos públicos na melhoria da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- Accioly e Silva, D. (2019). *A educação escolar na obra-trajeto de Maurício Tragtenberg: legitimação do poder versus autogestão pedagógica*. In *Clássicos do pensamento: olhares entrecruzados*. Uberlândia: Edufu.
- Barba, M. G. de, Nouals, A. C. M., & Souza, C. C. de. (2024). *A Regulação Environmental, Social and Governance - ESG no Brasil sob a perspectiva da Emenda Constitucional N° 132/2023*. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 13(2), e 798.
<https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-8-2024>
- Barcellos, R. D. M. R. D., & Dellagnelo, E. H. D. L. (2014). *A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo*. *Organizações & Sociedade*, 21, 405-424.
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 6 de abril de 2017. Ministério da Educação.
<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>
- Brasil. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- Bussinguer, E. C. A., Cordeiro, I. D. & Salles, S. M. (2017). *O discurso político-ideológico do “desenvolvimento sustentável”: uma crítica à luz da epistemologia da linguagem e da teoria discursiva de Michel Foucault*. *Revista de Ciências Jurídicas [online]* 22 (2) 500-513. <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/908>
- Cardoso, C. C. (2022). *O discurso social do desenvolvimento sustentável de empresas de alimentos e bebidas: uma análise crítico-discursiva das propagandas institucionais nas redes sociais*. Biblioteca Digital da USP.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-05102022-194751/en.php>
- Cássio, F., & Goulart, D. C. (2022). *A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem*. *Retratos Da Escola*, 16(35), 285–293. Recuperado de <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>
- Costa, R. D. A., & Lopes, P. T. C. (2013). *Educação Ambiental Escolar Crítica: As Contribuições De Marcos Reigota*. In *I Encontro De Ciências Em Educação Para A Sustentabilidade*. Universidade Luterana do Brasil. Rio Grande do Sul, Canoas.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf
- De, C. D. M. R. E. (2021). *Contribuições de Marcos Reigota e de Paulo Freire à práxis pedagógica na perspectiva da educação ambiental crítica*.

- Dowbor, L. (2009). *Inovação social e sustentabilidade*. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 1(1), 109-125.
- Eisenhardt, K. M. (1989). *Building Theories from Case Study Research*. The Academy of Management Review, 14 (4). 532-550. <https://www.jstor.org/stable/258557>
- Faria, J. H., (2014). Por uma Teoria Crítica da Sustentabilidade. 2(1). <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796>
- Fischer, R. M. B. (2001). *Foucault e a análise do discurso em educação*. Cadernos de pesquisa. p. 197-223.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. (24). Edições Loyola.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, 21 (17).
- Freire, Paulo. *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- Gadotti, M. (2014). *Gestão democrática com participação popular*. Acesso em, 14. <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>
- Galian, C. V. A. (2014). *Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil*. Cadernos de pesquisa, 44, 648-669.
- Galvão, C. C. C. (2010). FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. rev. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 págs. Cadernos De Linguagem E Sociedade, 5, 194. <https://doi.org/10.26512/les.v5i0.6531>
- Guimarães, M. (2004). *Educação Ambiental Crítica*. In Ministério do Meio Ambiente. *Identidade da Educação Ambiental Brasileira*. Edições MMA.
- Irigaray, H. A. R., & Stocker, F.. (2022). *ESG: novo conceito para velhos problemas*. Cadernos EBAPÉ.BR, 20(4), 1–4. <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>
- Layrargues, P. P. (2009). *Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades*. *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 11-31.
- Layrargues, P. P., & Lima, G. F. D. C. (2014). *As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira*. Ambiente & sociedade, 17, 23-40.
- Leff, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar de professor 14, 309-305. www.revistas2.uepeg.br.
- Lei 7795, de 27 de abril de 1999. (1999). *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm#:~:text=Art.,de%20vida%20e%20

sua% 20sustentabilidade.

Leff, E. (2011). *Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar de professor*. 14(2) 309-335. <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515/2519>

Libâneo, J. C. (2001). *O sistema de organização e gestão da escola*. Organização e Gestão da Escola-teoria e prática. (4) Goiânia: Alternativa.

Lima, A. D. C. C., Saltarelli, E. P. N. & Silva, S. S. (2020). *A Colonização Da Sustentabilidade: Análise Do Discurso De Peças Publicitárias Da Natura Cosméticos*. 14 (1). <https://www.proquest.com/openview/d40d8967c912b3491b17518d52efe355/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031968>

Lima, R. E., Aurélio, M., Louisy, S. F., & Correia, S. (2021). *Uma Análise Da Relação Entre Globalização, Educação Ambiental E Desenvolvimento Sustentável*. Tomo, 80.

Lück, H. (1998). *A dimensão participativa da gestão escolar*. Gestão em rede, 57, 1-6. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf

Lück, H. (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Editora Positivo. Morin, E. A Religação dos Saberes: O Desafio do Século XXI. Bertrand Brasil, 2002.

Nunes, A. C. N. (2022). *Militância e organização: um estudo sobre o CELLOS-MG*. Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/46991>

Moraes, C. L. de ., Cunha, Ícaro G. F. da ., Oliveira, M. J. E. de M. ., Abdala, E. C. ., & Rebelatto, D. A. do N. (2024). *Métricas ESG como determinante do desenvolvimento sustentável das cidades*. Revista Gestão e Desenvolvimento, 21(1), 146–169. <https://doi.org/10.25112/rgd.v21i1.3392>

Paula, A. P. P. de. (2002). *Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível*. Revista De Administração Pública. 36(1), 127 a 144. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6431>

Paula, A. P. P. D. (2005). *Administração pública brasileira entreo gerencialismo e a gestão social*. Revista de administração de empresas. 45, 36-49. <https://www.scielo.br/j/rae/a/HqKgvKNRxxMmCyxK7jbJz8g/>

PBH. *Indicadores ODS*. Criado em 20/12/2019 - atualizado em 03/05/2023 | 17:04. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/indicadores-ods> . Acesso agosto de 2024

Reigota, M. (2010). *A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens*. Revista Teias, 11(21), 6 gs. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24105>

- Reigota, M. (2019). *A produção de ausência de sentidos adentra o cotidiano escolar. e mata. Mesa redonda 'Paulo Freire: educação e política no enfrentamento do obscurantismo*. Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo.
- Reigota, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2016.
- Reis, F. H. C. S., Cabral, W. R., Silva, F. A. M., Rêgo, A. S., & Miranda, R. D. C. M. (2022). A Educação Ambiental segundo os documentos norteadores: um estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 17(2), 45-59.
- Resolução 493 de 31 de dezembro de 2022. *Dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências*. Secretaria de Estado da Educação. <https://drive.google.com/file/d/1Nqc5UKD3GKbywJWl8nz0FDSnmmpsuJWn/view>
- Rohrich, S. S. & Takahashi, A. R. W. (2019). *Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais*. 26 (2). <https://www.gestaoeproducao.com/article/doi/10.1590/0104-530x2861-19>
- Rubio, K. M., Martínez, E. E. V., & Cruz, A. D. (2024). *Efecto de la innovación ambiental sobre la sustentabilidad en el sector hotelero*. *Revista De Administração De Empresas*, 64(2), e2022-0492. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020240201>
- Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). *A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional*. *Organizações & Sociedade*, 26, 414-434. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/20409>
- Schleich, M. V. (2022). What are the human resources policies and practices most used by companies with the best ESG ratios in Brazil? *RAE - Revista De Administração De Empresas*, 62(5), e2021-0370. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902022051>
- Silva, F. V. da, Moura, T. S. de, & Brunet, P. D. de M. (2023). *Sob a bandeira neoliberal: Exame de propostas para a educação em postagens de candidatos do partido Novo no Instagram*. *Nuances: Estudos Sobre Educação*, 34(00), e023003. <https://doi.org/10.32930/nuances.v34i00.9779>
- Silva, E. R. D., & Gonçalves, C. A. (2017). *Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações*. *Cadernos Ebape. Br*, 15, 1- 20.
- Silva, Rosana Louro Ferreira. O Meio Ambiente Por Trás da Tela: estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV ESCOLA. 2007. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- Souza, J. A. D., (2022). *Análise crítica do discurso da sustentabilidade e da representação dos atores sociais em marcas amazônicas*. Repositório Institucional UEA.

<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4901>.

Stora, F., Doliveira, L. S. D., Gonzaga, C. A. M., & Massuga, F. (2022). *Práticas de sustentabilidade em escolas estaduais de Guarapuava (PR)*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 103 (264). file:///C:/Users/APA-7-EDICAO-2022-NV/pdf

Teixeira, M. (2024). *Educação Para A Sustentabilidade*. Revista Tópicos, 2(6).
<https://revistatopicos.com.br/artigos/educacao-para-a-sustentabilidade>

Tragtenberg, M. (1982). Quando o operário faz a educação. In Congresso Brasileiro de Educação (Vol. 2).

Tragtenberg, M. (1985). *Relações de poder na escola*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1, 68-72. <https://www.scielo.br/j/ln/a/46qt7qRgrM3347pKyt3YqGx/>

Tragtenberg, M. (1985). Relações de poder na escola. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1, 68-72. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451985000100021>

Tragtenberg, M. (2002). *A delinquência acadêmica*. Verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., (2). <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4618>

Tragtenberg, M. (2018). *A escola como organização complexa*. Educação & Sociedade, 39, 183-202. <https://www.scielo.br/j/es/a/pnS8pJwmqZQmy74Nq4dKpHf/?format=pdf>

Trindade, N. R., Marques, C. S., Piveta, M. N., Favarin, R. R., Telocken, S. G., & Trevisan, M. (2018). *Educação Para Sustentabilidade (Eps) E Teorias De Aprendizagem: Um Estudo Bibliométrico Dos Últimos 10 Anos*. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, 11, 402-420.
<https://www.redalyc.org/journal/2734/273457121002/html/>

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Prezado Participante,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como objetivo obter dados para realização de uma investigação científica a ser desenvolvida no curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes. A pesquisa visa analisar a percepção sindicalista sobre o Projeto Trilhas do Futuro – Educadores do Governo do Estado de Minas Gerais.

A referida pesquisa é de autoria do mestrando Felipe Luiz de Moura Oliveira

Você não será identificado em nenhum momento, sendo atribuído a cada respondente um número na sequência em que as entrevistas forem ocorrendo e, posteriormente, os resultados serão divulgados em termos globais, em formato científico, portanto, respeitando toda a ética para os procedimentos desta natureza.

Você não ficará exposto a riscos de qualquer natureza que comprometam sua integridade física, psíquica e moral. Além disso, sua participação na pesquisa não implica em nenhum custo para você.

Ressaltamos que sua participação é voluntária, e você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, mesmo que já tenha iniciado as entrevistas.

Como entrevistado e participante da pesquisa, afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos desta investigação, bem como sobre o caráter da utilização das informações por mim fornecidas. Dessa forma, aceito participar da pesquisa e autorizo a disponibilização das minhas respostas a entrevista sem identificação do meu nome e de forma global, com base em critérios éticos para apresentação de trabalhos científicos. Assinale a seguir:

Autorizo: () Sim () Não

_____ de _____ de 2024.

Observação: caso você queira receber os resultados globais da pesquisa, deixe registrado no espaço abaixo o seu e-mail, para o qual será garantido total sigilo.

E-mail: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Qual a sua formação acadêmica?

Qual a sua faixa etária? 18 a 25 26 a 31 32 a 39 40 a 47 47 a 52 Mais de 52

Qual o seu tempo de profissão? E nesta escola?

Qual é o seu vínculo com a escola? (Efetivo, designado ou terceirizado?) E seu cargo?

- 1) Fale um pouco sobre sua trajetória de vida como pessoa.
- 2) Fale um pouco sobre a sua formação como professor.
- 3) O que você entende por Sustentabilidade?
- 4) No seu cotidiano existe alguma questão social ou ambiental que você ressaltaria?
- 5) Quais são os principais problemas socioambientais que você identifica no entorno da escola ou envolvendo a escola?
- 6) Existe algum problema socioambiental que acontece na comunidade que interfere no seu trabalho docente? Explique.
- 7) A comunidade participa dos projetos desenvolvidos pela escola?
- 8) Você participa de algum projeto voltado ao meio ambiente na escola? Como ele foi elaborado?
- 9) Você já participou de alguma formação voltada para a temática ambiental?
- 10) Você conhece alguma legislação voltada para a Educação Ambiental?
- 11) Os alunos costumam trazer experiências ou relatos voltados a questões sociais ou ambientais para a escola?
- 12) Como você observa os seus colegas? Eles atuam na questão ambiental na escola ou não? O assunto é importante no contexto da escola?
- 13) Em relação à gestão da escola: como você percebe o tratamento da questão ambiental? Há algum incentivo da gestão para o cuidado ambiental na escola, ou essa atividade compõe o conjunto das atividades gerais, não tendo direcionamento específico? Dê exemplos que você se lembre. (PARA GESTORES: INVERTER A PERGUNTA)
- 14) O que você considera que pode melhorar na escola para a questão socioambiental? (explorar: ambiente interno, entorno, ensino, alunos e professores).
- 15) Para uma formação crítica, como você considera que deveria ser a abordagem da educação ambiental na escola?
- 16) Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado anteriormente?

ANEXO 1

02/01/2023 09:51

SEI/GOVMG - 57614744 - Parecer

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Educação****Conselho Estadual de Educação - Plenário****Parecer nº 924/SEE/CEE - PLENÁRIO/2022****PROCESSO Nº 1260.01.0171645/2022-30****RELATORAS: Jussara Maria de Carvalho Guimarães****Juliana de Carvalho Moreira****APROVADO EM 12.12.2022**

Dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Histórico

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, no exercício das competências que lhe conferem o artigo 206 da Constituição do Estado e o artigo 1º, inciso I da Lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985, instituiu Comissão Especial para a elaboração desta normativa, por meio da Portaria CEE/MG nº 15, de 1º de agosto de 2022, composta pelos Conselheiros do CEE/MG Jussara Maria de Carvalho Guimarães (Presidente), Juliana de Carvalho Moreira (Vice-Presidente), Carlos Henrique de Carvalho, Bruna Caroline Morato Israel, Emerson Luiz de Castro e Hêlvio de Avelar Teixeira, pelos Professores Cássio Alexandre da Silva, da UNIMONTES, Marlene Terezinha de Muno Colesanti, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG, Ana Sílvia Gama Pereira, Jonathan Luiz Trindade de Carvalho e Cleber Leonardo de Souza, da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica - Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular da Secretaria de Estado de Educação, e Ana Cristina Silveira, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais.

Anterior à exposição do assunto deste parecer, é oportuno registrar os agradecimentos aos membros da Comissão pelo acompanhamento, comprometimento e contribuições para esta normativa. Agradecemos a Maria Goretti da Silva Barros pela dedicação ao secretariar todas as reuniões da Comissão, aos Conselheiros pela leitura da Minuta de Resolução e, aos leitores Aleluia Heringer Lisboa Teixeira, Kércia Maria Pontes e Angélica Cristiny Ezequiel de Avelar Teixeira, que realizaram apontamentos críticos e relevantes para os entendimentos necessários.

A ideia inicial da escrita deste Parecer assenta-se na perspectiva "freiriana" de que o estudante aprende que está inserido em um local e que faz parte do planeta. Que o planeta não é algo abstrato, viajando no universo, mas que é seu bairro, seu entorno. Assim, a escola é, para ele, um momento que vai contribuir com a cidadania planetária (FREIRE, 1997). Com esse saber, a criança traz tudo o que tem fora dos muros da escola para dentro dela. E o que tem no planeta de grandioso? O meio ambiente. Essa natureza que precisamos cuidar e que os adultos, todos os dias, a agridem.

Importa ressaltar que a elaboração desta norma coincide com o momento em que vários países estão reunidos, no Egito, participando da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas - a COP 27, entre os dias 06 e 18 de novembro de 2022, cujas discussões perpassam sobre as questões climáticas de todos os continentes, bem como um momento em que os Povos Originários

defendem suas florestas, a floresta amazônica. A COP 27 objetiva, também, acelerar os esforços no combate ao aquecimento global e reafirmar o compromisso das nações com a transição energética.

Cumpra consignar, também, que este parecer apresenta inovações, sendo que o primeiro revela conceitos que não somente servirão a um determinado público, mas que expandem para diversas áreas. A segunda inovação diz respeito à divisão territorial através das Bacias Hidrográficas Mineiras. O terceiro apontamento inovador direciona-nos a um capítulo específico denominado “Da Operacionalização”, em que há a descrição das atividades e ações a serem realizadas pelas instituições educacionais e órgãos governamentais. A quarta inovação revela a criação de um Observatório Estadual de Educação Ambiental e, por último, o acréscimo no texto da resolução, “dos animais não humanos”.

Devemos destacar, também, a base legal desta resolução, conferida a: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Constituição Federal Brasileira de 1988, em seus artigos 205 e 225, § 1º, inciso VI; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - Lei 9394/1996; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação - PNE; Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999; Lei nº 15.441, de 11 de janeiro de 2005; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - DCNEA - Resolução nº 2/CNE/CP, de 15 de junho de 2012; Base Nacional Comum Curricular - BNCC de 2017; Resolução CEE/MG nº 481/2021, que institui o Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG.

Mérito

Este parecer apresenta os principais pontos discutidos pela Comissão instituída para a elaboração da norma, os assuntos dispostos nos artigos do texto da Resolução e as considerações finais, a fim de apreciação e de posterior aprovação do Egrégio Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Inicialmente, situa a Educação Ambiental em seus marcos conceituais e legais, bem como afirma o compromisso do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais com as questões socioambientais, tendo por base o Parecer CNE/CP nº 14/2012, estabelecendo que os Sistemas de Ensino e o Regime de Colaboração, os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem estabelecer as normas complementares para seus sistemas, para que se torne efetiva a Educação Ambiental em todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino sob sua jurisdição. Esses órgãos normativos, assim como os executivos dos sistemas de ensino, devem articular entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

O Parecer CNE/CP nº 14/2012 acrescenta, ainda, que os órgãos dos sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental, recomendando-se que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa incrementem o apoio a projetos de investigação na área da Educação Ambiental, sobretudo visando ao desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde. Os sistemas de ensino devem, ainda, propiciar, às instituições educacionais, meios para o estabelecimento de diálogo e parcerias com a comunidade, inclusive com movimentos sociais e Organizações Não Governamentais, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável.

Reconhecendo que o agravamento referente à degradação ambiental mundial engendra uma das maiores crises da modernidade, é que destacamos a urgente e necessária superação dessa crise ambiental. Tal consideração nos direciona para uma sensibilização coletiva e para a construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental, de uma educação cidadã responsável, em que cada ator educativo aprenda os conhecimentos científicos, os saberes tradicionais, possibilitando, assim, a tomada de decisões acerca dos comportamentos referentes aos ambientes no qual as pessoas se interagem, se integram.

É igualmente significativo constatar que a Educação Ambiental é, por natureza, interdependente, devendo-se pois, considerar as Políticas Públicas expressas por diversas iniciativas de instituições governamentais e não governamentais. O reconhecimento de que há a necessidade de compreender o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se, a cada dia, mais visível diante do contexto local e global.

Constitui, primordialmente, objeto deste Parecer considerar a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em especial, seus artigos 23 e 24.

Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Poderíamos elencar, aqui, inúmeros e sucessivos eventos que ocorreram, em todo o mundo, e se constituíram em marcos históricos da Educação Ambiental, mas seria extensivo por demais. Destacamos, então, dentre todos estes, o primeiro, realizado em 1951, a partir do qual foi publicado o "Estudo da Proteção da Natureza no Mundo", organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que havia sido criada em decorrência da Conferência Internacional de Fontainebleau, na França, em 1948, com apoio da UNESCO (a UICN transformou-se, em 1972, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA]). Vários outros importantes eventos foram realizados, anualmente, sendo que o último, neste ano de 2022 - marco dos 50 anos da Primeira Conferência em Estocolmo, a realização da Conferência das Partes - COP 27, no Egito, com início em 06 de novembro de 2022, cuja discussão e principal atenção referendou a temática climática global.

Todos esses apontamentos reforçam o nosso compromisso institucional com a Educação Ambiental. Assim, apresentamos ao egrégio Conselho uma normativa que contempla os pressupostos e diretrizes basilares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais.

A normativa está estruturada em 08 (oito) capítulos, sendo que cada um versa sobre determinado assunto considerado pela Comissão, como sendo aportes para o desenvolvimento de ações eficazes nas instituições educacionais do Estado de Minas Gerais.

O **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS** ancora as principais siglas e expressões descritas ao longo do texto, e apresenta, em sua **Seção I**, toda a base conceitual pertinente à Resolução. Traz conceitos importantes para o melhor entendimento e desenvolvimentos de ações pertinentes a EA, como: Meio Ambiente, Educação Ambiental, Sustentabilidade, Uso Sustentável, Preservação Ambiental, Conservação Ambiental, Território, Território Educativo, Comunidade Escolar, Direito da Natureza, Educomunicação, Educadores Ambientais e Comunidade de Vida.

Na **Seção II**, estão descritos todos os objetivos considerados importantes para a normativa, tais sejam:

I - desenvolver uma compreensão integrada entre educação cidadã, responsável, ética, crítica, participativa, em que cada sujeito, em seu contexto, aprende com os conhecimentos científicos e com o reconhecimento, respeito e valorização dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído;

II - estimular e fortalecer a sensibilização e consciência crítica sobre os impactos da ação humana na vida do planeta;

III - incentivar a participação individual e coletiva permanente e responsável, na conservação e preservação do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do da vida e do exercício da cidadania;

IV - estimular a cooperação entre as diversas Instituições Educacionais do Estado e demais instituições, com vistas à construção coletiva de uma sociedade ecologicamente sustentável;

V - fortalecer a integração da educação com a ciência, a tecnologia e a inovação na perspectiva da análise do sistema de produção e consumo e o desenvolvimento do uso sustentável dos recursos;

VI - fomentar o crescimento e criação de organizações sociais formais e não formais, em Redes, Polos, Centros de EA, Coletivos Educacionais, bem como fortalecer os já existentes, estimulando a comunicação e a colaboração entre esses.

O **CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES** demarca as diretrizes para a EA no Estado de Minas Gerais, que têm por finalidade orientar a inserção, o fortalecimento e a implementação da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos pedagógicos e curriculares da Educação Básica e do Ensino Superior, reconhecendo que a EA não é atividade neutra e deve ser entendida enquanto um campo ético e político de valores e práticas; considerada como uma prática mobilizadora e que deve ser reconhecida em seu papel transformador. A EA deve ser ofertada tanto na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, como no Ensino Superior, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, como prática educativa e interdisciplinar, não devendo ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. E, por fim, entender a Educação Ambiental como construtora de conhecimentos, de habilidades, de atitudes e de valores sociais.

O **CAPÍTULO III** destaca os **PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ORIENTADORES**, apontando que a EA deverá ser o objeto constante de atuação na prática pedagógica, presente de forma articulada e transversal, em todos os níveis e modalidades de ensino, das relações familiares e comunitárias locais, municipais, regionais, estaduais e federais em prol da formação de uma cidadania emancipatória e consciente quanto ao Meio Ambiente.

Além disso, o Art. 21 determina que a EA deve, constantemente, estimular a cooperação, a solidariedade, a igualdade, o respeito às diferenças e aos direitos humanos e aos direitos da natureza, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas, a ser desenvolvida no Sistema de Ensino de Minas Gerais, para a Educação Básica e Ensino Superior.

O **CAPÍTULO IV - DAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL** conduz ideias referentes à inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior no contexto da intra, inter, multi e transversalidade, ao tratar de temas de meio ambiente e sustentabilidade socioambiental.

Além das formas apresentadas nesse capítulo, outras formas de inserção da Educação Ambiental, nos currículos, poderão ser admitidas na organização curricular na graduação, na pós graduação, na Educação Profissional Tecnológica e na Educação Básica, respeitando a autonomia institucional independente da natureza dos cursos.

O **CAPÍTULO V** nos confia a discussão sobre a **FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E EDUCADORES AMBIENTAIS** remetendo, ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e às Instituições de Ensino Superior, a realização de projetos e programas para a formação continuada de professores, gestores e demais profissionais da educação, observando a práxis educativa nas diversas áreas do conhecimento e atuação profissional, visando a aplicação e implementação das formações como instrumento de apropriação do território, tendo, como referência, as bacias hidrográficas mineiras e o desenvolvimento pedagógico e metodológico que, contemplando as diversas dimensões da EA, aprimore a prática profissional, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Além disso, o capítulo V nos remete à ideia de que a Educação Ambiental deve contemplar a integração das políticas públicas, através de uma máxima intersetorialização das Secretarias de Estado de Minas

Gerais que, segundo suas especificidades, deverão subsidiar a ampliação do conhecimento e das práticas da temática ambiental, através da formação continuada de seus respectivos profissionais.

Encontramos, no **CAPÍTULO VI**, intitulado **DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**, todas as manifestações e direcionamentos com relação ao compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular considerados componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e do Ensino Superior.

O mesmo capítulo revela, ainda, que o planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas, das bacias hidrográficas mineiras e dos territórios em que se situam as instituições educacionais, partindo do conhecimento da realidade local para a global.

E que o tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente. E, para que a Educação Ambiental seja desenvolvida de forma intra, inter, multi e transversal, o planejamento curricular precisa garantir a integração dos componentes curriculares e a articulação do trabalho docente

O Art. 33 deste capítulo reafirma que as instituições educacionais, de Educação Básica e de Ensino Superior, devem se constituir como espaço integral de Educação Ambiental e inserir os princípios e conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como objeto de conhecimento dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

O **CAPÍTULO VII** refere-se à **OPERACIONALIZAÇÃO** da normativa, em vinte (20) artigos. Devemos ressaltar que esse capítulo representa uma inovação nas resoluções do CEE/MG, ao destacar, dentre tantos artigos, aqueles que representam o “fazer” em que há a descrição das atividades e ações sugeridas às instituições educacionais e órgãos governamentais.

Finalizando, o **CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS** contém informações, tais como:

- cabe ao Sistema de Ensino de Minas Gerais, nos termos da lei, implementar os desígnios da presente Resolução e zelar pelo seu cumprimento.
- Deverá constar, nos formulários referentes aos processos de Avaliação Institucional, as ações existentes na instituição referente à EA.
- A articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior deverá ser constante, integrando ações no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, visando a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.
- Deverão ser incentivadas, fomentadas e desenvolvidas pelas IES mineiras, pesquisas na Educação Ambiental.
- As entidades integrantes do Estado de Minas Gerais poderão compartilhar os materiais didáticos, paradidáticos e informativos a respeito da Educação Ambiental e disponibilizados em um repositório público (Plataforma específica).

Conclusão

Diante do exposto e em consonância com as discussões e argumentações apresentadas pela Comissão, estas relatoras submetem à apreciação do Egrégio Conselho Estadual de Educação/MG a Minuta de

02/01/2023 09:51

SEI/GOVMG - 57614744 - Parecer

Resolução que dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Enfim, deixamos, aqui, o registro da expressão da cientista e filósofa política alemã Hannah Arendt (2011): "A educação é onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo. Sim, devemos amar as crianças e educá-las com esse amor grandioso para que se tornem adultas virtuosas e possam sempre procurar fazer o bem às pessoas ao seu redor, aos animais e a natureza em geral".

É o Parecer.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.

Juliana de Carvalho Moreira - Relatora

Jussara Maria de Carvalho Guimarães - Relatora

Referências

ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7ª ed, São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

BENJAMIN, A. H. A Natureza no Direito Brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC. 2011.

LEMONS, Lilian Rose Rocha. Caderno de pós-graduação em direito: direito da natureza. Brasília: CEUB: ICPD, 2021. 76 p. ISBN 978-85-7267-055-5 1. Direito da natureza. I. Centro Universitário de Brasília. II. Título. CDU 347.243.8



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Michel Santos Araújo Braga, Presidente(a)**, em 20/12/2022, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57614744** e o código CRC **46ED8C9D**.

Referência: Processo nº 1260.01.0171645/2022-30

SEI nº 57614744